

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Serviço Social**

**“TODA ROSA SÓ É ROSA PORQUE ASSIM ELA É CHAMADA”:
COTIDIANO, PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E RELAÇÕES DE
TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA CATARINA.**

Arnaldo Xavier

**Ilha de Santa Catarina
2010/2**

ARNALDO XAVIER

**“TODA ROSA SÓ É ROSA PORQUE ASSIM ELA É CHAMADA”:
COTIDIANO, PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E RELAÇÕES DE
TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA CATARINA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade Federal
de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Dr^a Vânia Maria Manfroi

**Ilha de Santa Catarina
Novembro de 2010**

ARNALDO XAVIER

**“TODA ROSA SÓ É ROSA PORQUE ASSIM ELA É CHAMADA”:
COTIDIANO, PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E RELAÇÕES DE
TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS EM SANTA CATARINA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do curso de Graduação em Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento ao requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA
EM FLORIANÓPOLIS, 29 DE NOVEMBRO DE 2008.

Profa. Dra. Vânia Maria Manfro (Orientadora)

Profa. Dra. Regina Célia Tamaso Miotto – UFSC

Profa. Dra. Maria Manoela Valença – UFSC

À Maria Helena Mesquita,

Uma das maiores guerreiras que conheço!

Mãe e amiga...

Obrigado por estar presente comigo “muito antes”,
me ensinando e construindo as bases
para o “meu olhar o mundo”!

Obrigado pela presença sempre aqui pertinho
mesmo a quilômetros de distância...

Obrigado por nunca me deixar desistir,
mesmo quando o medo de que não desse
certo estava estampado no teu olhar...

Obrigado pela confiança...

Obrigado pela dedicação...

Obrigado pela liberdade e junto com ela
a certeza do colo e do aconchego...

Obrigado pelo exemplo de fé na construção de um mundo
verdadeiramente melhor e mais belo...

À você dedico este trabalho
com meu eterno carinho...

“Como é grande, meu amor, por você!”

AGRADECIMENTOS

À minha querida irmã Helen Xavier com quem primeiro aprendi a partilhar o mundo, à sua sensibilidade e determinação em enfrentar os “morrinhos” da vida. Contigo aprendi que quando as quedas eram inevitáveis (como foram muitas vezes!) o mais importante era mesmo “deitar e rolar”! A você meu carinho e obrigado por cuidar de tudo quando eu não estava por perto, você sabe que nada disso seria possível sem você. Te amo!

Ao meu querido pai Manoel Xavier com todo meu amor, muito obrigado! Espero ter conseguido chegar à altura de suas expectativas!

Ao meu querido sobrinho Gabriel Xavier Mendonça, pelas alegrias, pela confiança e por ser essa criança fantástica! Você é também uma das razões do meu viver! Te amo garotão!

Às minhas tias e amigas Delma Lúcia e Dione Marta Mesquita e ao meu tio e amigo Sandro Natalício Prudêncio, exemplos intelectuais. Obrigado à vocês pelo apoio incondicional, pelas discussões teóricas, por acreditarem no meu potencial e proverem desde muito antes as bases materiais e espirituais para meu caminhar até aqui.

À minha querida tia Maria de Lourdes Mesquita pelo seu apoio e exemplo de militância, pela dedicação na construção de uma sociedade mais justa. Meu abraço fraterno a ti e meu muito obrigado.

À minha segunda mãe: tia Maria do Socorro Mesquita, tia Corrinha. Obrigado pelo seu jeito alegre de ver o mundo, pela leveza e perseverança e por cuidar de mim como seu filho. Pelo aconchego e colo, meu eterno carinho. Estendo também meus agradecimentos ao meu tio Adilson pela amizade e confiança.

Aos meus queridos tios Arquimedes e Josilda, obrigado pelo apoio e carinho, este trabalho também é reflexo dele.

Aos amados primos Amanda, Camilla e Felipe Brajão de Mesquita e a tia querida Solange Brajão pelo aconchego no retorno para casa e pela diversão ímpar. Obrigado pelo carinho de vocês que mesmo distante era sempre presente.

Aos grandes amigos Miriam Tavares, Sidney Herculando e Andréia Oliveira, me desculpem pela ausência durante esse tempo. Amo muito vocês!

Ao Marcos Soares da Silveira, grande e valente amigo, valeu pelo apoio e confiança ao longo desse caminhar. Obrigado pela escuta ao longo de nossa amizade, pelo ombro amigo nos dias difíceis e por partilhar comigo seus anseios, medos e sonhos. Pelo ser humano ímpar que tu representa na minha vida: Obrigado cumpadi!

À minha primeira família aqui em Florianópolis, Pamela Deucher e Fabiana Rosa, por dividirem comigo o sofá de casa, partilhando sempre o pouco que tínhamos. Por me amarem

mesmo na minha fase “trash-black-power”. Este caminhar iniciou com vocês e com as nossas divagações em como tentar mudar o mundo.

À Patrícia Carmen “Guerreira” Rodrigues, amiga da maior qualidade, a quem admiro e amo de paixão, obrigado por tantos momentos partilhados, mas, sobretudo por sua crença no ser humano em toda sua complexidade, aprendo muito com você. Um obrigado carinhoso também ao amigo Jesiano Mendes e a querida Vithória Mendes.

À amiga Milene dos Santos (agora mãe do Mateus!), obrigado por apoiar (na maioria das vezes!) minhas idéias “mirabolantes” para os trabalhos nas aulas de ética, em que a introdução era sempre uma surpresa a parte. Um, dois, três, testando... Valeu pelo carinho de sempre!

Um obrigado carinhoso e especial para os amigos do “tempo” do Centro de Comunicação e Expressão: Profa Viviane Maria Heberle, Profa Lúcia Maria Nassib Olímpio, Joice Regina da Costa Santana da Lapa, Aldane Luci Côrrea, Izabel Cristina Telles, Carol Mioto, Valdete da Cunha, Aparecida Amorin, José Paulo da Rosa, Maria Osvaldina Peres, Eva Alexandre Lamarqui, Daniel Vieira, Sônia Maria Costa e Sérgio Murilo da Silva.

Às amigas petianas de “todas as horas”: Carolina Rodrigues Costa, Edilaura Steffens, Bárbara Madureira e Jiana Mouro, praticamente um quarteto fantástico, cada uma com seus super poderes. Um abraço apertado em cada uma de vocês!

Aos petianos do coração Daniele Giovanella e João Paulo Borges da Silveira, e a todos da nova geração, valeu galera!

À grande amiga Grethi Magali Ruckhaber, difícil descrever o quanto aprendi contigo, com seu jeito meio despretensioso de ver a vida, com a sua inteligência pra lá de fenomenal, com a sua alegria contagiante. Obrigado pelo cuidado nos dias das “vacas magras”, pelas dicas de sobrevivência, e pelas festas e diversão no tempo das “vacas gordas”. Ainda dominaremos o mundo, ou não!

À professora Maria del Carmen Cortizo pelo convívio, respeito, aprendizado e confiança durante a trajetória de petiano, um abraço carinhoso!

Aos amigos Reginaldo Medeiros, Monique Melo, Imara Melo e Gabriela Pamplona, valeu por vocês fazerem parte dessa trajetória desde os primórdios!!!

À equipe do Hospital Universitário que tanto foi importante na minha formação. Um obrigado especial e carinhoso à Juliana Pissuto, Mariana Silveira Barcelos, Hilda Barbosa e Camile Alves Cezar.

À “super” Francielle Lopes Alves, pelo exemplo profissional ímpar, pelo companheirismo, pela partilha, pelo ombro amigo. “Quero ser como você quando crescer!”

Às companheiros de pesquisa Claudia Fritzke, Rosicléia Martins e Clara Praxedes. Valeu meninas, “foi bom estar com vocês e curtir com vocês”!!!

À professora Maria Teresa dos Santos um obrigado especial e carinhoso pela partilha já desde os tempos das aulas de planejamento. Também pelas importantes contribuições para este trabalho durante os momentos de reflexões e construções coletivas na Pesquisa Mercado de Trabalho.

Às professoras Regina Célia Tamaso Miotto, Maria Manoela Valença e Liliane Moser, por aceitarem o convite de contribuírem com este trabalho, também pelo exemplo e dedicação à construção crítica do exercício profissional em Serviço Social.

À querida professora Vânia Maria Manfroi por aceitar o convite de me orientar. Pela amizade e confiança, pela lucidez no caminhar e por sua especial dedicação “sem reservas” durante essa trajetória. Por sua ética e compromisso com as questões coletivas, meu especial obrigado! Certamente sem a sua dedicação e fundamental apoio a Pesquisa Mercado de Trabalho, no qual este trabalho se baseia, não seria possível.

À amiga Polyana Liz pela amizade e convivência, “mocinha saiba que eu curto muito você!”

À querida amiga Marjori Machado por me conhecer tão bem (“até mais que eu!”), pelo abraço sempre apertado, pela sinceridade e respeito, pelas festas e diversões. Valeu Majô!

Ao “brodinho de balnes” Machete, Ricardo Hahn, companheiro das “origens”, de viagens, de “festeres” e (até!) de discussões teóricas acaloradas! E ao Malanga, Felipe Hahn, o outro “brodinho de balnes”! Valeu “rapeize”, “vamos nos trombando por aí”!!!

À dupla: Samuel Salézio dos Santos e Cleuzi Maria da Luz, “grandes achados” nessa caminhada, pelo encontro e partilha, meu obrigado de coração.

Aos amigos “dinos” ícones no movimento estudantil: ao eterno Yuri, nosso striper japa, exemplo ímpar de militância, à Dilceane Carraro, Mailiz Garibotti Lusa, Juciara Cordeiro, Naraiana Inês Nora, Daniele Pilatti, Thaís Moreira: lembro-me sempre de vocês com grandes saudades!

Aos demais camaradas do movimento estudantil, de ontem e de hoje, pelas trocas e aprendizado, seria impossível nomear a todos, assim como também medir a contribuição que tiveram em minha formação, estendo meu carinho e obrigado a todos vocês.

Aos assistentes sociais, sujeitos reais neste processo, pela confiança em partilhar conosco suas histórias de vida e trajetórias profissionais.

À Universidade Federal de Santa Catarina, em especial a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, por contribuir com os deslocamentos para a realização das entrevistas e grupos focais no interior do estado. Também pela contribuição que possibilitou a participação em eventos da

categoria, nos quais foram possíveis socializar parte das informações aqui apresentadas. Agrademos também a Universidade do Planalto Catarinense, a Universidade do Sul de Santa Catarina, a Universidade Comunitária Regional de Chapecó e a Universidade Regional de Blumenau pelo apoio neste percurso.

Ao Conselho Regional de Serviço Social pelo apoio e disponibilidade que foi fundamental para viabilizar a pesquisa aqui realizada.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por acreditar no projeto e pelo apoio financeiro que viabilizou a execução da pesquisa.

Um especial e carinhoso obrigado às assistentes sociais Dúnia Comerlato, Adriana Zancheta, Elivete Andrade, Vilma Margarete Simão, Jaqueline Samagaia, Queli Anschau que possibilitaram a integração com as cidades nas quais a pesquisa visitou nas regiões do interior do estado. Sem a participação de vocês a pesquisa Mercado de Trabalho possivelmente estaria limitada à região da Grande Florianópolis. Também pela cordial acolhida ao grupo em todos os nossos encontros.

Ao Grupo de Pesquisa em Serviço Social (GEPSS), bolsistas e professores, com quem partilhamos reflexões e realizamos trocas importantes durante este processo, nosso obrigado.

À todo grupo de extensão *Universidade Sem Muros* pela acolhida, partilha de ideias e pela confiança. Obrigado pelo exemplo de luta na construção de uma sociedade mais justa e sem opressão. Meu carinho especial à querida professora e amiga Vera Regina Pereira de Andrade pelo exemplo ético e humano, obrigado pelo aprendizado, respeito e convívio nesses anos. Também meu obrigado carinho à Sabrina Torres, Daniela Félix Teixeira, Yuri Frederico Dutra, Eduardo Granzotto Mello, Marcel Soares de Souza, Roberta Espíndola Miranda, Giovani de Paula, Camila Cardoso de Mello Prando e aos amigos do Programa de Educação Tutorial em Direito.

À grande amiga Tamires Cristina Vígolo, minha representante comercial nas horas vagas. Saiba que me apaixonei por você desde o dia que nos conhecemos, sinto uma inveja boa da sua inteligência, ética e dedicação a tudo que se propõe. Pelo carinho, meu muito obrigado!

À grande amiga Aline de Andrade Rodrigues pelas divagações teóricas, companhia nas tardes de “TCC”. Por sua coerência e pelos conselhos que eu nunca segui (carrego um quê de teimosia, você sabe!), pelo carinho e, sobretudo, por ser essa pessoa em quem eu tanto confio, obrigado!

À amiga e irmã Danuza Labanca, pelos caminhos que trilhamos (e literalmente foram muitas andanças!), por sua disposição em me acompanhar “mesmo quando nem eu sabia para onde ia”. Obrigado pela escuta sensível e paciente, por ser essa mulher forte e guerreira que sempre esteve ao meu lado quando precisei de um ombro amigo.

Ao grande amigo Thiago Rubim pelo tempo compartilhado, pelas aventuras, pelas risadas e alegrias, por nossas histórias, pela revisão deste trabalho, enfim, pelo amigo ímpar que tu és, meu obrigado de coração. Vida longa a nossa amizade!!!

Por fim e, sobretudo, à classe trabalhadora, que por meio de seus impostos custeiam o ensino público e tantas outras políticas sociais, às quais muitas vezes nunca chegaram a acessar...

À todos que de alguma forma contribuíram das mais variadas e inquietantes maneiras ao longo desta intrigante caminhada que chamamos de “graduação”...

Um grande “Obrigaduuuuuuu”!!!

Ninguém quer saber
O gosto do sangue
Mas o vermelho
Ainda é a cor que incita a fome
Depende da hora e da cor
Depende da hora,
Da hora, da cor e do cheiro
Cada cor tem o seu cheiro
Cada hora lança sua dor
E dessa insustentável leveza de ser
Eu gosto mesmo é de vida real

Elevei
Minha alma pra passear

Não me distancio muito de mim
E quando saio não vou longe
fico sempre por perto

(Nação Zumbi – Bossa Nostra)

A denúncia de tudo quanto mutila a espécie humana e impede sua felicidade nasce da confiança no homem [...] agora, quando se imagina que a ciência nos ajudou a vencer o terror do desconhecido na Natureza, somos escravos das pressões sociais que essa mesma ciência criou. Quando nos convidam a agir independentemente, pedimos modelos, sistemas, autoridades. Se quisermos verdadeiramente emancipar o homem do medo e da dor, então a denúncia do que hoje se chama razão e ciência é o melhor serviço que a razão pode prestar.

Horkheimer

RESUMO

Este trabalho tem como base os dados oriundos da Pesquisa Mercado de Trabalho do Assistentes Sociais realizado no estado Santa Catarina, iniciada em 2008. A partir de dados selecionados procuramos analisar a atual realidade do mercado de trabalho dos assistentes sociais, seu cotidiano, suas relações de trabalho e seus processos de socialização. A justificativa da pesquisa se pauta na real importância de se conhecer as tendências do mercado de trabalho numa determinada particularidade histórica, possibilitando, assim, ao conjunto de profissionais de Serviço Social compreenderem, de maneira sistemática e crítica a realidade do mercado de trabalho, contribuindo na construção de estratégias coletivas. Organizado em duas seções, este trabalho apresenta num primeiro momento o tema do cotidiano como um espaço social caracterizado dentro de um viés duplo de alienação/superação. Também realizamos uma caracterização do perfil dos profissionais entrevistados, sua inserção profissional na divisão sócio- técnica do trabalho, focando suas particularidades a partir de seu processo de socialização. Na segunda seção passamos a considerar as relações de trabalho dos assistentes sociais, analisando o contexto institucional que se inserem. Por fim, nas considerações finais apresentamos alguns elementos sínteses dos processos analisados no decorrer do trabalho, a fim de trazer apontamos que possam contribuir com o exercício profissional dos assistentes sociais.

Palavras-chave: cotidiano; mercado de trabalho; exercício profissional; processos de socialização.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de grupos focais.....	22
Tabela 2: Dados combinados A.....	98
Tabela 3: Dados combinados B.....	99
Tabela 4: Dados combinados C.....	101
Tabela 5: Dados combinados D.....	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade – Grande Florianópolis.....	36
Gráfico 2: Idade – Regiões do estado.....	36
Gráfico 3: Sexo – Grande Florianópolis.....	38
Gráfico 4: Tem religião? – Grande Florianópolis.....	42
Gráfico 5: Qual a sua religião? Grande Florianópolis.....	42
Gráfico 6: Qual a sua religião? Grande Florianópolis (%).....	43
Gráfico 7: Porque escolheu Serviço Social? – Grande Florianópolis.....	48
Gráfico 8: Qual a sua cor? – Grande Florianópolis.....	51
Gráfico 9: Instituição que se graduou – Grande Florianópolis.....	53
Gráfico 10: Há quantos anos concluiu a graduação – Grande Florianópolis.....	54
Gráfico 11: Há quantos anos concluiu a graduação – Grande Florianópolis – Dados agrupados (10 em 10 anos).....	54
Gráfico 12: Há quantos anos concluiu a graduação – Regiões do estado – Dados agrupados (10 em 10 anos).....	55
Gráfico 13: Há quantos anos concluiu a graduação – Grande Florianópolis e Regiões do estado – Dados agrupados (10 em 10 anos).....	55
Gráfico 14: Escolaridade dos pais – Grande Florianópolis.....	59
Gráfico 15: Escolaridade dos pais (%) – Grande Florianópolis.....	60
Gráfico 16: Escolaridade das mães (%) – Grande Florianópolis.....	60
Gráfico 17: Atua em quantas áreas – Grande Florianópolis.....	66
Gráfico 18: Atua em quantas áreas – Grande Florianópolis – dados combinados.....	67
Gráfico 19: Conhece o código de ética – Grande Florianópolis.....	74
Gráfico 20: É possível aplicar o código de ética em seu exercício profissional – Grande Florianópolis.....	74
Gráfico 21: Renda Bruta – Grande Florianópolis.....	87
Gráfico 22: Renda Bruta – Regiões do estado.....	88
Gráfico 23: Renda Bruta – Grande Florianópolis e regiões do estado.....	89
Gráfico 24: Renda familiar e renda do assistente social – Grande Florianópolis.....	93
Gráfico 25: Situação no mercado de trabalho – Grande Florianópolis.....	93
Gráfico 26: Situação no mercado – Regiões do estado.....	94
Gráfico 27: Natureza jurídica da instituição – Grande Florianópolis.....	95

Gráfico 28: Natureza jurídica da instituição – (reformulado) – Grande Florianópolis.....	95
Gráfico 29: Natureza jurídica da instituição – Regiões do estado.....	96
Gráfico 30: Carga horária semanal – Grande Florianópolis.....	97
Gráfico 31: 20 horas semanais – Grande Florianópolis.....	98
Gráfico 32: 30 horas semanais – Grande Florianópolis.....	99
Gráfico 33: 40 horas semanais – Grande Florianópolis.....	101
Gráfico 34: Acima de 40 horas semanais – Grande Florianópolis.....	104
Gráfico 35: Há problemas que dificultam seu trabalho – Grande Florianópolis.....	106
Gráfico 36: Expectativas quanto ao futuro – Grande Florianópolis.....	110

SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AFLOV – Associação Florianopolitana de Voluntários

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina 12ª Região

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

EUA – Estados Unidos da América

FURB – Universidade Regional de Blumenau

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular

NESSP – Núcleo de Estudos sobre o Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas

PET/SSO – Programa de Educação Tutorial em Serviço Social

PUC/PR – Pontifícia Universidade Católica – Paraná

PUC/RS – Pontifícia Universidade Católica – Rio Grande do Sul

RJU – Regime Jurídico Único

SESu – Secretaria de Ensino Superior

UCPEL – Universidade Federal de Pelotas

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul

UFABC – Universidade Federal do ABC

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UnB – Universidade de Brasília

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

UNOESC – Universidade Comunitária Regional de Chapecó

URSS – União das Republicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 UMA REFLEXÃO SOBRE O COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE SANTA CATARINA: PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO, HETEROGENEIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO.....	25
2.1 AS QUESTÕES SUBJETIVAS: DISCUSSÕES E APORTES TEÓRICOS	25
2.2 O SUJEITO PROFISSIONAL E OS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO	31
2.3 AS CARACTERÍSTICAS DO COTIDIANO E O SEU PROCESSO DE SUSPENSÃO.....	62
3 O ASSISTENTE SOCIAL EM SUA ESFERA DE TRABALHO: CONDIÇÕES, POTENCIALIDADES E DESAFIOS	77
3.1 AS RELAÇÕES DE TRABALHO CONTEMPORÂNEAS	77
3.2 A CONDIÇÃO DE ASSALARIAMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL E SUAS RELAÇÕES DE TRABALHO COTIDIANAS	83
4 EM OUTRAS PALAVRAS... A CONCLUSÃO	112
REFERÊNCIAS.....	117
ANEXOS	121

1 INTRODUÇÃO

“O homem faz para si um mundo a sua medida”
(Vásquez)

O Serviço Social ao longo do século XX esteve, assim como outras profissões, buscando sua consolidação enquanto campo profissional no espaço sócio-histórico da sociedade capitalista. Com características particulares, num percurso de luta, reconhecimento de si e busca por delimitar seu campo de atuação, a profissão chega ao século XXI no Brasil com espaço reconhecido na divisão sócio técnica do trabalho, regulamentada, com um projeto ético-político reconhecido pela categoria e como campo de conhecimento próprio dentro das ciências sociais aplicadas. Somados a isso, também, estão os dilemas e desafios postos à profissão do momento histórico que vivenciamos. É no marco dessas premissas que o presente trabalho busca apresentar algumas reflexões sobre o exercício profissional do assistente social. Este profissional é chamado a atuar nas contradições produzidas pela sociedade capitalista, que segundo Iamamoto (2005), precisa ser mais que um executor de políticas públicas, dispondo do domínio de ferramentas que o qualifiquem a pensar sua prática, analisar a realidade na qual se insere, propor alternativas, construindo um novo perfil “afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas mediações macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas” (IAMAMOTO, 2005, p. 49).

Consonante com esse discurso nosso interesse é esmiuçar o exercício profissional cotidiano, buscando entender em quais princípios ele é pautado e permeado por quais elementos: quais as condições materiais em que atuam tais profissionais nos diferentes espaços ocupacionais em que se insere nas instituições? Como buscam relacionar seus anseios, desejos e projeções sociais com a proposta presente no projeto ético-político da profissão? Quais são as mediações postas nesse processo e materializadas em seu cotidiano? Essas indagações, mais que uma simples curiosidade sobre o cotidiano do assistente social, apóiam-se no desejo de contribuir para a construção no âmbito do Serviço Social de uma proposta profissional “radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais” (IAMAMOTO, 2005, p. 168).

Entendemos também a complexidade dessas questões e o limite que nos é imposto pelo presente trabalho, como o curto tempo em temos para a sua elaboração, porém, de uma forma geral, buscaremos nos aproximar da discussão que elas nos apresentam.

Nesse movimento de reflexão problematizaremos algumas especificidades deste profissional a partir dos dados da Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina¹. A pesquisa construída de forma coletiva tem impulsionado a participação efetiva dos sujeitos envolvidos, assim como permitiu um espaço de formação profissional de qualidade vinculado ao projeto ético-político da categoria. Sua relevância se confirma quando analisamos a atual realidade do mercado de trabalho dos assistentes sociais. Entendendo que conhecê-la é fundamental para subsidiar a atuação das entidades organizativas da categoria e o processo de formação profissional e, também, as respostas que a profissão tem dado nesse processo, à medida que, segundo Netto (1996) as profissões devem ser tratadas e entendidas a partir de suas particularidades (seus *corpus* teóricos e práticos), uma vez que elas em suas trajetórias condensam projetos sociais e articulam respostas na afirmação de sua relevância na sociedade (RUBIM, et al., 2009). Nesse sentido as profissões não podem ser entendidas apenas como resultados dos processos sociais macroscópicos. Daí a real importância de se compreender as tendências do mercado de trabalho numa determinada particularidade histórica, possibilitando, assim, ao conjunto de profissionais compreenderem, de maneira sistemática e crítica a realidade do mercado de trabalho, contribuindo na construção de estratégias coletivas.

O grupo de pesquisa, na qual este trabalho se pauta, nasce da identificação real da necessidade de se realizar no estado de Santa Catarina um estudo sistemático que pudesse reunir dados sobre o mercado de trabalho dos assistentes sociais. O grupo formou-se inicialmente em agosto de 2008 com bolsistas voluntários e ligados ao Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PET/SSo) da Universidade Federal de Santa Catarina, coordenado pela professora Vânia Maria Manfroi do Departamento de Serviço Social da mesma universidade.

Num exercício coletivo o grupo foi pensando formas de concretizar o projeto, que num primeiro momento seguia alguns moldes de uma pesquisa semelhante realizada na Grande Vitória estado do Espírito Santo. Em reuniões semanais o grupo passou a discutir de forma coletiva os objetivos, hipótese e metodologia da pesquisa. Nesses encontros também dispúnhamos de textos que auxiliavam no debate teórico fundamental para a formação dos

¹A pesquisa está desenvolvida pelos núcleos NESSP/NESSOP (Núcleo de Estudos sobre o Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas / Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular), pelo Programa de Educação Tutorial em Serviço Social e estudantes da graduação de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina por meio do Programa Bolsa Permanência e conta com financiamento público do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), encontra-se em fase de finalização.

sujeitos envolvidos no processo, em cada ocasião alguém preparava uma apresentação que era assim debatida no formato de grupo de estudos por todos os presentes.

Ao longo do segundo semestre de 2008 também, durante os encontros, fomos organizando e estruturando o questionário², que após vinte e duas versões assumiu a forma definitiva para aplicação (ANEXO I). Todas as questões colocadas ali passaram pela aprovação do grupo, no sentido que todos puderam sugerir e opinar sobre sua composição. A versão final do questionário passou ainda por uma sequência de pré-testes para enfim ser aplicado com os assistentes sociais. Foi também durante esse semestre que construímos um projeto para buscar parceiros e recursos para a realização da pesquisa. O projeto foi enviado ao Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina (CRESS/ 12º Região) e também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo esses dois órgãos fundamentais para a materialização da pesquisa.

Durante o primeiro semestre de 2009 o projeto de pesquisa foi apresentado pelo PET/SSo aos calouros de Serviço Social como atividade de recepção. Nesta ocasião foi estendido o convite para que estes e outros que desejassem pudessem participar do projeto. O grupo passou assim por uma nova configuração, tendo agora um número maior de bolsistas, incluindo alguns das primeiras fases do curso. Alguns destes posteriormente seriam ligados ao Programa Bolsa Permanência³ da UFSC. A partir de então, com o grupo formado⁴, intensificamos as leituras dirigidas à formação e a elaboração dos demais instrumentais utilizados.

Ressaltamos nesse processo de formação do grupo e constituição do projeto de pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais seu caráter coletivo e dialético, em que todos os participantes puderam ser também protagonistas no processo.

Para a escolha da amostra foi realizado sorteio com caráter aleatório dentre os 958 assistentes sociais registrados no Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina 12ª Região (CRESS/SC). Desses foram entrevistados um número total de 131 profissionais na região da Grande Florianópolis. É importante situarmos alguns desafios com os quais lidamos

²O questionário está organizado nos seguintes eixos: 1. Perfil; 2. Formação profissional; 3. Instituição; 4. Condições de Trabalho; 5. Militância e Participação; 6. Expectativas E Exercício Profissional.

³ O Programa Bolsa Permanência tem um caráter socioeconômico e busca por meio do pagamento de uma bolsa mensal contribuir para a permanência de estudantes em vulnerabilidade social no espaço acadêmico.

⁴ Por variadas questões o grupo de pesquisa passou por diversas conformações, com entradas e saídas de membros. Atualmente o projeto de pesquisa conta com os seguintes integrantes: Profª Vânia Maria Manfro, Profª Maria Teresa dos Santos, Aline de Andrade Rodrigues, Arnaldo Xavier, Clara Praxedes, Claudia Fritzke, Cleuzi Maria da Luz, Daniele Giovanella da Silveira, Marjori de Souza Machado, Rosicléia Martins, Samuel Salézio dos Santos, Tamires Cristina Vígolo e Thiago Marmo Ferreira da Silva Rubim.

durante o processo e que dificultaram a obtenção do total inicialmente proposto, que era um número de cento e oitenta e quatro (184) profissionais na Grande Florianópolis.

O maior desafio foi, sem dúvida, localizar os profissionais a partir dos dados disponibilizados pelo CRESS, uma vez que esses dados (endereço, telefone, email, local de trabalho) em alguns casos se encontram desatualizados. Localizar o profissional sorteado na amostra levou um considerável tempo e empenho de todos os envolvidos no processo. Em virtude dessa dificuldade foi necessária a realização de dois sorteios.

Outra questão foi conseguir um horário disponível na agenda dos profissionais para a realização da entrevista que normalmente era realizada no local de trabalho ou na casa do assistente social, ou mesmo num local indicado por ele. O tempo máximo despendido para a aplicação do questionário girava em torno de vinte a trinta minutos, mas mesmo assim tivemos dificuldades para que o profissional dispusesse desse tempo para nos atender, o que levou a diversas remarcações de entrevistas e, em alguns casos, a desistência por parte do assistente social em participar.

Também encontramos algumas resistências em relação à participação por parte de alguns profissionais, da amostra geral onze (11) profissionais se recusaram a participar da pesquisa, alegando diversos motivos, entre eles falta de tempo, interesse ou motivo de doença pessoal e/ou familiar. Por esses motivos o número proposto pela amostra de cento e oitenta e quatro (184) profissionais não pôde ser alcançado.

Para aqueles que aceitaram, voluntariamente, a participar da coleta de dados foi elaborado um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (ANEXO II) que apresentava a pesquisa de uma forma geral, seus participantes, forma de financiamento, utilização dos dados e o compromisso ético de sigilo em relação à identidade do profissional, bem como o comprometimento de realização da devolutiva com os dados finais da pesquisa após sua conclusão.

Além da aplicação do questionário com os cento e trinta e um (131) assistentes sociais da região da Grande Florianópolis a pesquisa contou também com a realização de grupos focais em algumas cidades de referência nas regiões do estado, com um número total de participantes de trinta e oito (38) profissionais. As cidades elegidas pela pesquisa foram Lages, Chapecó, Itapema e Tubarão. A pesquisa também previa a realização de grupos focais na cidade de Blumenau, mas não possível a sua realização.

Para a preparação do grupo focal também realizamos leituras dirigidas. Além disso, realizamos ensaios durante as reuniões semanais do grupo em que cada um assumia um papel, como coordenação, relatoria e registro audiovisual da atividade. Como a dinâmica proposta

para os grupos focais era diferente da pensada para as entrevistas individuais, elaboramos também durante nossos encontros um roteiro no qual trazíamos algumas questões norteadoras para as discussões (ANEXO III).

Nesse sentido, a dinâmica dos grupos focais seguia este prévio roteiro (ANEXO III) elaborado pelo grupo de pesquisa em reuniões coletivas, nas quais também discutíamos a dinâmica que iríamos utilizar e os papéis que cada um dos participantes (bolsistas e professores) desempenharia. Por meio de um rodízio era incentivado que todos executassem, quando possível, as trocas de funções. Estas iam desde operar os equipamentos de áudio e vídeo para registro das atividades, como fazer a relatoria do encontro, coordenar a atividade, entre outras atividades. Desse modo o objetivo principal era garantir que o momento de pesquisa se constituísse para além da apreensão dos dados e troca com os sujeitos pesquisados, mas que também se configurasse como um espaço coletivo de aprendizagem e novas experiências para todos os envolvidos.

A fim de atingirmos os assistentes sociais nas cidades propostas apresentamos o projeto de pesquisa no Encontro Estadual de escolas de Serviço Social que aconteceu no segundo semestre de 2009. Na ocasião foi possível estabelecer contato com coordenadores de curso, professores e grupos de assistentes sociais que muito contribuíram para a organização e viabilidade dos grupos focais no interior do estado. Acrescentamos também a colaboração e financiamento da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Direção do Centro Sócio-Econômico fornecendo o transporte para o deslocamento até as cidades em que realizamos os encontros.

Os grupos focais eram formados por assistentes sociais, que também concordaram com a coleta dos dados (ANEXO IV) e eram provenientes do entorno das cidades citadas e que ocupavam diferentes áreas de atuação. A dinâmica dos grupos focais possibilitou a consolidação de espaços para a coleta de dados e posterior análise de forma quali-quantitativa, em um processo diferente dos questionários dos aplicados na Grande Florianópolis. Para definir os participantes do grupo elegemos alguns critérios, de forma intencional, tais como: a natureza da instituição (público, privado ou terceiro setor); o tamanho do município em que trabalha (sendo que um participante de um município com menos de dez mil habitantes / dois participantes de municípios com população de dez a trinta mil habitantes e os outros dos demais municípios); vínculo empregatício (celetista, estatutário ou contrato temporário); e tempo de atuação na área. Esses critérios objetivavam uma maior variabilidade na discussão, buscando abranger uma maior proximidade com as diferentes áreas do cotidiano dos assistentes sociais.

A atividade foi coordenada por um mediador e um auxiliar, ambos responsáveis pela condução das discussões e garantia de que todos os participantes pudessem contribuir com a sua experiência. Juntamente com eles foi garantida a presença de um relator e um responsável pelo registro em áudio e filmagem da atividade. Devido ao número de participantes em algumas cidades organizamos dois grupos focais simultaneamente, como foi o caso de Chapecó e Lages.

As questões apresentadas e discutidas durante a realização dos grupos (ANEXO III) foram semelhantes às que compunham os eixos norteadores do questionário aplicado na Grande Florianópolis. Após as atividades as falas foram transcritas e também compõem as análises aqui apresentadas. Foram realizados seis grupos focais, conforme tabela (Tabela 1) a seguir:

Tabela 1 – Número de Grupos focais.

Cidades	Número de participantes
Chapecó	6
Chapecó	4
Itapema	8
Lages	9
Lages	3
Tubarão	8

Fonte: Dados grupos focais Pesquisa Mercado de trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Somados a esses dois momentos – aplicação de questionário e grupos focais – que possuem por sua vez metodologias diferentes, também foram realizadas entrevistas com assistentes sociais que possuem trajetória no campo de trabalho do Serviço Social.

A escolha desses profissionais para a realização das entrevistas foi intencional e vislumbrava trazer à pesquisa um caráter histórico da profissão e sua trajetória de desenvolvimento no estado, sobretudo no que diz respeito a alterações no mercado de trabalho profissional. Assim foram selecionadas cinco profissionais que possuem inserção em diversos campos e que atuam em diferentes espaços sócio-ocupacionais, bem como em diferentes partes do estado catarinense. Sendo assim o número final de assistentes sociais entrevistados pela pesquisa somando os três (3) momentos de coleta de dados – questionários Grande Florianópolis, grupos focais nas regiões do estado e entrevistas individuais – foram de cento e setenta e quatro (174) profissionais.

Porém ressaltamos que o trabalho aqui apresentado se apropria apenas dos dados dos questionários aplicados na Grande Florianópolis como os cento e trinta e um (131) profissionais e dos trinta e oito (38) oriundos dos grupos focais. Portanto nosso trabalho por uma questão metodológica não se utiliza em nenhum momento dos dados dos cinco (5) profissionais entrevistados individualmente.

Para atender aos objetivos propostos pelo presente trabalho foi realizado assim um recorte dentro da referida pesquisa, tendo como foco as questões que caracterizavam os profissionais, dentro do eixo: *identidade* como *idade; sexo; cor; origem familiar*, entre outras, objetivando conhecer este sujeito e um pouco de sua trajetória; e questões que compõem o eixo “condições de trabalho”: *há problemas que dificultam a realização do seu trabalho?* Outro eixo utilizado foi “expectativas e exercício profissional” em que nos debruçamos sobre as seguintes questões principalmente: *o que a (o) levou a escolher o Serviço Social como profissão e quais as expectativas quanto ao futuro da profissão?* Em relação aos grupos focais também utilizamos as análises quantitativas e qualitativas identificando claramente quando os dados são procedentes dessa modalidade.

Para preservar a identidade e sigilo dos profissionais entrevistados utilizamos marcações numéricas. Ao longo do trabalho utilizamos variações diferentes para identificar quando nos referimos aos assistentes sociais e dados provenientes da Grande Florianópolis, dos grupos focais ou das entrevistas individuais. Para os dados oriundos da Grande Florianópolis utilizamos a marcação *Assistente Social X*, em que *X* corresponde à numeração inicial em que agrupamos os 958 assistentes sociais da relação fornecida pelo CRESS antes dos sorteios realizados. Os dados a respeito dos grupos focais estão identificados com as siglas *AS/GF* seguido de um número atribuído a cada profissional participante.

Cabe ainda ressaltar que neste trabalho utilizamos a concepção de exercício profissional definida por Yamamoto quando diz que o assistente social no seu cotidiano é um sujeito profissional dotado de uma ação “que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações profissionais” (Yamamoto, 2005, p. 21).

Com o objetivo de responder as questões apresentadas anteriormente nosso trabalho está dividido em três seções que obedeceram à seguinte disposição:

- Na primeira seção abordaremos o tema do cotidiano buscando refletir em como este espaço social pode ser caracterizado dentro de um viés duplo de alienação/superação em que os homens constroem sua história a partir de condições previamente estabelecidas. Para tanto buscaremos construir uma caracterização do

perfil dos profissionais entrevistados, sua inserção profissional na divisão sócio-técnica do trabalho. Nessa seção focaremos nossa análise na discussão em como as particularidades desses profissionais a partir de seu processo de socialização podem ser entendidas de forma a apresentar consequências ao seu exercício profissional. Ainda refletiremos em como pelo processo de socialização os sujeitos se percebem enquanto seres sociais, dotados de potencialidades, vinculadas ao seu processo de vida com características próprias e visões de mundo diversas, que possibilitam leituras da realidade histórico-social. Tópicos esses que acreditamos estar intimamente vinculados aos anseios, desejos e projeções sociais dos assistentes sociais.

- Na segunda seção a partir das preposições e caminhos trilhados vamos refletir sobre as relações de trabalho dos assistentes sociais, analisando o contexto institucional que se inserem, levando em conta *as condições materiais* destes espaços, *renda, carga horária, natureza da instituição, vínculo profissional, entre outros aspectos*, objetivando vislumbrar os desafios e potencialidades presentes nesses espaços.
- Na terceira e última seção apresentamos algumas considerações em relação ao trabalho desenvolvido trazendo as principais tendências apontadas pela pesquisa, bem como em relação a trajetória empreendida para a realização desta monografia.

É, então, a partir dessas premissas que dirigimos o olhar para o exercício profissional do assistente social num caminhar a partir de uma íntima conjunção de fatores teóricos e práticos.

2 UMA REFLEXÃO SOBRE O COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DE SANTA CATARINA: PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO, HETEROGENEIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO

2.1 AS QUESTÕES SUBJETIVAS: DISCUSSÕES E APORTES TEÓRICOS

“Eu tenho um coração
Eu tenho ideais
Eu gosto de cinema
E de coisas naturais
E penso sempre em sexo, oh yeah!”
(Aloha – Legião Urbana)

Ao iniciarmos este capítulo uma preocupação latente foi buscar dentro do marco teórico adotado uma discussão na qual pudéssemos estabelecer um diálogo crítico entre a produção dos sujeitos sociais, a partir de alguns conceitos sobre subjetividade, e as implicações possíveis dessa relação com o exercício profissional dos assistentes sociais. Ao tratarmos do conceito de subjetividade entendemos que este é tomado em nível do senso comum como um produto individual, internalizado por processos que se encontram muito mais sob o domínio das teorias psicanalíticas sobre o indivíduo do que pautadas num entendimento de construção coletiva.

É importante demarcar que ao propormos a discussão dessa temática no âmbito do Serviço Social “não estamos propondo o retorno à psicologização” (DUARTE, 2010, p. 16) abandonada, ao menos teoricamente, pela categoria no processo de reconceitualização. Segundo Duarte (2010) o Serviço Social tradicional discutia a temática da subjetividade no campo do conservadorismo, que não levava em conta a transversalidade da política no trabalho profissional, reduzindo tal temática a um trabalho terapeuta e clínico no campo do ajustamento social e responsabilização do indivíduo. Mas, antes, propomo-nos a pensar a subjetividade como um processo de construção social, partilhado por todos, no sentido em que este diz “respeito à criação, bem como, a mortificação, da vida humana em sua integralidade” (MACHADO, 2008, p. 191).

Também salientamos que o trabalho aqui empreendido faz parte dos estudos iniciais sobre essa temática, o que poderá apresentar limites teóricos. No entanto, reconhecendo-os, nosso objetivo é buscar uma aproximação em torno de tal temática para a leitura da realidade apresentada.

A subjetividade, assim, não é uma instância privada, alheia ao meio social, mas uma produção partilhada que se dá em conjunto, entendendo que

determinadas condições de vida criam formas de se estar no mundo. Os aspectos econômicos e culturais, a cidade, o emprego e o desemprego, a escolaridade e o analfabetismo, o medo, a violência, a miséria, os fundamentos religiosos, as guerras, as etnias, as diferenças, os preconceitos, os projetos de vida, a falta de perspectiva, as políticas públicas, dentre tantos outros aspectos, se misturam e dão corpo ao que se chama subjetividade (MACHADO, 2008, p. 191).

Situar os sujeitos neste processo pressupõe analisá-los como seres sócio-históricos, uma vez que todo sujeito é sempre individual e coletivo. Destarte, questionamos o conceito de subjetividade que pressupõe a existência de uma interioridade em separado a uma exterioridade, com polarizações clássicas entre sujeito e objeto, consciência e mundo, corpo e alma, ou individual e social, então negamos a atualização metafísica que vê em um desses pólos o lugar da verdade ou a determinação de um sobre o outro (MACHADO, 1999).

Assim, nossa intenção ao discutir tal temática é buscar romper com a idéia que apresenta o homem como um ser a-histórico, desconectado das questões subjetivas do meio em que vive, um ente hipoteticamente abstrato e ideal, configurando-se exterior às relações sociais capitalistas na qual se insere. Ademais, suas projeções subjetivas também fazem parte da sua formação enquanto sujeito, e é sobre essas questões que nos debruçaremos a partir de então.

Como salientamos anteriormente o exercício proposto aqui é uma aproximação com o tema, de forma que não pretendemos esgotá-lo do ponto de vista teórico, acreditando ser essa uma tarefa para a continuação dos estudos em outros níveis de formação. Assim, assinalamos que nossa intencionalidade é apresentar algumas nuances desse processo focando, sobretudo, na concepção de sujeito profissional e as suas expectativas profissionais a partir da Pesquisa Mercado de Trabalho.

Tomar o conceito de subjetividade como defendemos aqui nos leva a negar a crença que toma este conceito como algo naturalmente intrínseco e particular ao humano, e vinculá-lo com os processos históricos. Ainda neste aspecto é importante, segundo Machado (1999) fazer uma distinção entre modos de subjetivação que são os processos de subjetivação ou modos de existência e formas-subjetividade que são aqueles aspectos que estão presentes na constituição da subjetividade. Entretanto, a subjetividade pode tanto ser um espaço fechado,

hermético às transformações possíveis do cotidiano ou espaços abertos a outras formas de ser⁵.

E os modos de subjetivação referem-se

à própria força das transformações, ao devir, ao intempestivo, aos processos de dissolução das formas dadas e cristalizadas, uma espécie de movimento ‘instituinte’ que, ao se instituir, ao configurar um território, assumiria uma dada forma-subjetividade. Os modos de subjetivação também são históricos, contudo, têm para com a história uma relação de processualidade e por isso não cessam de engendrar outras formas (MACHADO, 1999, p. 212).

Um comparativo para pensar esta questão, apresentado pela autora, seria imaginarmos uma rede cujos fios se entrelaçam em uma complexa trama. Tanto a rede como os fios que a compõem são históricos. Esta rede de certa forma realiza dobras⁶ que são dinâmicas aproximando alguns pontos e distanciando outros, como uma toalha ou um lenço que voa ao sabor do vento. As dobras formadas a partir desse processo são provisórias, constituindo-se uma espécie de interior que não é fechado, ao mesmo tempo em que continua fazendo parte do externo, visualizada como a rede em si (MACHADO, 1999).

A subjetividade pode ser pensada então

como sendo formada por dobras. Mas as dobras são a própria rede, ou melhor, nós somos a própria rede, assim como o sistema econômico, político, educacional, etc. também são. As dobras são formas que se produzem e conferem um sentido específico para o que chamamos desejo, trabalho, arte, religião, ciência, etc. as dobras não são interiores e nem exteriores, mas formações provisórias de um ente que mistura finitos materiais de expressão em ilimitadas combinações (MACHADO, 1999, p. 213).

Portanto, a partir desses enunciados, podemos afirmar que mesmo aquilo que acreditamos ser nossa personalidade, ou mesmo nossos mais íntimos desejos, em verdade são *expressões-em-nós* do momento histórico que vivemos, e assim também a própria necessidade

⁵ Para os teóricos dessa linha de análise, a esquizo-análise, não podemos falar de um sujeito dotado de uma identidade, ou composto por qualquer unidade que os identifique. Para eles os sujeitos são formados por inúmeros processos sociais que se imbricam, produzidos em diversos momentos históricos e sociais, que ao interligar-se vão sistematicamente formando o sujeito, este estará sempre no devir, no inacabamento, na possibilidade, por isso mesmo não constituindo uma unidade em si. Tal linha teórica tem como uma importante expoente no Brasil a coordenadora do núcleo de Estudos da Subjetividade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP): Suely Rolnik. Outro pensador deste campo teórico foi o filósofo francês Felix Guattari.

⁶ Conceito trabalhado por Gilles Deleuze, sobretudo nos livros: *A dobra: Leibniz e o barroco*. Campinas: Papirus, 1991 E *Foucault*. Campinas: Papirus, 1998.

de crermos que temos coisas que nos são particulares e que nos diferenciam do resto do mundo (MACHADO, 1999).

Diante dessas primeiras considerações cabe nos indagar: qual a relevância da discussão dos processos de subjetivação para pensar o exercício profissional do assistente social no âmbito do cotidiano? A questão da subjetividade perpassa, assim, o exercício profissional, estando presente tanto na relação do sujeito profissional em si e para si, como também na sua relação com o outro que demanda seu trabalho. Nossas análises buscam discorrer sobre essas relações, bem como pensar um pouco sobre como se configura este sujeito profissional, a partir das expectativas que o levaram a buscar o Serviço Social como profissão. E como podemos pensar seus anseios em relação ao futuro profissional, sobretudo com a perda das identidades coletivas e o novo ordenamento das relações sociais contemporâneas.

Falar sobre subjetividade não pressupõe a adoção de características uniformes, mas antes como um processo de composição, decomposição e recomposição de sentidos múltiplos (MACHADO, 2008). Podemos acrescentar que em “lugar da permanência em campos mapeados, onde podemos dizer “eu sou assim”, “mãe é tudo igual só muda de endereço”, “o povo não sabe votar” [...] [é necessário] criar novas cartografias” (MACHADO, 1999, p. 224). Mesmo porque tais processos estão em movimento no cotidiano, na vida social dos sujeitos, na heterogeneidade do dia-a-dia. Nesse contexto é que buscamos discutir o exercício profissional do assistente social. Num esforço de desnaturalizar a idéia de subjetividade, pensando que a constituição do desejo é atravessada por todo um conjunto de questões econômicas, culturais, políticas, etc (MACHADO, 1999).

Nesse sentido buscamos definir subjetividade como sendo o

conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesma subjetiva (GUATTARI apud MANFROI, 1997, p. 19).

E entendendo a sua produção como o emaranhado de instâncias “intersubjetivas humanas, tais como a linguagem, fatores éticos, interações institucionais, dispositivos maquínicos, ‘universos de referência incorporais’ – música e artes plásticas” (MANFROI, 1997, p. 270), é que caminhamos para aqui a “superação da separação entre sujeito individual e sociedade, a partir de uma visão mais transversalista, ou seja, atravessada por vários universos de referência” (MANFROI, 1997, p. 270). Nesse ínterim ao invés de falarmos de

sujeito, Guattari (1997) propõe falarmos de componentes de subjetivação, em que estes trabalhando cada um, mais ou menos por conta própria. Para ele o capitalismo pós-industrial tende, cada vez mais, “a descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, etc” (idem, p. 31). O que difere nosso momento histórico de outras fases do capitalismo, para Guattari (1997), não é o fato de as outras fases não terem poder de capitalizar a subjetividade, mas o fato de esta não ter verdadeira importância nesses outros contextos sociais. Além de que devido a esta posição dita menor, a subjetividade foi renegada por teóricos durante suas análises sociais.

Ademais, ao tratarmos o conceito de subjetividade como apresentado também estamos afirmando que este tem sua formação social, não pertencendo apenas ao mundo individual, mas com uma dimensão social permeada por meios heterogêneos (MANFROI, 1997). Por não possuir um tempo determinado de construção e nem ser estática, a subjetividade está sempre passível de ser reconstruída por novos processos de subjetivação em várias instâncias sociais.

Manzini-Covre (apud MANFROI, 1997) reforça essa característica nos convidando a pensar nos espaços da esfera privada e da esfera pública e como estas duas esferas se articulam com a construção da emancipação e os processos de subjetivação, bem como o conceito de subjetividade pode se articular com os desejos postos no campo individual⁷. Para Manzini-Covre (idem) na ação dos sujeitos de buscarem a construção de sua emancipação, ou seja, pautar na realidade questões que dizem respeito à cidadania, à justiça e a construção de uma nova ordem societária, reside a possibilidade de “fazer a ligação entre os desejos e as necessidades dos homens, enquanto indivíduos (subjetividade) e enquanto sujeitos grupais do bairro nas fábricas, nos sindicatos, [...] até chegar ao âmbito global da sociedade” (idem, p. 275).

Destarte, chegamos a um importante ponto da discussão empreendida nesta seção: problematizar como as motivações e os processos subjetivos impulsionam os sujeitos no seu cotidiano profissional. Segundo Bertrand (apud MANFROI, 1997), tal questionamento é relevante, pois um ideal que permite ao sujeito construir uma imagem enaltecida de si mesmo, um sujeito em potencial, também contém a promessa de realizar-se, restaurar, que perpassa a

⁷ Diferente da linha teórica apresentada anteriormente, a esquizo-análise, que situa o sujeito como uma composição de inúmeros processos sociais, em que não é possível ver uma unidade em si. Nesta concepção tomada por Manzini-Covre (apud MANFROI, 1997) podemos pensar o sujeito com identidade singular. No entanto para ambas as correntes teóricas as formas de construção da subjetividade são pensadas por processos semelhantes.

satisfação das reivindicações mais limitadas e vai além. Uma vez que tal satisfação proporcionada por estas realizações não decorreram apenas do benefício material advindas delas, mas antecipa a efetivação de esperança, de uma forma ampla.

Os elementos que a Bertrand (idem) denomina de imaginários como a ilusão, a esperança em determinado projeto social/político se articulam como sendo elemento do desejo, a ilusão assim não é algo falso, antes a sua raiz é a mesma do desejo, assim como a sua força também. Portanto,

desejo ou anseio representado aqui pela meta narcisista de reconciliação de cada ser singular como um todo, o conjunto da comunidade humana. Esta raiz subjetiva não é contraditória com a existência de uma raiz social. Pois quanto mais a realidade externa desmente esta imagem, mais ela tem poder de atração já que outras formas de satisfação lhe são recusadas (BERTRAND apud MANFROI, 1997, p. 285).

Afirmamos assim, que desejo e projeto são inseparáveis, uma vez o projeto no qual o sujeito está vinculado é o que mobiliza seu desejo. “Todo sujeito é sujeito porque é desejante”, nesse ínterim “o que mais se deseja é seguir sendo sujeito de um desejo que possa se enunciar [...]. Terrível é a perplexidade de se perguntar o que eu desejo?” (KEHL apud MANFROI, 1997, p. 285). Por fim acrescentamos que a “identidade dos indivíduos passa, quase sempre, por uma forte vinculação a um grupo de pares que, de diversas formas, reforça certas crenças e valores” (VELHO, 1989, p. 88).

Partindo dessas premissas teóricas em relação a subjetividade e aos processos de subjetivação, iremos buscar conhecer quem são os sujeitos da pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina e conhecer um pouco sobre os processos de socialização pelos quais foram formados.

2.2 O SUJEITO PROFISSIONAL E OS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO

“Faltou luz, mas era dia, o sol invadiu a sala
 fez da TV um espelho refletindo o que a gente esquecia.
 O som das crianças brincando nas ruas
 como se fosse um quintal.
 A cerveja gelada na esquina
 como se espantasse o mal.
 O chá pra curar esta azia,
 um bom chá pra curar esta azia.
 Todas as ciências de baixa tecnologia.
 Todas as cores escondidas nas nuvens da rotina.
 Pra gente ver... Por entre prédios e nós...
 Pra gente ver... O que sobrou do céu!”
 (O Rappa – O que sobrou do céu)

O cotidiano entendido como uma categoria de análise é composta por questões tais como a organização do trabalho, da vida privada, do espaço do lazer, do descanso e da vida social como um todo, configurando-se como um espaço heterogêneo e hierárquico (HELLER, 1992). Materializado no tempo presente, o cotidiano se apresenta como um espaço no qual o homem⁸ se coloca por inteiro, participando com todos os aspectos de sua individualidade e personalidade. Espaço este em que são colocadas “todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias” (HELLER, 1992, p. 17). Pensar os sujeitos aqui é, então, romper com a visão em que “o indivíduo biológico é a unidade mínima e básica em termos de significado e valor” e pensá-los como parte de um processo histórico-social perpassado assim por questões objetivas e subjetivas de tal contexto (VELHO, 1989, p. 86). Sendo assim, ao discutirmos as características do cotidiano dos assistentes sociais, é apropriado situarmos quem são os sujeitos que integram esta pesquisa para, a partir de suas particularidades, pensarmos a configuração do seu cotidiano.

Demarcamos que os dados aqui apresentados foram construídos a partir da interação com os assistentes sociais do estado de Santa Catarina reais sujeitos deste trabalho, que expressam, como veremos, questões vinculadas a um específico processo de socialização ao qual foram submetidos durante sua vida social e profissional. Para pensar essa questão nos remetemos a Heller (1992) quando esta apresenta uma característica específica do cotidiano: nenhum ser humano está alheio a ele, ou seja, todos já nascemos inseridos na cotidianidade e, por meio do processo de socialização a que somos submetidos ao longo de nossa vida, vamos

⁸ Para além de uma relação de gênero, o termo “homem”, utilizadas aqui repetidas vezes, é sinônimo de “ser humano”.

aprendendo e internalizando, as habilidades imprescindíveis para a vida em sociedade, “é adulto quem é capaz de viver por si mesmo a sua cotidianidade” (HELLER, 1992 p. 18).

Paralelamente é importante salientar que a modernidade está diretamente associada a uma “fragmentação e/ou diferenciação de esferas da vida social e cultural” (VELHO, 1989, p. 87). Em outras palavras podemos afirmar que a cultura burguesa buscou consolidar na modernidade espaços de domínio diferenciados como a família e o trabalho, ao mesmo tempo em que ao fazer isso reorganizou suas formas de vinculações (idem). No entanto a “cotidianeidade” do cotidiano, por assim dizer, no sentido apresentado por Heller (1992) é vivida em todos os âmbitos sociais, sejam eles quais forem.

Daí a importância de nos debruçarmos sobre os dados a respeito dos processos de socialização dos sujeitos profissionais, buscando compreender um pouco de suas trajetórias pessoais e os espaços nos quais esses exercem sua cotidianeidade.

Como primeiro passo na busca de conhecer a configuração dos sujeitos profissionais e seus processos de socializações, percebemos ser importante a análise da faixa etária. Esse dado se faz relevante pois conhecê-lo abre a possibilidade para analisarmos os processos históricos-sociais pelos quais estes sujeitos passaram no decorrer de suas vidas.

Para um melhor entendimento desses dados convidamos o leitor para uma digressão histórica para o contexto social a partir da década de 1960, uma vez que uma importante parcela dos entrevistados tiveram seu processo de socialização a partir desse período histórico. Apresentar alguns fatos históricos é, sobretudo importante em nossa sociedade contemporânea, pois segundo Hobsbawm (1995, p. 13) “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX”.

Para o historiador o “breve” século XX foi marcado por períodos categoricamente extremos, por uma forte moral entre bem e mal e por guerras e conflitos em escala planetária. Para Hobsbawm (1995) a divisão do século XX pode ser realizada em três grandes blocos, quais sejam: *A Era das Catástrofes* – que vai de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial; *A Era de Ouro* – após 25 ou 30 anos do fim da Segunda Guerra Mundial e o *Desmoronamento* a partir do início dos anos de 1970 com uma nova era de decomposição, incertezas e crises mundiais.

A fim de atender às nossas argumentações aqui propostas examinaremos brevemente alguns nuances da *Era de Ouro* e do período de *Desmoronamento*. Vale assinalar que o período aqui empreendido não foi homogêneo em todo o globo, assim mesmo que em linhas

gerais alguns países apresentaram características semelhantes, estas devem ser consideradas muito mais a partir de suas particularidades.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial o mundo inaugura uma nova era binária, tornando-se dividido por um lado em “capitalismo” e por outro em “socialismo real”, a partir dessa divisão inaugura-se o período histórico da Guerra Fria que “baseava-se numa crença ocidental, retrospectivamente absurda [...] de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado” (HOBBSAWM, 1995, p. 228). Paralelamente temos a construção de um bloco chefiado pelos EUA e outro pela URSS, não apenas no campo militar e político, mas também no campo ideológico.

Os dois lados viram-se assim comprometidos com uma insana corrida armamentista para a mútua destruição, [...] os dois complexos industrial-militares eram estimulados por seus governos a usar sua capacidade excedente para atrair e armar aliados e clientes, e, ao mesmo tempo, conquistar lucrativos mercados de exportação (idem, p. 233).

Porém o confronto militar entre ambas as potências jamais existiu. Por um lado a URSS foi vitoriosa com a ascensão comunista na China e os EUA e seus aliados “disfarçados como Nações Unidas” intervieram na Coreia do Sul impedindo que esta fosse engolida pelo regime comunista do Norte. Já no Vietnã foi a vez da derrota dos EUA, a mesma derrota que teve a URSS no Afeganistão após anos de apoio ao governo militar para combater as guerrilhas armadas pelos americanos. O resultado foi um empate! E “o material caro e de alta tecnologia da competição das superpotências revelou-se pouco decisivo” (idem, p. 235). Com o decorrer dos anos e as mudanças políticas e econômicas neste contexto, o mundo capitalista passou, sobretudo a partir da década de 1960, a gozar de melhores expansões econômicas e culturais, em especial os países capitalistas centrais, porém podemos considerar que a *Era de Ouro* foi como um fenômeno mundial. (idem, p. 255).

Nesse período era possível observar a elevação da expectativa de vida, a satisfação pelo consumo, a explosão de indústrias mundiais e a exportação do *american way of life*, como um modo de aproveitar a vida. O terremoto tecnológico, como é chamado por Hobsbawm (1995), transformou absolutamente a vida cotidiana em maior escala no mundo rico, mas também em menor escala no mundo pobre, com a introdução de tecnologias como o plástico, o transmissor, o rádio, entre outras.

O investimento em pesquisa e desenvolvimento também é um marco dessa era, bem como a exigência de cada vez menos força-de-trabalho ou até a sua gradual substituição por máquinas. O protagonismo das pessoas na esfera da produção era cada vez mais passado para

a esfera do consumo. E para a sociedade capitalista era como se seus problemas tivessem sido resolvidos ou desaparecido (idem).

Em nosso país passávamos no mesmo período por uma crescente euforia desenvolvimentista após o governo de Juscelino Kubitschek e seu “Plano de Metas”, com a interiorização da capital federal. Transformações também ligadas a esse contexto foram às sentidas pela instauração dos regimes ditatoriais pela América Latina que no Brasil vai se estender até meados da década de 1980⁹.

Em nível mundial no campo social temos um processo de urbanização cada vez mais crescente, com de fato “a morte do campesinato”. Para se ter uma idéia na América Latina a porcentagem de camponeses se reduziu a metade em vinte anos em países como Colômbia, México e Brasil (HOBSBAWN, 1995). Em escala contrária houve uma demanda crescente e muito mais universal em relação à exigência de uma formação secundária e do ensino superior, nesse sentido a “alfabetização básica, era na verdade a aspiração de todos os governos” (idem, p. 289).

No âmbito cultural foi possível observar uma crescente revolução, em especial se analisarmos as transformações por que passaram a instituição família, e as estruturas existentes entre os gêneros, como também entre gerações. Analisando de forma geral, a maioria da humanidade compartilhava de características semelhantes em relação ao casamento formal com relações privilegiadas entre os cônjuges sendo o adultério condenado. Em relação à superioridade do marido sobre a esposa e dos pais sobre os filhos, dos mais velhos sobre os mais jovens. Por mais que a rede de cooperação e de parentesco fosse complexa e extensa, o modelo sempre estaria pautado na concepção de família nuclear forjado durante o século XIX: o casal e os filhos, tornando-se esse o modelo padrão da sociedade burguesa também no século XX (HOBSBAWM, 1995). Porém, tais arranjos começaram a transformar-se a partir da segunda metade deste século.

Questões como divórcio, nascimentos fora do casamento, mães solteiras, rebeliões juvenis introduzem discussões na agenda pública que até então eram tratados no plano privado. A cultura juvenil toma a cena, tanto política como econômica, com a criação de nichos de produtos específicos para essa faixa etária. Com um avanço do poder ideológico ocidental, sobretudo americano, a televisão e a produção cinematográfica divulgava a geração de “jeans” por todo o globo (idem).

⁹ GIAMBIAGI, F. [et al.]. Economia Brasileira contemporânea (1945-2004). 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Disponível em <http://www3.mackenzie.com.br/editora/index.php/rem/article/viewFile/781/468> acesso em 23 de outubro de 2010, às 15h16min.

A cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formaram cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos (idem, p. 323).

Nesse ínterim pode ser observada uma guinada das classes dominantes para o gosto popular, Hobsbawn (1995) apresenta, inclusive, alguns paralelos destes nos países ditos de terceiro mundo como no caso do Brasil e a defesa do samba pelos intelectuais.

As transformações culturais e políticas e as idéias que culminam no marco do ano de 1968, têm origem já em meados da década de 1950, num contexto em que se acreditava que, por meio da liberdade, os homens e mulheres poderiam ampliar a felicidade e o bem-estar. A tônica utilizada por esses movimentos de contestação eram pautados na liberação pessoal e social. Tal revolução cultural pode ser mais bem entendida

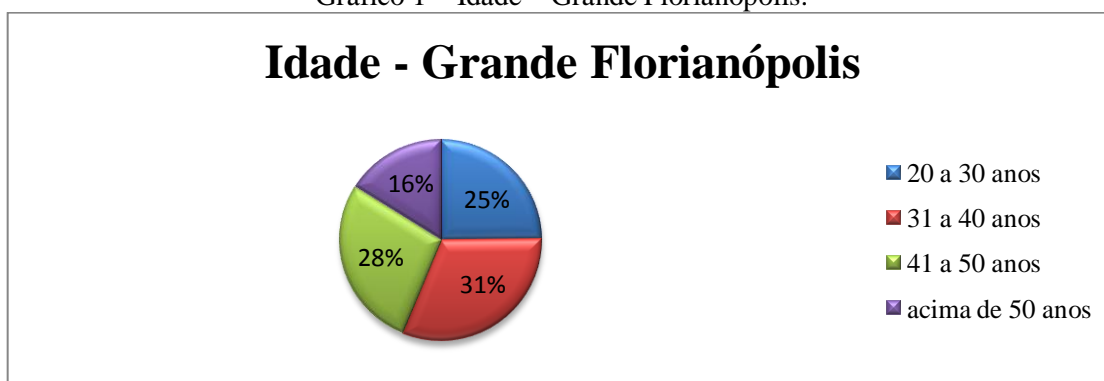
como um triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais. Pois essas texturas consistiam não apenas nas relações de fato entre seres humanos e suas formas de organização, mas também nos modelos gerais dessas relações e os padrões esperados de comportamento das pessoas umas com as outras; seus papéis eram prescritos embora nem sempre escritos (idem, p. 328).

Os movimentos estudantis que afloraram em todo o mundo nesse período têm alguns marcos como as jornadas de maio em 1968 na França, os movimentos por direitos para as minorias rebeldes norte-americanas, as paralisações na Universidade de Columbia, a liberação sexual, a inovação artística, musical e cinematográfica.

Esses elementos são importantes para pensarmos o contexto no qual os assistentes sociais foram adquirindo sua visão de mundo, e é com essas transformações presentes na memória que buscamos analisar os dados a seguir.

Um primeiro dado apresentado leva em consideração a idade dos profissionais entrevistados na Grande Florianópolis. Como dados absolutos da pesquisa na Grande Florianópolis temos cento e trinta e um (131) profissionais entrevistados e nos grupos focais trinta e oito (38) profissionais no total. Observando-se o Gráfico 1 percebemos que eles estão distribuídos quase que equitativamente nas diversas faixas etárias, tendo uma maior incidência na faixa dos *31 a 40 anos* com 31% dos entrevistados, no entanto chama a atenção o percentual de 25% de profissionais que têm idade entre *20 e 30 anos*. Somando-se os dois percentuais vê-se que 56% dos profissionais estão na faixa etária de até *40 anos*.

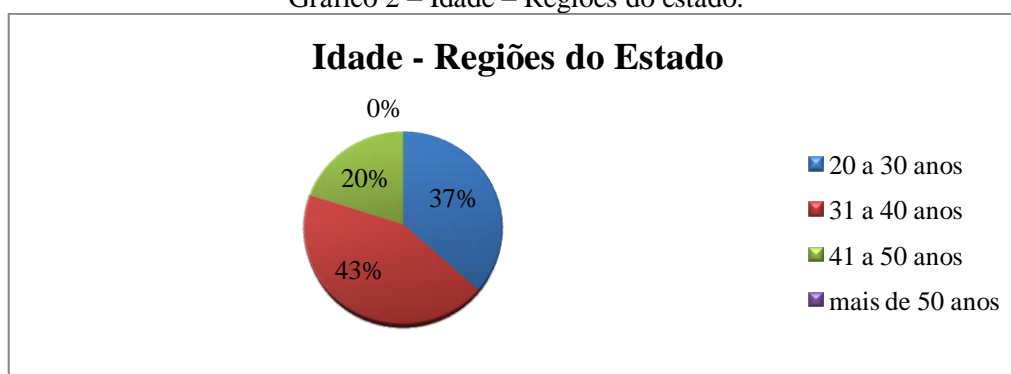
Gráfico 1 – Idade – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Já nos dados dos grupos focais em relação à idade percebemos, conforme o Gráfico 2, que estes não seguem a mesma tendência de distribuição que ocorre na região da Grande Florianópolis (Gráfico 1), uma vez que a faixa *acima de 50 anos* que aparece com 16% na Grande Florianópolis, não aparece nos grupos focais. Porém, semelhante à Grande Florianópolis temos uma maior incidência na faixa dos *31 a 40 anos* com 43% (Gráfico 2) e em segundo lugar a faixa de *20 a 30 anos* com 37%. Se agruparmos os números dos assistentes sociais com idade até *40 anos*, a incidência será de 80% dos participantes dos grupos focais. Esse número é bem superior aos da Grande Florianópolis em que a mesma faixa etária contava com 56% dos entrevistados. Ademais, cabe ressaltar que 44% dos profissionais da Grande Florianópolis e 20% dos profissionais dos grupos focais tiveram sua socialização cultural no período da ditadura, ou anteriormente a ele.

Gráfico 2 – Idade – Regiões do estado.



Fonte: Dados grupos focais Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

É importante destacar, além dos elementos já apresentados anteriormente, que o período de tempo que compreende a socialização desses profissionais é muito diverso e heterogêneo, devido aos processos pelos quais o Brasil passou durante a segunda metade do século XX. Nossa reflexão aqui vai retomar alguns elementos que permeavam esses

processos, buscando entender como eles trazem para os sujeitos algumas marcas em relação à construção de sua identidade e visão de mundo.

Destarte um tema presente no contexto social da segunda metade do século XX, sobretudo a partir dos anos de 1970, período de ditadura militar no Brasil, como vimos são as lutas pelas afirmações de segmentos subalternizados socialmente, entre elas damos um destaque para as lutas feministas. Sarti (2004) aponta a década de 1970 como um período importante para esse movimento que, mesmo sendo bastante heterogêneo, buscava construir a emancipação feminina em diversos espaços sociais. As contribuições de autoras como Alexandra Kollontai e Simone de Beauvoir, entre outras, abriram caminho para a discussão ontológica do ser mulher, ao mesmo tempo, tais teorias permitiam não apenas a reflexão em torno das relações interpessoais, mas também uma articulação destes espaços com a luta contra as condições objetivas de opressão durante o período da ditadura militar (SARTI, 2004). E nesse contexto um primeiro desafio do movimento das mulheres foi “demonstrar que a desigualdade entre homens e mulheres é uma construção social, enterrando para sempre a tradicional naturalização da subordinação das mulheres como destino biologicamente dado” (SILVEIRA, 1997, p. 162).

Num curso predominantemente feminino podemos também questionar sobre os impactos que as transformações sociais, sobretudo de contestação a uma sociedade patriarcal, trouxeram para a formação da categoria. Aqui assinalamos apenas alguns elementos para pensar a formação desses sujeitos, mas certamente poderíamos elencar outros.

Assim, destaca-se que ressurge na pesquisa o aspecto de que a maioria esmagadora de profissionais é do sexo feminino (97% dos entrevistados – conforme Gráfico 3). Sabemos que historicamente o processo de socialização das mulheres se diferenciou do dos homens, no sentido de que a diferença de gênero também pressupõe as experiências que tais sujeitos terão, ao menos em linhas gerais, na formação social. Em nossa sociedade as mulheres ainda recebem uma educação relacionada ao cuidado da família e ao espaço privado, em contrapartida os homens são impulsionados para as atividades no espaço público e de provimento familiar.

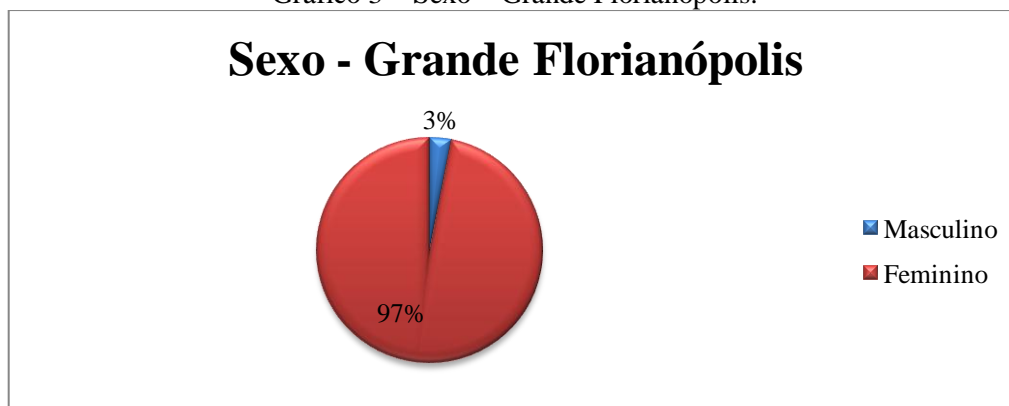
O caráter majoritariamente feminino que a profissão ainda apresenta também nos motiva a refletir sobre algumas questões do cotidiano profissional. Como assinalamos, nossa sociedade ainda é constituída por um viés fortemente machista, na qual o papel da mulher está ligado ao cuidado e ao mundo privado. Como defende Silveira (1997) as questões de gênero operam social e historicamente em diversos âmbitos que vão desde a dimensão política à

econômica, em que tanto para homens como para mulheres há uma normativa que guia essas ações.

O papel da mulher nas relações de trabalho com o passar dos anos, mesmo com processos de estagnação da economia na década de 1980, foi gradativamente sendo ampliado devido ao fato desta se configurar como uma força-de-trabalho mais econômica em relação à do homem. Já num contexto econômico da década de 1990, marcado por forte abertura do mercado brasileiro e implementação das políticas neoliberais, a incorporação da mulher continuou a ser uma tendência em crescimento, porém nunca se desvinculou de algumas características específicas, como salários mais baixos, ocupação precária de postos de trabalho, discriminação nas contratações, na ascensão profissional, além delas terem que conviver com uma dupla jornada de trabalho¹⁰.

Esta nos parece uma primeira questão latente para pensar o exercício profissional: o Serviço Social ainda é uma profissão majoritariamente feminina. Esse fator é evidenciado pelos dados do Gráfico 3 em que apresentamos os números da Grande Florianópolis. Dentre os profissionais entrevistados, como afirmamos, 97% (127 de um total de 131 profissionais) eram mulheres na Grande Florianópolis. Já dentre os participantes dos grupos focais era 100% (num total de 38 profissionais).

Gráfico 3 – Sexo – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

¹⁰ HOFFMANN, R; LEONE, E. T. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002.** Disponível em <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140202.pdf> acesso em 01 setembro de 2010 às 17horas.

Acreditamos que seja importante apresentarmos esses dados e realizar uma reflexão sobre eles, quando tratamos das relações dos sujeitos sociais; Pois as relações sociais possuem significados construídos historicamente, capazes de definir os lugares a serem ocupados pelos homens e mulheres na sociedade, tanto por moldar condutas como práticas, interferindo também nos espaços da divisão sócio-técnico do trabalho. Podemos acrescentar que

as divisões culturais entre homens e mulheres na sociedade implicam divisões profundas de atividades efetivas e modos de vida entre ambos, e essas divisões implicam violações de direitos, desigualdades, assimetrias e hierarquias sociais que estabelecem a subordinação das mulheres em múltiplos espaços da vida social (SILVEIRA, 1997, p. 167).

E tais características apresentam problemáticas específicas para o exercício profissional ligadas ao processo de formação desses sujeitos que, historicamente, pertencem a segmentos subalternizados, sobretudo porque a profissão de Serviço Social, em seu caminhar histórico, construiu um projeto ético-político comprometido com a transformação social, que perpassa necessariamente com o rompimento de toda a forma de opressão existente hoje. Em outras palavras, ao ter em mente a transformação das relações desiguais presentes em nossa sociedade é relevante recriar relações que estão camufladas, muitas vezes, por processos sutis de dominação, e atuar nos planos subjetivo e social para romper com elas (SILVEIRA, 1997).

É o mesmo que dizer que masculino e feminino são sujeitos dotados de gênero e organizados socialmente enquanto produtos de processos sócio-históricos, e que os significados oriundos dessa organização são partilhados socialmente, ou seja, antes de essas questões desiguais serem assumidas nas relações do sistema sócio-econômico, elas foram construídas pelos processos de sociabilização a partir do “ordenamento e pela constituição da identidade de gênero (o aprendizado de ser homem e ser mulher), desde a socialização primária, na família, na escola, no Estado e na vida social em geral” (SILVEIRA, 1997, p. 170). Portanto, para entender suas conformações não é possível pautar nossas análises apenas num viés economicista da sociedade.

Mesmo com a gradual passagem, motivadas pelas transformações sociais e lutas feministas, das mulheres à vida social pública, buscando maior visibilidade fora do âmbito privado, elas ainda têm que lidar com a visão que credita o espaço doméstico e do cuidado familiar como sendo seu *locus* de ação primordial. Nesse sentido seu espaço de poder está circunscrito no campo de ser mãe, esposa e posteriormente como ser autônoma e integral (SILVEIRA, 1997). Ao romperem as barreiras do espaço privado, aqui entendido como o familiar e doméstico, as mulheres passaram a desempenhar papéis sociais muito semelhantes,

voltados ao cuidado, reafirmando suas funções presentes no imaginário social. E mesmo que por diversos processos de tomada de posição, enquanto segmento social, elas conseguem romper com tais características, suas funções normalmente são menos reconhecidas que as mesmas funções desempenhadas pelos homens.

Nesse contexto não podemos deixar de descartar os diversos processos de identificação presentes na desconstrução e construção das identidades dos sujeitos (SILVEIRA, 1997), que nos permite pensá-los e concebê-los no campo da subjetividade, seja ele homem ou mulher, como um ser que é multifacetado e polissêmico, não existindo assim uma única forma de ser mulher ou de ser homem.

Vincular tais questões ao campo profissional também nos remete a pensar sobre as singularidades desses seres sociais, refletir sobre “as dimensões do imaginário, das emoções, e do desejo”, visto que essas “compõem os diversos agenciamentos dos sujeitos singulares que devem ser levados em conta nos processos de mudança social” (SILVEIRA, 1997, p. 169).

Não dispomos de dados para categorizar por gênero o público que busca o curso de Serviço Social, mas podemos problematizar essa questão a partir dos dados referentes aos números de matrículas efetivadas nas universidades de ensino superior que ofertam o curso. Iamamoto (2008) apresenta dados retirados do Censo do Ensino Superior¹¹ evidenciando que no ano de 2003 o curso de Serviço Social liderava o ranking de cursos com o maior percentual feminino, com 93,8% de matrículas do sexo feminino, enquanto no mesmo período a média nacional é de 56,4% de matrículas femininas. Em outras palavras podemos dizer que das 31.963 matrículas realizadas nos cursos de Serviço Social naquele ano, 30.001 eram do sexo feminino, mostrando quão chave é a questão de gênero para decifrar o trabalho do assistente social: “o mercado e as condições de trabalho, a efetivação das competências profissionais, a imagem social da profissão e os dilemas da identidade profissional (IAMAMOTO, 2008, p. 447)¹².

Se, por um lado, o mercado e as condições de trabalho, como vimos, imprimem muitos desafios ao exercício profissional, a imagem social da profissão e também os dilemas da identidade profissional devem também ser problematizados nesse processo. Neste bojo é que chamamos a atenção para a condição da mulher nas relações de trabalho, demarcando que tal problemática na sociedade capitalista está longe de apresentar conseqüências apenas ao

¹¹ Deases/INEP/MEC. Apud. Censo do Ensino Superior. Resumo Técnico, 2003.

¹² Os demais cursos relacionados entre os com maiores percentuais de matrículas femininas são, respectivamente: Fonoaudiologia, Nutrição, Ciências Domésticas, Serviços de beleza, Pedagogia, Psicologia, Enfermagem, Terapia e Reabilitação e Secretariado (IAMAMOTO, 2008).

gênero feminino. Lara (2008) argumenta que é também a partir dos anos 1970 que a relação entre capital e trabalho vai sofrer fortes mudanças, limitando e acentuando a condição de pauperização de milhares de pessoas, sejam elas mulheres ou homens.

Se essa questão estrutural se apresenta como um limitador para a construção da emancipação dos sujeitos e, sendo assim, atingem todos aqueles que lançam no mercado o seu único produto comercializável – a força de trabalho – para, por meio deste, adquirirem os meios de reprodução de sua vida social, tal condição afetará ainda mais os segmentos historicamente subalternizados dentro das classes trabalhadoras.

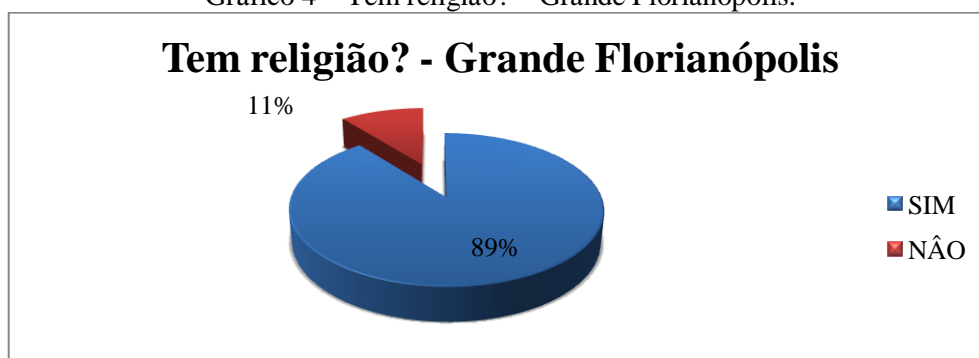
A partir das questões postas aqui, em relação à presença da mulher no mercado de trabalho, é que podemos apresentar a formação de um cotidiano perpassado por questões de gênero, que conectadas à história da profissão, vai moldar alguns desafios que os assistentes sociais terão que lidar em seu exercício profissional. Porém antes de nos centrarmos nessa discussão relacionada à autonomia e condições materiais do exercício profissional, discutiremos alguns outros elementos presentes no processo de socialização desses sujeitos, no sentido de buscarmos apontar para a constituição heterogênea deles.

Por hora é importante nos debruçarmos novamente para pensar a estrutura mesma do cotidiano na qual o assistente social está inserido. Heller (1992) defende que a vida cotidiana é a vida do indivíduo, uma vez que os sujeitos vão ao longo de sua vida, por meio de processos de socialização, assimilando o como, quando e porque vão manipular as coisas do mundo no qual vivem, ao mesmo tempo em que também irão assimilando as relações sociais, suas regras, métodos e dinâmicas, primeiramente em grupos restritos (a família, a escola, a comunidade), para depois expandir para a sociedade da qual fazem parte.

É a partir da apreensão dessas características que assinalamos um importante dado: o indivíduo é um ser social, simultaneamente, particular e genérico¹³ (HELLER, 1992). Essa interação entre o indivíduo e a sociedade é articulada de modo que a consciência do *eu* e do *nós* não estão em oposição, uma vez que as motivações do *eu* são sociais (BARROCO, 2005). Como forma de caracterizar o perfil profissional também indagamos aos profissionais da Grande Florianópolis se eles tinham religião, o Gráfico 4 apresenta os dados sobre essa questão:

¹³ “Um homem jamais pode representar ou expressar a essência da humanidade” com esses dizeres Heller (1992) nega a visão naturalista que alguns teóricos defendem no sentido de o homem enquanto ser carregar consigo características natas comuns a toda a humanidade, também fixa e reafirma o caráter social e histórico da formação do homem enquanto um ser particular e genérico, enquanto indivíduo.

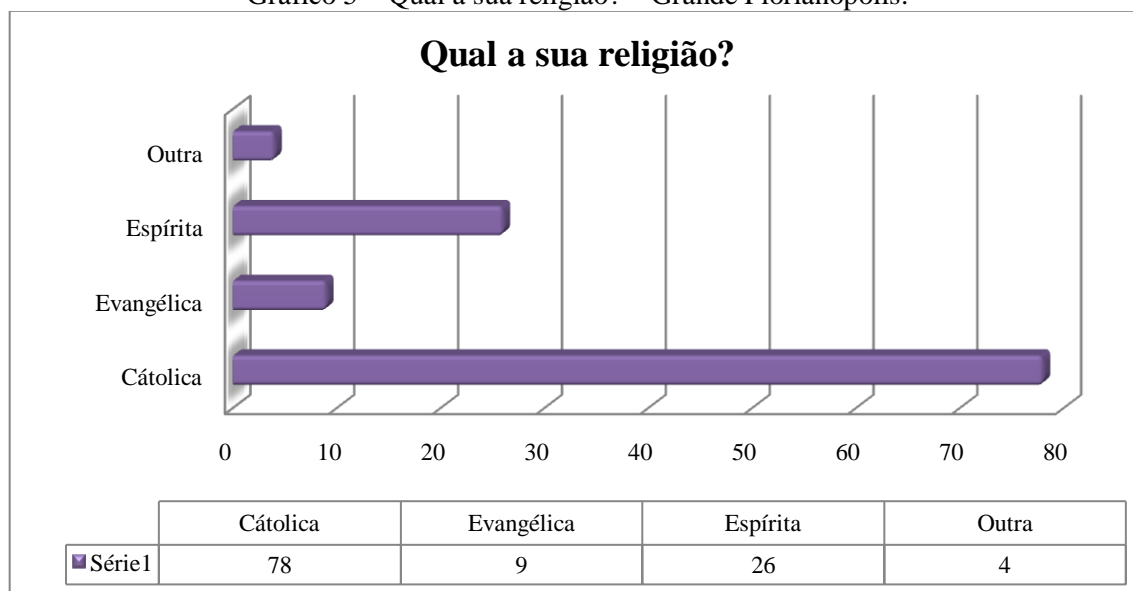
Gráfico 4 – Tem religião? – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Para 89% dos entrevistados a resposta a interrogativa foi *SIM* e para 11% *NÃO*. Dentre os que responderam *SIM* perguntamos qual era a religião, e o Gráfico 5 apresenta a sistematização desses dados.

Gráfico 5 – Qual a sua religião? – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Se utilizarmos os valores em porcentagens (Gráfico 6), teremos os seguintes números: 67% se intitulam *Católicos*; 22% *Espíritas*; 8% *Evangélicos* e 3% *outras* os quais responderam respectivamente: *Mórmon*, *Budista*, *Sincretismo* e *Nação*.

Gráfico 6 – Qual sua religião? – Grande Florianópolis (em %).



Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Ainda sobre a questão religiosa, perguntamos para aqueles que responderam *evangélica* qual a linha religiosa que seguiam, dos nove (9) assistentes sociais que se intitularam Evangélicos tivemos as seguintes respostas: três (3) responderam *Luterana*, três (3) *Não responderam*, um (1) *Batista*, um (1) *Protestante* e um (1) *Assembléia de Deus*.

Tal questão nos remete à discussão do papel da religião no âmbito do Serviço Social. Para isso situamos, primeiramente, que o desenvolvimento das forças produtivas e a crescente tecnificação do trabalho na sociedade capitalista, contribuiu gradativamente para que os serviços assistenciais restritos aos espaços privados das famílias fossem ganhando os espaços públicos. Podemos dizer que as demandas sócio-assistenciais vão sendo deslocadas do domínio da socialização primária¹⁴ para o do Estado e da Igreja (sociabilização secundária). Com a complexificação da sociedade temos a necessidade de um tipo de resposta às demandas sociais de forma global e mais diferenciada, segundo a diversidade mesmo presente nestas demandas, o que vai exigir uma especialização de práticas para seu enfrentamento e gestão de respostas públicas. (CASTEL, 1998).

Destarte com a entrada em cena do poder público para atuar sobre as questões sócio-assistenciais¹⁵ podemos dizer que a Igreja também passa a desempenhar um importante papel, que em certa medida irá refletir sobre as profissões que se configuram a partir desse contexto (SIMÕES, 2005). Para Netto (1992) com a influência das teorias marxistas o Serviço Social

¹⁴ Para Castel (1998) podemos categorizar socialização primária como sendo os laços sociais que ligam os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, bem como de vizinhança, motivando a criação de redes de interdependência sem a necessidade de instituições específicas que realize a mediação.

¹⁵ Em torno dessa questão há um importante debate realizado por Perreira (2008) em que a autora apresenta o percurso que as políticas sociais percorreram ao longo da sociedade capitalista e qual o papel do Estado nesse processo. Podemos sinalizar ainda segundo Perreira (2008) que tal percurso inicia-se já com as leis dos pobres (*poor laws*) na Inglaterra do século XVI. Para mais: PEREIRA, P. A. **Política Social temas & questões**, São Paulo: Cortez, 2008.

pode ser entendido com uma conotação predominantemente política e a configuração da profissão não foi uma evolução da caridade ou da ajuda, mas antes como resultado de um momento histórico específico, qual seja o capitalismo em sua fase monopolista. Mesmo assim, é importante sinalizarmos o papel que a Igreja e os movimentos religiosos desempenharam nesse processo, sobretudo nas protoformas do Serviço Social. É nesse sentido que entendemos que “religião e trabalho voluntário formam uma tensão, desde o início do Serviço Social, com os ideais de um fazer ‘profissional’” (SIMÕES, 2005, p. 28). Tal mediação religiosa esteve presente por meio das Escolas de Serviço Social que originaram a profissão em diversos países estampando um cunho religioso ao processo de cientificação da assistência (SIMÕES, 2005). Porém, com o processo de secularização do Estado, impulsionado entre outros fatores postos no próprio desenvolvimento histórico-social como as lutas sociais, o cunho religioso foi perdendo espaço para a consolidação de um *corpus* profissional. Segundo Simões (2005), tal definição poderia ter sido muito mais clara se o fator religioso, por exemplo, “não encontrasse correspondência com os valores religiosos dos assistentes sociais” (p. 29). E essa aproximação também apresentou ganhos à profissão, sobretudo após a década de 1970, e mais especificamente nos anos de 1980, na instrumentalização para contestar a ordem social vigente e a afirmação de defesa da classe trabalhadora.

Especificamente no Brasil, a profissão Serviço Social é regulamentada em 1957 por meio da Lei nº 3.252, no entanto antes mesmo desta regulamentação a prática do assistente social já estava instituída na sociedade. Vale ressaltar aqui que a profissão em seu processo de consolidação não é concebida com o objetivo de se diferenciar da assistência religiosa. Conforme esclarece Simões (2005) as primeiras escolas de Serviço Social possuem o objetivo de “qualificar o apostolado social, aumentando, assim, a eficiência de suas ações religiosas” (idem, p. 38). Um dos principais objetivos da Igreja para Iamamoto (1992, p. 18), nesse período, era justamente “recuperar áreas de influência e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado”.

Voltarmos a essas questões presentes na origem da profissão é relevante para pensarmos tal processo como histórico e social, procurando entender como elas incidem nos processos de socialização do sujeito e se possuem algum reflexo no exercício profissional.

Outro fator a ser analisado referente ao aspecto religioso, diz respeito à relação que se estabeleceu na América Latina entre religião e política e entre teologia e marxismo como pode-se ver na Teologia da Libertação. Nesse sentido é importante aqui retomar uma

formulação de Löwy (1989) que analisa uma correspondência de valores entre marxismo e cristianismo, como uma comunidade eletiva que formou a matriz política da Teologia da Libertação. Para ele a Teologia da Libertação fez uma incorporação seletiva do pensamento marxista:

uma relação que, partindo das analogias existentes, vai conduzir a uma aproximação, convergência, articulação entre estas duas culturas tradicionalmente opostas chegando em alguns casos até à fusão com a formação de uma corrente marxista-cristã (LÖWY, 1989, p. 11).

E neste sentido alguns elementos são importantes desta afinidade eletiva, quais sejam: "a libertação dos escravos e oprimidos como imperativo moral"; "valorização do pobre como vítima da injustiça e como imune à corrupção imperante"; "o imperativo moral de agir sobre o pobre"; universalismo; crítica ao individualismo; valorização da comunidade; anticapitalismo; a "esperança de um futuro reino de justiça e liberdade, de paz e fraternidade entre os seres humanos" (idem, p. 09).

Destarte há uma relação entre a tradição anticapitalista da Igreja com a análise marxista da exploração capitalista e a crítica do capitalismo dependente. O ponto do qual se parte para a solidariedade com o pobre, o qual deixa de ser um sujeito passivo e passa a ser "sujeito da própria história". A partir desta concepção convergem o pensamento cristão e marxista onde "a emancipação dos trabalhadores será 'obra dos próprios trabalhadores'" (idem, p. 15).

Elemento importante é a aproximação entre militantes católicos com a teoria maoísta, Silva (1992, p. 272) assim analisa esta aproximação, aproximando-se de Löwy:

de forma inconsciente conjugavam-se os valores religiosos e políticos que, pela sua própria natureza, tinham algo em comum: as idéias de compromisso, de missão, de doação, de autenticidade, etc. Talvez por esse motivo é que para além de um debate mais aprofundado sobre a realidade nacional e o caráter da revolução – os militantes católicos convertidos ao maoísmo não vissem nenhuma incompatibilidade entre os valores que já orientavam a partir da religião e aqueles que adotaram na prática política.

Segundo Silva (1992), a aproximação do Serviço Social ao marxismo embora se torne mais visível a partir da década de sessenta, é anterior, pois resulta de um conjunto de determinações "de que se situam na vida pessoal" dos protagonistas deste processo, quanto no contexto social brasileiro.

A autora através da história de vida de vinte e três protagonistas analisa a aproximação entre o Serviço Social e o marxismo, buscando as origens da aproximação destes ao

marxismo, remontando os valores formadores destes protagonistas. Destacaremos alguns elementos que consideramos importante para articular nossa análise.

Em sua remontagem histórica a partir dos depoimentos a autora percebe que a formação básica da maioria dos narradores teve uma formação religiosa tanto na infância quanto na adolescência, pois a maioria teve sua formação em colégios confessionais. Portanto,

a angulação transmitida pelos mesmos sobre a sociedade, a questão social e o papel do cristão no mundo, foi decisiva para que muitos dos narradores chegassem ao final do curso secundário convencidos da necessidade de atuar de forma a construir um mundo mais humano, mais fraterno e mais justo (SILVA, 1992, p. 274).

O contato com a realidade iniciou-se no contexto do processo de reformulação na Igreja a partir do Concílio Vaticano II, quando a instituição "começa a enfatizar as ações junto ao povo" (idem). Então essa passagem para um referencial "calcado em elementos da tradição marxista", mesmo encontrando resistência em vários setores, "deu-se de forma relativamente rápida no âmbito do movimento estudantil" (idem).

No entanto só após a década de 1970 é que esses narradores colocam-se como preocupação a apresentação de alternativas ao Serviço Social desenvolvido até então. Até mesmo as polêmicas entre o grupo "conservador" e o "progressista" só se expressaram a partir da década de setenta, pois "já no início dos anos setenta, onde e quando foi possível uma articulação, os segmentos da esquerda profissional já podiam ser identificados, havendo certa tendência a considerá-los como subversivos" (idem, p. 278).

Um olhar sobre a pesquisa Mercado de Trabalho, sobretudo aos questionários empregados na Grande Florianópolis, nos permite fazer uma aproximação com os pontos discutidos no trabalho de Silva (1992). Ao questionarmos os profissionais sobre as "Expectativas e Exercício Profissional", perguntamos por meio de uma questão aberta¹⁶: *O que a (o) levou a escolher o Serviço Social como profissão?*¹⁷

É interessante notar que para 18% dos entrevistados a busca pelo curso foi motivada por "uma realização pessoal", "para ajudar as pessoas" ou "pelo sentimento cristão", assim

¹⁶ É importante dizer que tal interrogativa era aberta e, assim, o entrevistado poderia se colocar da forma como desejasse.

¹⁷ Para efeito de sistematização procuramos aglutinar as respostas de acordo com algumas categorias escolhidas pela frequência em que apareceram.

como também para aqueles que disseram escolher a profissão com o “intuito de garantir direitos”, os demais números referentes às respostas podem ser observadas no Gráfico 7¹⁸.

Se traduzirmos esse valor de porcentagem em quantidades de profissionais teremos o contingente de vinte e três (23) assistentes sociais de um total de cento e trinta e um (131). Para ilustrar apresentamos a seguir algumas falas desses profissionais:

“A vontade de fazer um curso com o qual me realizasse, se sentisse útil em fazer algo pelas pessoas. Sentimento cristão também ajudou” (Assistente Social 121).

“Por influência da Igreja católica, dos grupos de jovens. Tinha uma visão ingênua da profissão, uma idéia de ajuda. Queria sair de casa para ter liberdade” (Assistente Social 931).

“Vontade de construir uma sociedade melhor, que com o Serviço Social teria acesso a uma grande quantidade de pessoas e assim alterar a realidade” (Assistente Social 935).

“A motivação inicial foi um pouco ingênua. Com a busca de uma profissão em que pudesse ajudar as pessoas, porém com a formação pude perceber que a profissão é muito mais complexa e técnica, com isso houve uma identificação” (Assistente Social 819).

“Venho de uma família espírita, tinha intenção de ajudar ao próximo. Está realizada, mas existem muitas melhorias a serem conquistadas” (Assistente Social 301).

“Falta de recursos financeiros. Gosto do contato com as pessoas. Gosto de resolver os problemas dos outros e de ajudar as pessoas. Não tinha interesse em outras áreas” (Assistente Social 150).

“Fazia o voluntariado quando jovem numa comunidade carente de Florianópolis e me deparei com essa realidade. Então pensei no Serviço Social como poderia sair dessa condição de voluntária e trabalhar com as famílias” (Assistente Social 500).

“O sentimento de que a profissão permite ajudar as pessoas a ter uma vida melhor” (Assistente Social 454).

“O amor ao próximo, disponibilidade ao outro” (Assistente Social 440).

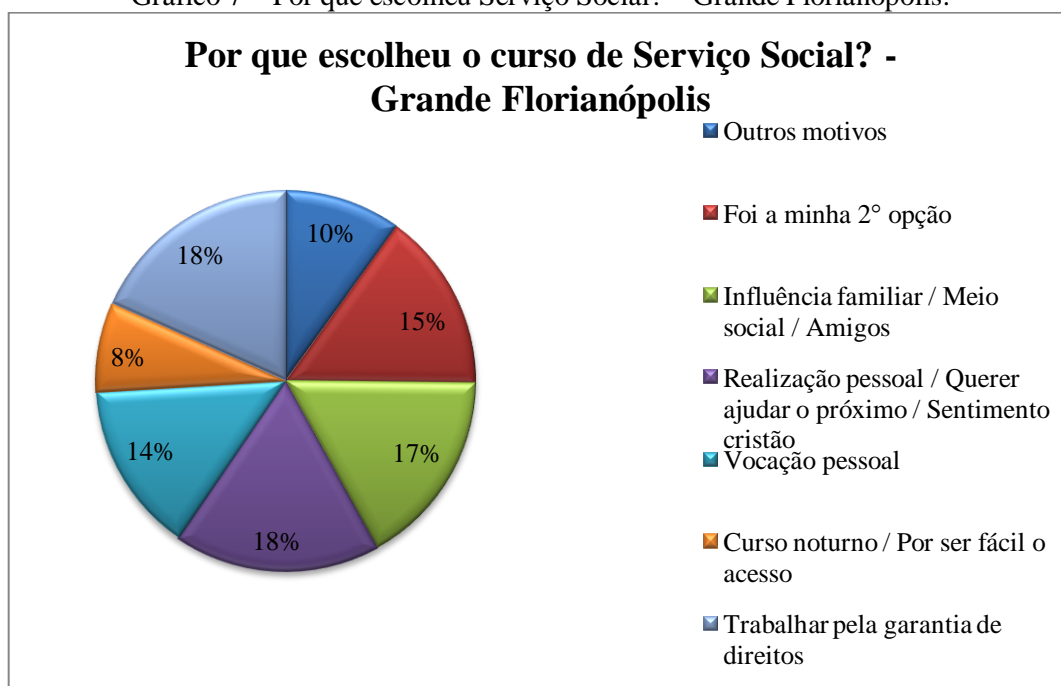
“Sentido humano da profissão” (Assistente Social 759).

“O lado da caridade que a profissão mostrava naquela época. Por causa das histórias que as estagiárias de Serviço Social contavam” (Assistente Social 194).

“Escolhi o curso porque me identifiquei com a questão de lidar com as pessoas. Escolhi a profissão por amor à causa do Serviço Social. Contudo o mercado de trabalho não nos possibilita desenvolver as atividades de forma a alcançar os objetivos do Serviço Social” (Assistente Social 734).

¹⁸ Nesse momento vamos nos ater à discussão apenas em relação aos 18% dos assistentes sociais que responderam que a escolha da profissão foi motivada pela *realização pessoal / pelo desejo de ajuda e pelo sentimento cristão*.

Gráfico 7 – Por que escolheu Serviço Social? – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina

É possível notar que para alguns profissionais mesmo que a escolha do curso de Serviço Social tenha sido motivada pelo vínculo religioso e/ou ao desejo associado à ajuda e a caridade, estes motivos foram sendo transformados a partir do momento em que os sujeitos vão adquirindo aportes teóricos que os permitem fazer outros vínculos com a realidade. Nesse sentido para alguns profissionais considerados neste grupo pensar a profissão hoje é deslocá-la para o âmbito da garantia de direitos e não mais no âmbito da ajuda e/ou da caridade. Porém ainda não é um entendimento de todos, como vimos.

A explicação para vincular uma prática pessoal no espaço profissional talvez possa ser encontrada nos valores que ainda muitos dos sujeitos pesquisados carregam consigo. Valores e visões de mundo que permanecem inalterados, ou não suficientemente, para mover a construções de novos valores, mesmo depois do processo de formação profissional. Também agregamos a essa questão a formação moral que a instituição religiosa desempenha em nossa sociedade, juntamente com as instituições de ensino, as corporações profissionais e o próprio Estado, formulando um dever ser, definindo comportamentos e atribuindo esses aos indivíduos (SIMÕES, 2005).

Nesse bojo a religião pode ser caracterizada como um dos maiores formadores de condutas, desta forma o que ressaltamos é que

a reprodução e a ação a partir de uma ética religiosa supõem que, em algum momento de sua vida, os indivíduos tenham sido submetidos a formas de

socialização religiosa [...]. Em geral, a frequência a estas instituições dá-se nos períodos iniciais de socialização dos indivíduos, quando existe algum tipo de cultura religiosa na família (SIMÕES, 2005, p. 70).

Porém as práticas religiosas com a reprodução dos valores e ensinamentos podem ter continuidade na vida adulta, mesmo que o indivíduo não se considere um membro praticante dos preceitos religiosos que tinha anteriormente. Ao adotarmos a idéia de que o exercício profissional do assistente social mobiliza, “privilegiadamente, afeto e valores como centro de sua atuação profissional” (idem, p. 72), podemos perceber a importância de conhecer os valores que tais sujeitos carregam consigo, a fim de compreender melhor seu exercício e como este está em sintonia, ou não, com o projeto ético-político hegemônico da categoria em nossos dias.

Outra questão que se mescla com essa seria a idéia de “dom” ou “vocação” para ser assistente social. Poderíamos nos perguntar: Quais seriam os pré-requisitos para ser um assistente social? Poderíamos pensar em um “talento” ou “dom”? Sobre o âmbito da mesma questão apresentada no Gráfico 8 foi possível verificar que para 14% dos profissionais que responderam a questão: *O que a (o) levou a escolher o Serviço Social como profissão?* Para esses o fator decisório foi ter vocação para exercê-la. Algumas falas ilustram esse argumento:

“Pelas próprias características pessoais, o Serviço Social estava relacionado com isso: justiça, busca pela verdade. Por ser um trabalho aberto para construir as possibilidades. É um trabalho que vai ao encontro da melhoria de vida das pessoas, projetos de vida” (Assistente Social 55).

“A situação de vida refletida junto aos professores que tiveram também os testes vocacionais realizados” (Assistente Social 880).

“Tem perfil para trabalhar as questões sociais, desenvolvimento, cidadania e outros” (Assistente Social 384).

“Compreendi desde cedo que gostaria de trabalhar com seres humanos e entendi que o Serviço Social me possibilitaria isso” (Assistente Social 711).

“Uma avaliação indicava tendência para esta área de conhecimento. Havia interesse em me dedicar a uma profissão da área de ciências humanas” (Assistente Social 781).

“Sempre me identifiquei, pois sempre busquei os direitos de sua família” (Assistente Social 747).

“Porque me identificava com a profissão” (Assistente Social 955).

“Fiz teste vocacionado que apontou o Serviço Social, visto que colocou que queria ajudar as pessoas. Depois que entrei no curso percebi que não ajudamos ninguém e sim facilitamos ou tentamos facilitar o acesso a direitos. Também optei pelo curso, pois a concorrência era menor. tinha vontade de fazer psicologia” (Assistente Social 740).

“Teste vocacionado” (Assistente Social 58).

Podemos ver que a idéia de vocação muitas vezes é encontrada após a realização de um teste vocacional ou por afinidades que o sujeito acreditava ter com o curso. Destarte o que pode ser entendido aqui como um “dom” ou um pré-requisito é em verdade o

direcionamento e a focalização de certas tendências individuais para os fins de escolha de uma carreira, como o sentido que determinadas habilidades assumem, conforme o processo de socialização individual, tornando-se relevantes na escolha da profissão. Isso porque o fato de se ter um bom ‘ouvido musical’ não necessariamente levará alguém a ser músico, ou o saber desenhar à arquitetura. Outras tendências e habilidades podem ser reforçadas e educadas, a partir do convívio com determinadas pessoas¹⁹ ou da ocorrência de algum fato marcante que dê sentido à vida, em geral, e a condução da carreira, em particular (SIMÕES, 2005, p. 82)

Somado a esses fatores também podemos apresentar o não conhecimento da profissão juntamente com a visão que perdura no senso comum do assistente social, de seu exercício profissional e de suas práticas cotidianas, que ainda situa o Serviço Social atrelado a determinados modelos e práticas profissionais que não correspondem (ou não totalmente) à realidade presente na totalidade profissional.

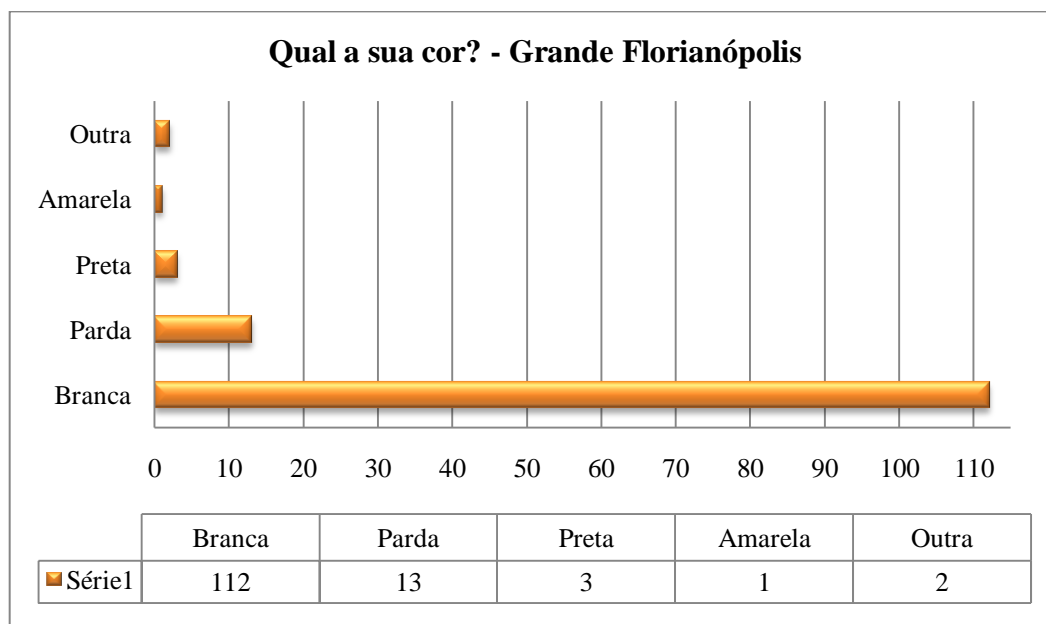
Outra questão que também apresentamos nessa seção para pensar o processo de socialização dos sujeitos pesquisados diz respeito à *orientação sexual*. A partir das respostas dos assistentes sociais entrevistados obtivemos os seguintes números: 99% dos entrevistados declaram como *orientação sexual a heterossexualidade* e 1% dos entrevistados declaram a *homossexualidade*. Sobre essa questão vale pontuar a estranheza, para alguns profissionais, ao serem questionados sobre sua sexualidade, como foi registrado pelos entrevistadores²⁰. Para alguns dos entrevistados tal questão não tinha relevância para a pesquisa, e em algumas falas foi possível observar expressões como “é óbvio a minha orientação sexual”, ou ainda “a opção normal, qual é?”, falas que infelizmente demonstram, no mínimo, certo tabu que ainda impera sobre as questões da sexualidade, e que em alguns casos beira até mesmo o preconceito, mesmo que de forma velada.

¹⁹ Em *Sociologia de um gênio*, Elias (1995) forneceu a inspiração teórica, por meio da seguinte passagem: “Para se compreender alguém, é preciso conhecer os anseios primordiais que este deseja satisfazer. A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações. Mas os anseios não são definidos antes de todas as experiências. Desde os primeiros anos de vida, os desejos vão evoluindo, através do convívio com outras pessoas, e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso de vida; algumas vezes, porém, isso ocorre de repente, associado a uma experiência especialmente grave. Sem dúvida alguma, é comum não se ter consciência do papel dominante e determinante destes desejos” (ELIAS apud SIMÕES, 2005, p. 82).

²⁰ Os questionários foram aplicados entre Agosto de 2009 a Julho de 2010 por estudantes do curso de Serviço Social integrantes do grupo de pesquisa.

Na história brasileira, herdeira de um sistema escravocrata também é relevante a discussão da questão da cor e étnica, assim solicitamos, também, para que os assistentes sociais denominassem qual era *a sua cor*. Tivemos como resposta os números que compõe o Gráfico 8 a seguir:

Gráfico 8 – Qual a sua cor? – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

A grande maioria (112 profissionais) respondeu *branca*; treze (13) profissionais responderam *parda*; três (3) *pretos* e dois (2) *outras* apontando respectivamente *Caucasiano* e *Mestiço*, como sendo suas cores. Em porcentagem temos os seguintes números: 86% *branca*; 10% *parda*; 2% *pretos*; 2% *outra* e nenhum *amarelo*. Pontuamos tal questão sob duas óticas: a primeira está no campo do processo de colonização predominante na Região Sul do país que mesmo com os processos de miscigenação ainda predominam os *brancos*, é o que confirma o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000²¹. Segundo os dados do Estado de Santa Catarina a população *branca* é 4.786.293; *parda* de 376.766; *preta* 142.207; *amarela* 6.130; *indígena* é de 14.542 e os que *não declararão* 31.925 pessoas. Em porcentagem esses números poderiam ser traduzidos da seguinte forma: 89% *brancas*; 7% *pardas*; 3% *pretos*; *indígenas* e *amarelos* não somariam 1%, segundo o IBGE. Tanto a população *amarela* como *indígena* não aparece na pesquisa Mercado de Trabalho.

²¹ Dados referentes à *Cor da População* no Estado de Santa Catarina. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000 – Tabela 7. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/tabela_07.pdf acesso em 06 de novembro de 2010 às 14h.

Como vimos os números oriundos da Pesquisa Mercado de Trabalho do Assistente Social em Santa Catarina seguem uma tendência bastante similar com os dados apresentados pelo IBGE em relação à *cor*. Vale ressaltar que como a amostra em questão diz respeito especificamente à região da Grande Florianópolis buscamos comparação com os números relacionados a esta região. Porém não foram encontrados dados específicos referentes à questão no Censo de 2000 que nos permitisse tal comparação.

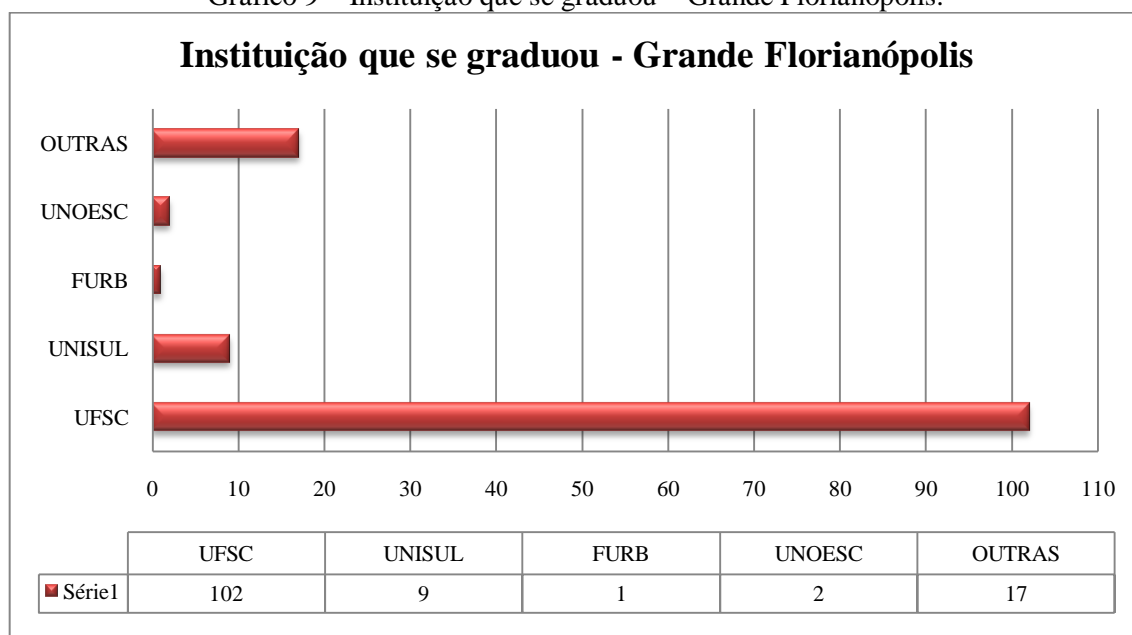
A segunda ótica pela qual tratamos a questão da *cor*, e a que acreditamos ser mais decisiva neste processo, é aquela que repousa na dificuldade que existe ainda hoje de parcelas da população *parda* e *preta* de acessarem e concluírem um curso de ensino superior no país. Sobretudo, se cruzarmos com os dados que apresentaremos a seguir, em que observaremos que a maioria desses profissionais é oriunda de uma universidade pública federal, cujo acesso é, especialmente, mais difícil devido ao filtro imposto pelo vestibular.

Tal fato justificado como um dos principais motivos para a existência de programas de acesso (sistema de cotas²² e ações afirmativas²³) e políticas de permanência (bolsas com caráter sócio-econômico) nas universidades públicas do país, como é o caso da UFSC, em que grande parte dos entrevistados na região da Grande Florianópolis se formou em Serviço Social. Nesse sentido observemos o Gráfico 9 apresentado a seguir:

²² No fim do primeiro semestre de 2005, o total de cotistas era de 10.635 estudantes em 12 universidades. Hoje, são 24 instituições. A última que aderiu ao sistema é a Universidade Federal do ABC (UFABC), na Grande São Paulo. “A adoção do sistema de cotas é decisão dos conselhos universitários de cada instituição, existindo diferenciação na forma e percentuais de vagas reservadas entre elas”, explica Deborah Silva Santos, consultora da SESu. No primeiro processo seletivo de 2005, o sistema de cotas nas universidades federais beneficiou mais de três mil alunos negros. A Federal da Bahia (UFBA) matriculou 1.385; a de Alagoas (Ufal), 445; a de São Paulo (Unifesp), 27; do Paraná (UFPR), 396; e a de Brasília (UnB), 782. Nas estaduais, o número de cotistas negros é maior. A de Mato Grosso do Sul (UEMS) ofertou 328 vagas no vestibular de dezembro de 2003, mais 348 vagas em 2004 e 308 em 2005, totalizando 912 alunos negros cotistas. Números oficiais retirados do site do Ministério da Educação disponível no link: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5826&catid=212 acesso em 05 de novembro de 2010 às 13h.

²³ RODRIGUES, A. de A. A formação profissional em Serviço Social e a interlocução com os profissionais na Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

Gráfico 9 – Instituição que se graduou – Grande Florianópolis.



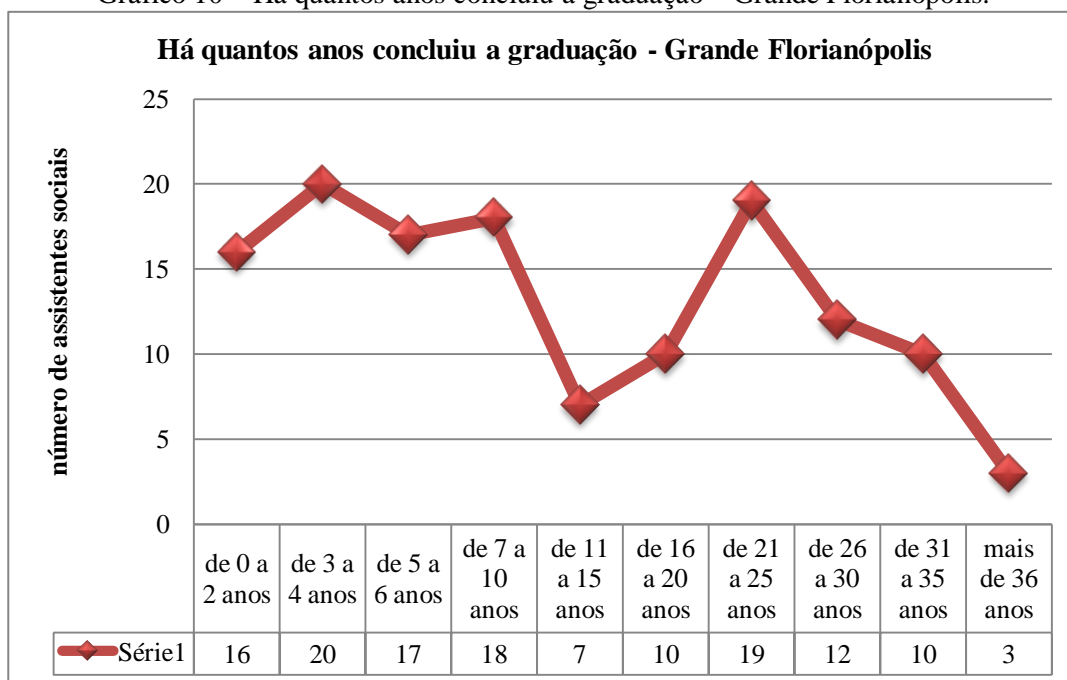
Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Conforme mostram os números a maioria dos assistentes sociais entrevistados na região da Grande Florianópolis, ou seja, 78% deles (102 profissionais) se formaram pela *UFSC*, sendo que os demais entrevistados responderam da seguinte forma: *outra universidade*, 13% (17 profissionais) que citaram em suas respostas *UCPEL*, *PUC/PR*, *UFRJ*, *UEL*, *PUC/RS* e *algumas do estado de São Paulo*; 7% (9 profissionais) citaram a *UNISUL*; 1% (2 profissionais) a *UNOESC* e 1% (1 profissional) respondeu a *FURB* como universidade em que se graduaram. Nos grupos focais a *UFSC* também está presente em todas as regiões pesquisadas, porém não com tanta incidência, o que nos leva afirmar que a localização em que a pesquisa foi realizada influenciou neste resultado, mesmo que a *UFSC* ainda seja a universidade que mais forma assistentes sociais no estado de Santa Catarina segundo os números apresentados aqui²⁴.

Em relação ao período no qual esses sujeitos concluíram a sua graduação o Gráfico 10 apresenta uma curva em relação ao tempo de formação dos assistentes sociais entrevistados na Grande Florianópolis e como podemos perceber pelos números a grande maioria desses profissionais são formados recentemente.

²⁴ A questão da formação não é objeto central deste trabalho, nesse sentido sinalizamos algumas questões mais latentes que compõe a amostra. Para um aprofundamento maior consultar: RODRIGUES, A. de A. A formação profissional em Serviço Social e a interlocução com os profissionais na Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

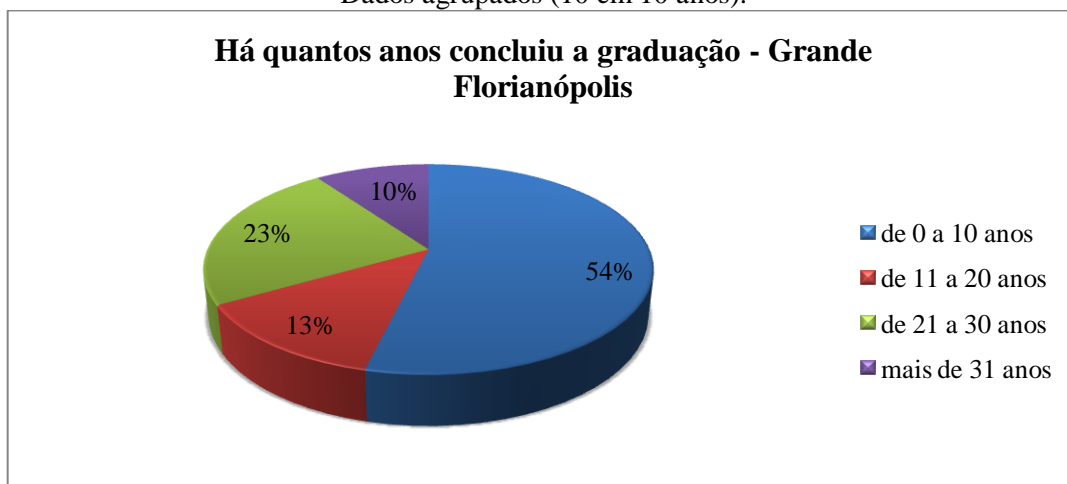
Gráfico 10 – Há quantos anos concluiu a graduação – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Para melhor visualizar os números agrupamos a faixa de tempo de *10 em 10 anos*.

Gráfico 11 – Há quantos anos concluiu a graduação – Grande Florianópolis – Dados agrupados (10 em 10 anos).

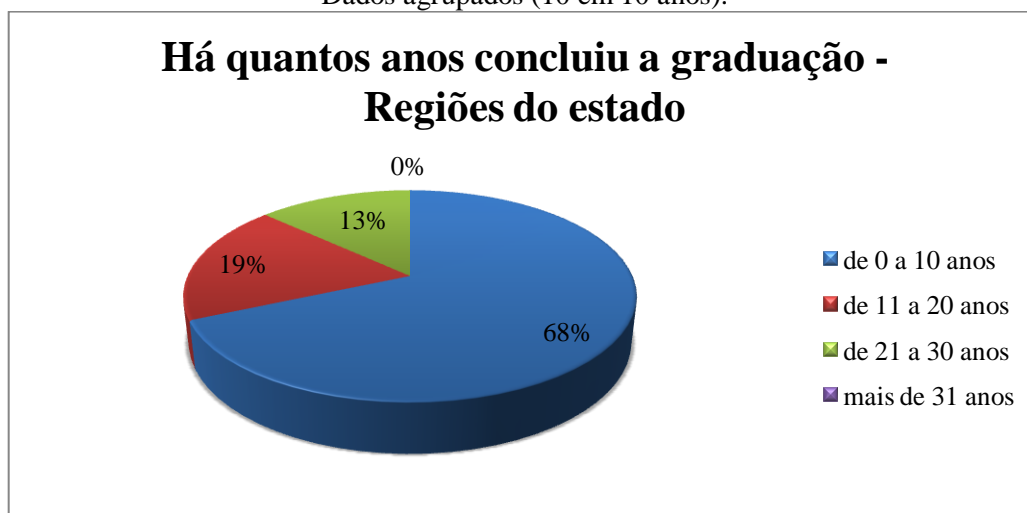


Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

A análise desses números, sobretudo os apresentados no Gráfico 11 mostra que 54% dos assistentes sociais entrevistados são formados *há 10 anos ou menos*. As outras faixas se dividem da seguinte forma: 23% dos formados *entre 21 a 30 anos*; 13% dos formados *entre 11 e 20 anos* e 10% formados *a mais de 31 anos*.

Em relação aos grupos focais realizados nas outras regiões do estado o tempo de formação é retratado no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Há quantos anos concluiu a graduação – Regiões do estado –
Dados agrupados (10 em 10 anos).

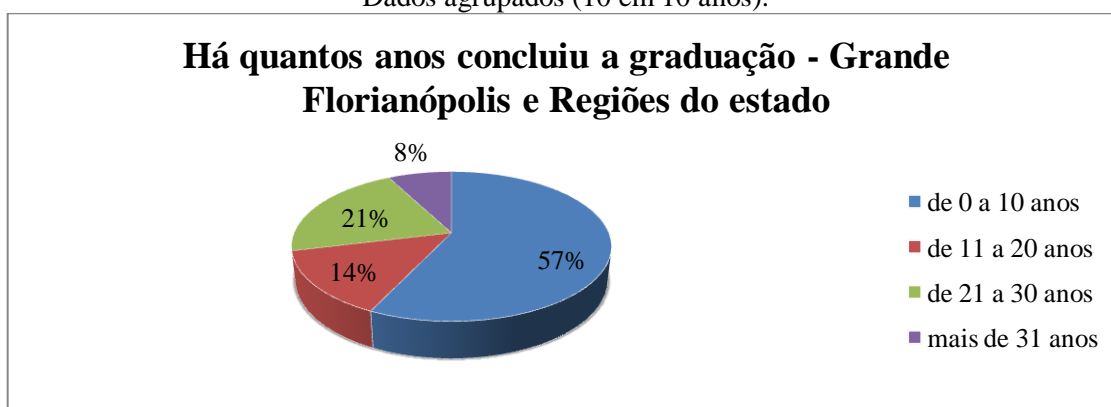


Fonte: Dados grupos focais Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Os números mostram uma acentuada maioria na faixa dos assistentes sociais formados *há 10 anos ou menos*, com 68% (26 profissionais). As outras faixas se dividem da seguinte forma: 19% dos formados *entre 11 e 20 anos*, 13% dos formados *entre 21 a 30 anos* e nenhum acima *de 31 anos*.

Se agruparmos os números da Grande Florianópolis e das demais Regiões do estado em relação ao tempo de formação teremos os números apresentados no Gráfico 13 a seguir:

Gráfico 13 – Há quantos anos concluiu a graduação – Grande Florianópolis e Regiões do estado –
Dados agrupados (10 em 10 anos).



Fonte: Dados questionários aplicados na Grande Florianópolis e grupos focais Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Os números mostram que há uma tendência de formação recente dos assistentes sociais ouvidos pela pesquisa, com uma grande maioria na faixa *há 10 anos ou menos*, com

57% se levarmos em conta os dados da Grande Florianópolis e das demais regiões que foram realizados os grupos focais.

Mesmo que não tenhamos dados suficientes para comprovar tal afirmação, e nem seja objeto central neste estudo, podemos dizer que um número tão alto de assistentes sociais formados recentemente nos leva a crer numa crescente busca pela profissão nas últimas décadas, bem como o aumento do número de escolas que passaram a oferecer o curso de Serviço Social na região, sobretudo universidades privadas e de ensino a distância.

O que fica para nós é a relevância em se discutir esses dados para pensar as questões apresentadas no início deste capítulo em relação aos processos de socialização vivenciados pelos assistentes sociais.

Saber o contexto da formação aqui também é importante para compormos as características do sujeito profissional. Como comentamos esse não é o foco principal do nosso trabalho, mas unir os dados da instituição em que se graduou e o tempo em que se processou tal formação nos permite pensar em qual contexto tal sujeito tomou contato com os aportes teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos da profissão. Se tomarmos apenas os formados mais recentemente, podemos dizer que eles receberam uma formação já no período de consolidação do processo chamado por Netto (1992) de intenção de ruptura, ou do projeto ético-político hegemônico atualmente, dentro da nova proposta de diretrizes curriculares da ABEPSS²⁵. O contexto político dessa época nos remonta ao início dos anos 1990, num contexto de embate em busca da efetivação dos direitos constitucionais, mas também e, contraditoriamente, dominado pelas políticas neoliberais e perpassado pela crise do projeto do socialismo real com o fim do período marcado pela Guerra Fria²⁶.

Outra questão que apresentamos aqui e que acreditamos ser importante está também relacionada ao processo educacional: é o acesso aos bancos acadêmicos por esses profissionais.

Para alguns a escolha da profissão esteve ligada a esse fator como podemos ver em algumas respostas à questão: *porque escolheu o Serviço Social como profissão?* Conforme o gráfico apresentado anteriormente (Gráfico 7), 8% dos entrevistados na Grande Florianópolis,

²⁵ RODRIGUES, A. de A. A formação profissional em Serviço Social e a interlocução com os profissionais na Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

²⁶ Um marco do fim da Guerra Fria foi a queda do Muro de Berlim em novembro de 1989 que dividia a Alemanha em Alemanha Oriental e Ocidental (HOBSBAWM, 1995).

ou seja, dez (10) profissionais do total entrevistado (131), tiveram a escolha motivada pelo fácil acesso e por este ser um curso noturno, conforme as falas a seguir atestam:

“Dificuldade de ter período integral para fazer outro curso. Questão financeira, pois é um curso que permite estudar e trabalhar” (Assistente Social 160).

“Foi uma escolha aleatória. Buscava um curso superior com fácil entrada” (Assistente Social 291).

“Selecionei o curso pelo qual tinha interesse, deveria ser um curso noturno, fiquei em dúvida entre Ciências Sociais e Serviço Social, pensei que o campo de trabalho é maior no Serviço Social” (Assistente Social 347).

“Porque era mais fácil de passar, mas nem sabia o que era Serviço Social” (Assistente Social 675).

“Opção mais fácil para passar no vestibular” (Assistente Social 188).

“Querida muito entrar na universidade, então optei pelo Serviço Social por ser mais fácil de passar” (Assistente Social 546).

“Necessitava de um curso que fosse noturno, pois trabalhava o dia todo. Foi o curso em que mais tive afinidade com o currículo” (Assistente Social 743).

“Foi o índice do vestibular. Não sabia o que era. O que me manteve no curso foram as diversas possibilidades de inserção no mercado, esse é o diferencial da profissão. Há mais campos apesar dos baixos salários” (Assistente Social 451).

O desejo de ingressar num curso de ensino superior somado à dificuldade de romper as barreiras impostas ao ensino público pelo vestibular e em se manter no espaço acadêmico em tempo integral, tendo que conciliar os estudos com o trabalho foram para esses sujeitos o que motivaram a busca pela profissão de assistentes sociais. Tais fatores também podem ser entendidos como parte dos processos de socialização vivenciados por eles e apresentam características especiais ao seu processo formativo, uma vez que estava posto, desde antes da escolha profissional, o desafio de terem que lidar com os estudos e a produção da própria subsistência.

As questões que levaram alguns desses sujeitos a optarem pelo curso de Serviço Social não foram componentes presentes no próprio curso, mas condicionantes externos a ele, como índice do vestibular, relação candidato-vaga, período em que o curso era ministrado. Para alguns deles esta era uma “opção mais fácil” para o acesso à universidade e “nem sabia(m) o que era o Serviço Social”!

Separando apenas esses sujeitos cujas respostas elencamos acima e cruzando outros dados da sua história teremos a seguinte Tabela (2):

Tabela 2 – Dados combinados

No.	Faixa Etária	Profissão do Pai	Escolaridade do Pai	Profissão da Mãe	Escolaridade da Mãe
160	41 a 50 anos	Açougueiro	Fundamental Incompleto	Do lar	Fundamental Incompleto
188	20 a 30 anos	Aposentado	Fundamental Completo	Comerciante	Fundamental Incompleto
291	41 a 50 anos	Dentista	Superior Completo	Do lar	Fundamental Completo
347	20 a 30 anos	Comerciante	Superior Completo	Comerciante	Médio Completo
451	20 a 30 anos	Agricultor	Fundamental Incompleto	Agricultor	Fundamental Completo
546	41 a 50 anos	Militar	Fundamental Incompleto	Do lar	Médio Completo
675	31 a 40 anos	Funcionário Público	Fundamental Incompleto	Cuidadora	Fundamental Incompleto
743	20 a 30 anos	Funcionário Público	Fundamental Incompleto	Funcionária Pública	Superior Incompleto

Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

A análise desse quadro, que apresenta apenas oito (8) assistentes sociais selecionados dentre aqueles que optaram pelo Serviço Social por sua facilidade de acesso ou por ser um curso noturno, nos leva a observar que destes apenas dois assistentes sociais possuem o pai como conculinte de um curso de ensino superior, sendo todos os demais a primeira geração familiar a ter acesso à essa modalidade de ensino. Em contrapartida a profissão dos genitores desses oito (8) assistentes sociais aqui analisados não parece estar essencialmente atrelada à formação profissional²⁷, o que nos remete há um tempo em que a ascensão social, ou mesmo para alcançar um posto de trabalho, não se fazia indispensável como primeira exigência a qualificação profissional.

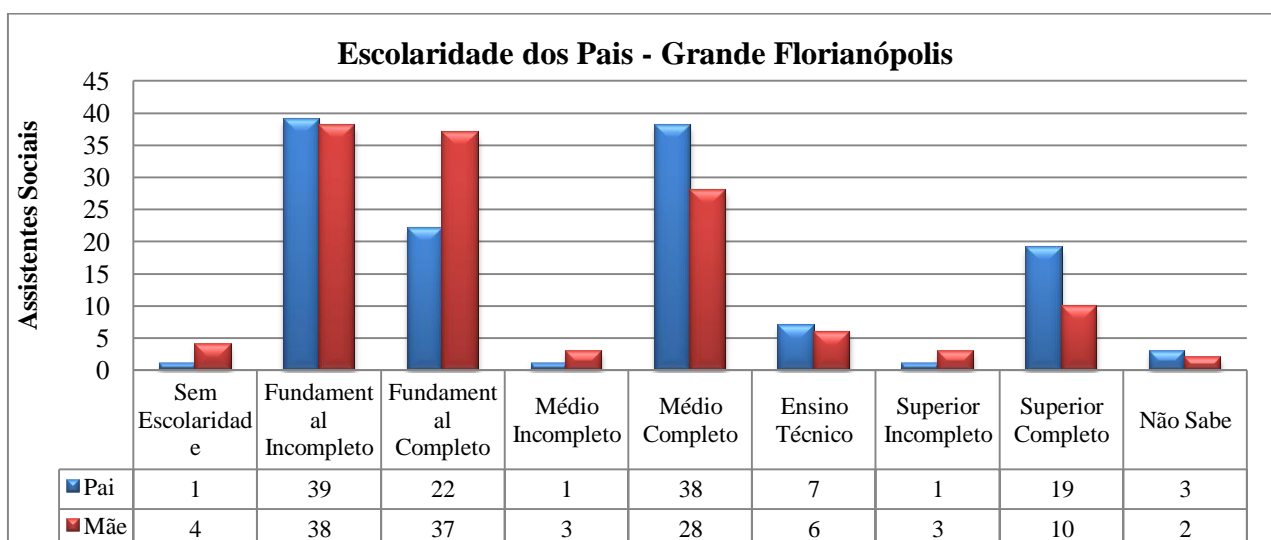
Para Simões (2005), a origem dos que escolheram a profissão de Serviço Social também é relevante. O autor apresenta alguns dados referentes a essa questão em que ela pode ser mais evidenciada. Dentre os que escolheram a profissão de Serviço Social “57, 6% dos seus pais (quando pensado os dois conjuntamente) têm, no máximo, o ensino fundamental completo” (SIMÕES, 2005, p. 14), para ele de 1970 até os nossos dias esses números apresentaram poucas variações.

²⁷ Talvez uma exceção fosse o dentista que para exercer tal profissão necessitava obrigatoriamente de um curso superior.

Vejamos como se processam tal questão no âmbito da pesquisa Mercado de Trabalho analisando de uma forma geral os números da Grande Florianópolis em relação à escolaridade dos pais.

Em relação à escolaridade dos pais o Gráfico 14 nos apresenta os seguintes dados:

Gráfico 14 – Escolaridade dos Pais – Grande Florianópolis.

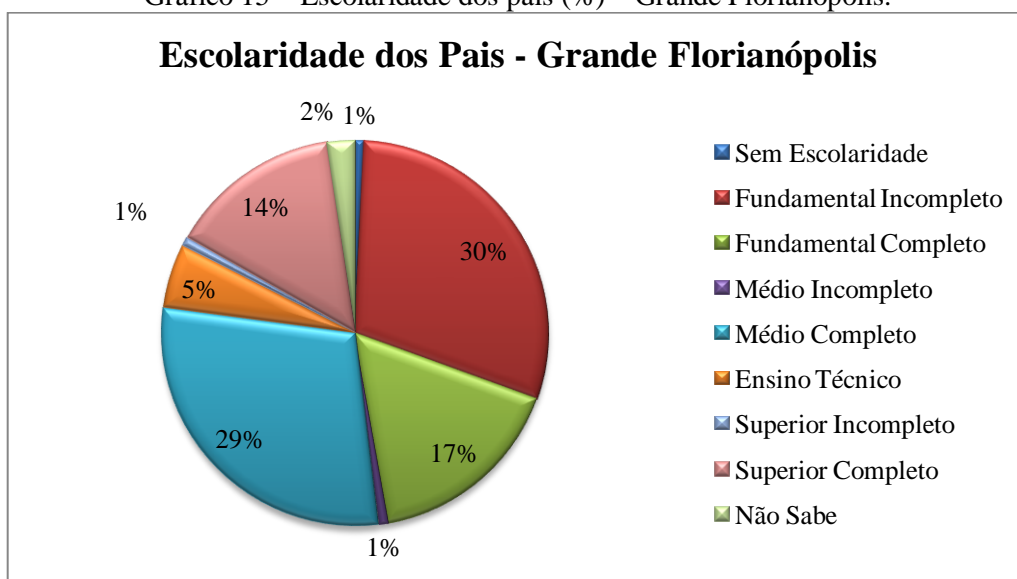


Fonte: Dados questionário Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Os índices maiores encontram-se, conforme o Gráfico 14, para os pais no *ensino fundamental incompleto* (39 incidências) e no *médio completo* (38 incidências). Em relação às mães, os índices maiores estão localizados entre o *fundamental incompleto* (38 incidências) e o *fundamental completo* (37 incidências). Porém nos únicos segmentos em que a escolaridade da mãe é maior do que a dos pais em sentido positivo é no *fundamental completo* em que elas têm trinta e sete (37 incidências), enquanto eles vinte e dois (22). Em outros dois segmentos em que elas ultrapassam os pais, tanto na faixa de *sem escolaridade* em que elas ficam com quatro (4) incidências e eles com apenas uma (1), quanto na faixa do *superior incompleto* em que as elas tem três (3) incidências e eles novamente uma (1), a vantagem pode ser percebida pelo lado negativo²⁸. Os dados em porcentagem ficariam como nos Gráficos 15 e 16 respectivamente:

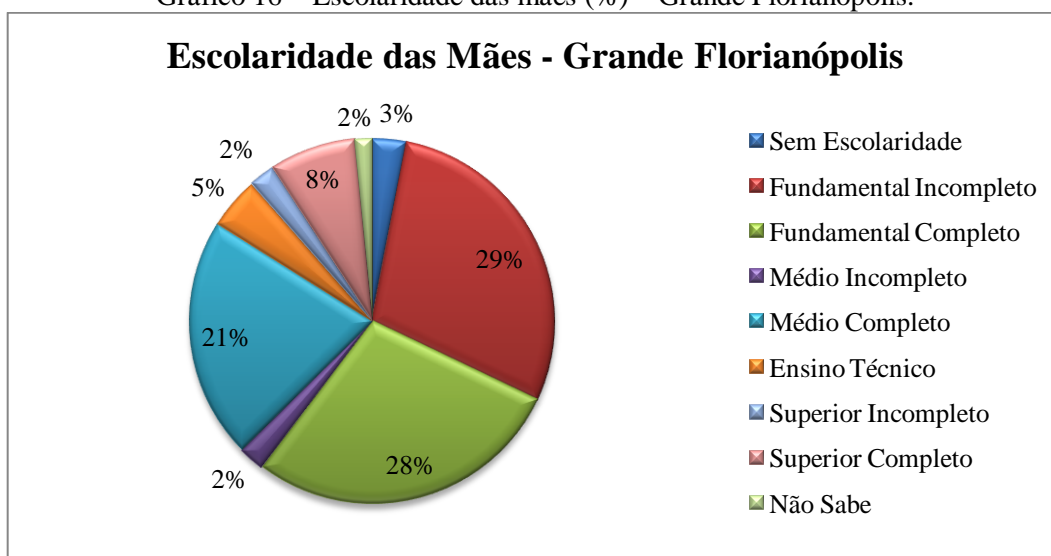
²⁸ No caso das seis (6) incidências registradas para as mães como ensino técnico são todos referentes ao curso do magistério.

Gráfico 15 – Escolaridade dos pais (%) – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Gráfico 16 – Escolaridade das mães (%) – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Nesses dois Gráficos anteriores temos a oportunidade de visualizar melhor como em relação aos pais o nível de escolaridade se distribui de forma mais equitativa, até alcançar o nível de 14% dos pais concluintes do ensino *superior*. Em contrapartida não ocorre o mesmo em relação às mães, em que os maiores índices se encontram entre o *ensino fundamental incompleto* e o *médio completo*, com apenas 8% delas chegando à conclusão do *ensino superior*, destacamos os 5% das que realizaram *ensino técnico* que no caso das mulheres todos se referiam ao curso de *magistério*.

Frisamos que esta questão também está relacionada ao fator machista e patriarcal da sociedade em que vivemos, assim como discutimos anteriormente, para as mulheres, em grande medida, estava reservado o espaço do lar e quando buscavam o ensino escolar era para desempenhar as funções de docência ou de cuidado.

Assim ao depositarmos nossa atenção para a história de seus familiares, percebemos que 86% dos assistentes sociais constituem na primeira geração familiar a ter acesso ao ensino superior. Para os entrevistados como apresentamos somente 14% dos seus pais e 8% das suas mães concluíram o ensino superior, enquanto a maior parte dos pais (30%) e das mães (29%) tinha apenas o ensino fundamental incompleto.

Dessas questões podemos sinalizar um diferencial na trajetória entre estes sujeitos que constituem a primeira geração a ter acesso ao ensino superior, daqueles em que o acesso ao ensino superior é algo comum às gerações anteriores. Entendemos que tal característica pode atribuir ao processo de socialização maiores possibilidades de construção de um sujeito plural, ao menos em nível geral.

Todos os dados apresentados até este momento tiveram como objetivo caracterizar o profissional pesquisado, tanto os ouvidos por meio da aplicação dos questionários na região da Grande Florianópolis, como os que participaram nos grupos focais nas diversas regiões do estado de Santa Catarina.

A caracterização desses sujeitos nos remete aos processos de socialização apresentados por Heller (1992) como o momento em que vamos aprendendo a sermos sujeitos sociais. Nesse sentido a questão da subjetividade compõe assim como as questões objetivas e materiais os processos de socialização.

Desta forma, ao discutirmos aqui os processos pelos quais ocorreram a socialização dos profissionais entrevistados, buscamos vincular tal análise apoiada em três vertentes: a origem social dos assistentes sociais; a caracterização feminina da profissão e a vinculação que esta ainda apresenta com a questão moral religiosa (SIMÕES, 2005). Somados a essas vertentes buscamos agrupar outros elementos que julgamos serem importantes neste aspecto como questões relacionadas à sexualidade, cor, educação profissional, expectativas relacionadas à profissão, tempo de formação. Nosso objetivo foi, portanto, problematizar quem são esses sujeitos profissionais e como construíram as suas histórias até chegarem ao Serviço Social.

Como próximo passo, escolhemos discutir os espaços cotidianos nos quais os assistentes sociais se inserem e como percebem a partir de sua individualidade os desafios postos neste contexto.

2.3 AS CARACTERÍSTICAS DO COTIDIANO E O SEU PROCESSO DE SUSPENSÃO

“É pedra que apóia a tábua,
 madeira que apóia a telha
 saco plástico, prego, papelão
 amarra corda, cava buraco.
 Barraco: moradia popular em propagação.
 Cachorro, gato, galinha, bicho de pé
 e a população real convivem
 em harmonia normal.
 Faz parte do dia-a-dia,
 banheiro, cama, cozinha no chão.
 Esperança, fé em Deus, ilusão...”
 (Chico Science & Nação Zumbi – Quando a maré encher)

O cotidiano, por sua vez, é um espaço dotado de características próprias como a heterogeneidade, a imediatividade e a superficialidade extensiva, com as quais temos que lidar diariamente.

Essas particularidades estão presentes diariamente na vida de todo ser social, nos seus mais diversos espaços ocupacionais, e não é diferente no dia-a-dia do assistente social. Desse espaço social ainda podemos apontar a heterogeneidade como uma característica imutável. É o mesmo que dizer que por mais que busquemos a superação desta condição, sempre retornaremos ao espaço da heterogeneidade presente no cotidiano, com o diferencial de que ao retornarmos para a condição cotidiana após o processo de suspensão, já estaremos modificados (HELLER, 1992).

Porém superar o espaço cotidiano e suas amarras não é tarefa fácil. Nesta seção procuraremos apresentar algumas características importantes presentes nesse debate e como o exercício profissional dos assistentes sociais está perpassado por elas.

Para ilustrar inicialmente essa questão trazemos um exemplo observado em dois dos grupos focais realizados nas regiões do estado, sobretudo o grupo A e E. Ao perguntarmos aos presentes que apresentassem e comentassem a realidade do município em que atuavam ficou claro em suas falas uma grande dificuldade em apresentar uma resposta à questão. Eles tiveram dificuldade em argumentar em relação às questões básicas relacionadas à realidade do município como, por exemplo, o que a cidade produzia, qual eram as atividades econômicas mais desempenhadas na região, como se encontravam as questões relacionadas à habitação, ao emprego, à renda e qual a realidade político-partidária. Era como se houvesse um

estranhamento em relação aos processos sociais nos quais eles mesmos estavam imersos, visto que de alguma forma partilhavam dessas questões no município e região, sejam porque viviam ou desempenhavam suas funções laborais ali.

Tampouco conseguiram estabelecer conexões entre esta realidade e as demandas que se apresentavam ao Serviço Social, mostrando assim, além do desconhecimento da realidade que os cercava, uma perigosa alienação referente à como as questões daquela realidade contribuíam (ou não) para a formação das demandas dos usuários ou como estavam imbricadas (ou não) nelas. Assim, por desconhecerem a realidade do município também não era possível realizar conexões entre as demandas apresentadas pelos usuários cotidianamente e as características locais e muito menos às humano-genéricas.

Essa questão – conhecer a realidade que nos cerca – que pode parecer trivial e escapa muitas vezes ao nosso conhecimento, é central para pensarmos as conexões empreendidas na realidade e para romper com os desafios postos no cotidiano. Conhecer a realidade do município no qual atuamos permite fazer conexões com a rede de serviços disponíveis, propor alternativas aos gestores dentro do nosso âmbito de ação, prever dinâmicas e fluxos na busca de imprimir melhor qualidade ao atendimento e, sobretudo, aglutinar mecanismos coletivos de enfrentamento da realidade social vigente. Da mesma maneira que também não nos é possível atuar sobre aquilo que não conhecemos, daí a necessidade de entender a dinâmica posta pelas relações sociais primeiramente no âmbito local em que efetivamos nossa inserção para depois pensá-la em conexão com a totalidade presente na sociedade em que vivemos.

O que podíamos observar nas falas dos assistentes sociais quando questionávamos sobre a realidade do município era uma exagerada focalização nas condições gerais que a profissão enfrentava na cidade. Ou seja, eles falavam muito mais dos desafios que a profissão enfrentava para se firmar no espaço cotidiano das instituições e na dinâmica das relações de poder, bem como dos desafios em dar conta das demandas trazidas pelos usuários do que sobre as relações do cotidiano de uma forma a pensar as dinâmicas locais do município, para além do âmbito imediato profissional.

O ponto central que buscamos destacar aqui é a dificuldade que esses profissionais, demonstraram em sair do espaço particular de análise para uma apreensão maior da realidade que os cercava.

Parafraseando Guerra (2007), podemos dizer que para efetivar nosso projeto profissional é preciso adotar “uma postura investigativa visando apanhar as tendências do desenvolvimento histórico” (idem, p. 16), para com isso termos ferramentas que nos possibilitam desvelar o cotidiano, fazendo a crítica ontológica a ele, apreendendo “sua crise

estrutural e possibilidades de sua transformação social, [disto] decorre a necessidade de se estabelecer uma intervenção consciente e sistemática nas contradições geradas pelo movimento da realidade pela via das suas mediações” (GUERRA, 2007, p.16).

Dito isso, é oportuno salientar que ao discutirmos o cotidiano também nos vinculamos à discussão das formas de vivenciar nossa cotidianidade, uma vez que a sociedade capitalista imprime, mediante a força e a estrutura social, classes inteiras a lutarem cotidianamente pela satisfação das necessidades essenciais para sua existência pura e simples (HELLER apud PEREIRA, 2002), condicionando assim determinados modos de vida. Destarte entendemos que tais necessidades fundamentais à sobrevivência humana não podem ser definidas simplesmente como naturais, nem mesmo a “necessidade de alimentar-se pode ser definida com ‘exatidão biológica’ [...], pois os modos de satisfação fazem social a necessidade mesma” (idem, p. 58).

Como animais políticos²⁹ que somos, o ser humano “cria os objetos de sua necessidade e ao mesmo tempo cria também os meios para satisfazê-la” (idem, p. 59), já para os animais tanto as necessidades como seus objetos de satisfação já são previamente dados por sua condição biológica. Nesse sentido o que é essencial ao homem não é apenas a busca por sua sobrevivência, mas qualidades como o trabalho e sua objetivação, “a sociabilidade, a universalidade, a autoconsciência e a liberdade. Estas qualidades essenciais já estão dadas na própria hominização, como meras possibilidades, tornam-se realidade no processo indefinido da evolução humana” (HELLER, 1992, p. 78). E é no espaço cotidiano que vamos buscar sua materialização.

Outra característica proeminente desse espaço social é sua vertente hierárquica mutável, esta diferente da heterogeneidade, está ancorada nos diferentes momentos históricos podendo ser entendida como os processos de valoração que constituímos a partir da sociabilidade pautados nas estruturas econômico-sociais. Dessa maneira é a partir da realidade sócio-histórica apreendida pelos valores que vamos eleger, enquanto indivíduos no espaço micro e coletivamente num espaço macro, o que tem maior centralidade, ou não, na configuração do cotidiano (HELLER, 1992). Em outras palavras, é pela característica hierárquica mutável que vamos valorar nosso cotidiano, escolhendo dentro de determinados limites impostos pelas estruturas econômicas, históricas e sociais aquilo que terá maior

²⁹ “Como [Marx] assinala nas suas linhas fundamentais da crítica à economia política (*Grundrisse*, 1997, p. 7), o homem, que se satisfaz com garfo e faca, é diferente dos animais que se satisfazem com carne crua; por isso, as necessidades existenciais daquele deverão corresponder às formas de satisfações sociais” (PEREIRA, 2002, p. 59).

relevância em nossa cotidianidade. O que diferencia substancialmente esta questão valorativa da heterogeneidade é o fato de a primeira ter certo grau de mutabilidade dependendo de certas questões sociais. Já a condição heterogênea do cotidiano só pode ser suspensa momentaneamente, como vimos.

Tanto as questões relacionadas à valoração do cotidiano como a da heterogeneidade podem ser observadas nas respostas dos assistentes sociais, porém em suas falas o que salta aos olhos é a grande incidência de respostas relacionadas ao caráter heterogêneo do cotidiano, sobretudo quando essas falas relatam a polivalência desses profissionais, chamados a dar conta de uma “demanda excessiva”, conforme as falas abaixo:

“A demanda é excessiva, são muitas coisas que temos que lidar e o número é reduzido de profissionais” (Assistente Social 7).

“Muita demanda” (Assistente Social 251).

“Fragmentação do trabalho e muitas atividades” (Assistente Social 361).

“A sobrecarga de trabalho não deixa se aprofundar nos estudos sociais” (Assistente Social 345).

“Falta de profissionais, sobrecarga de trabalho” (Assistente Social 185).

Assim, percebe-se que a inserção objetiva dos profissionais, demarcados aqui pela excesso de trabalho e demanda excessiva são condicionantes reais ao processo de suspensão do cotidiano. Essa não é uma opção do sujeito, mas também uma imposição devido à organização dos processos de trabalho, tema que trataremos na segunda seção.

Como resultado tem-se, além de um aprisionamento às tarefas repetitivas e imediatistas presentes no cotidiano, o que dificulta os processos de suspensão para pensar alternativas a essa realidade. O surgimento de questões relacionadas à fadiga, ao estresse, ao cansaço, à desmotivação e frustração diante da impossibilidade de dar conta de tantas e múltiplas questões³⁰.

Em relação aos grupos focais, podemos apresentar um exemplo trazido pela assistente social n° 23 ao referir-se sobre a dificuldade no enfrentamento em relação à excessiva demanda. Ela diz que ao tentar dar conta em seu cotidiano do número excessivo de atividades

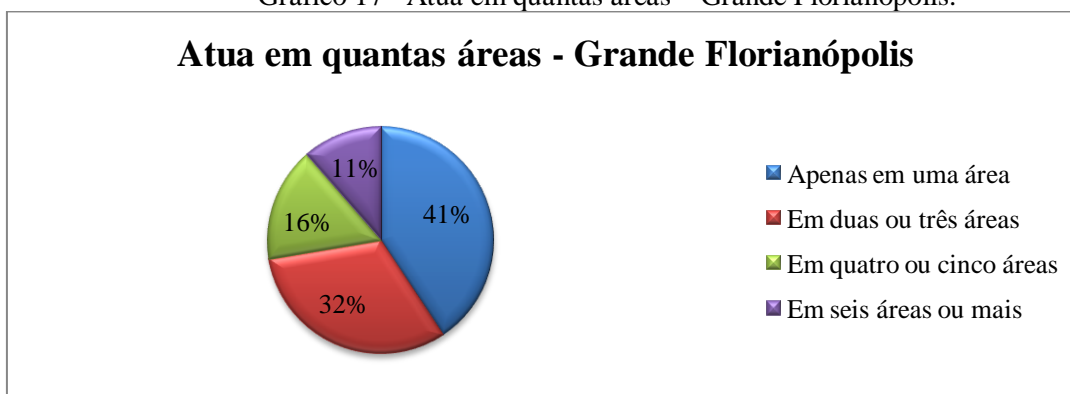
³⁰ A pesquisa Mercado de Trabalho também buscou saber dos assistentes sociais como as questões do cotidiano repercutiam sobre a vida social e familiar desses sujeitos, bem como também sobre sua saúde. Aqui apenas pontuamos alguns problemas resgatados de suas falas, mas sinalizamos que estas questões serão objetos de estudo futuramente com a realização de mais dois trabalhos de conclusão de curso pautados nos dados oriundos da pesquisa.

apresentadas acaba por não conseguir “fazer a reflexão para a abertura de novos campos [de trabalho], faz o trabalho para permitir o acesso do usuário aos direitos e fica sobrecarregada” (AS/GF 30).

No âmbito da pesquisa podemos entender tal questão como a exigência do mercado de um profissional cada vez mais polivalente, apto a cumprir diversas atividades ao longo da sua jornada de trabalho em diversos setores dentro do espaço ocupacional. Além da “diferenciação progressiva das condições de trabalho nas instituições estatais e na iniciativa privada, estas com esquemas de controle e aferição mais estritos do desempenho profissional” (NETTO, 1996, p.121), na pesquisa essa questão aparece evidente nas relações em que se exige dos profissionais maior grau de autonomia para lidarem com as demandas apresentadas, bem como também em relação à questão salarial.

A partir dessa discussão apresentamos o Gráfico 17 com a quantidade de áreas em que cada profissional atua, um importante dado para discutirmos a polivalência profissional.

Gráfico 17 –Atua em quantas áreas – Grande Florianópolis.

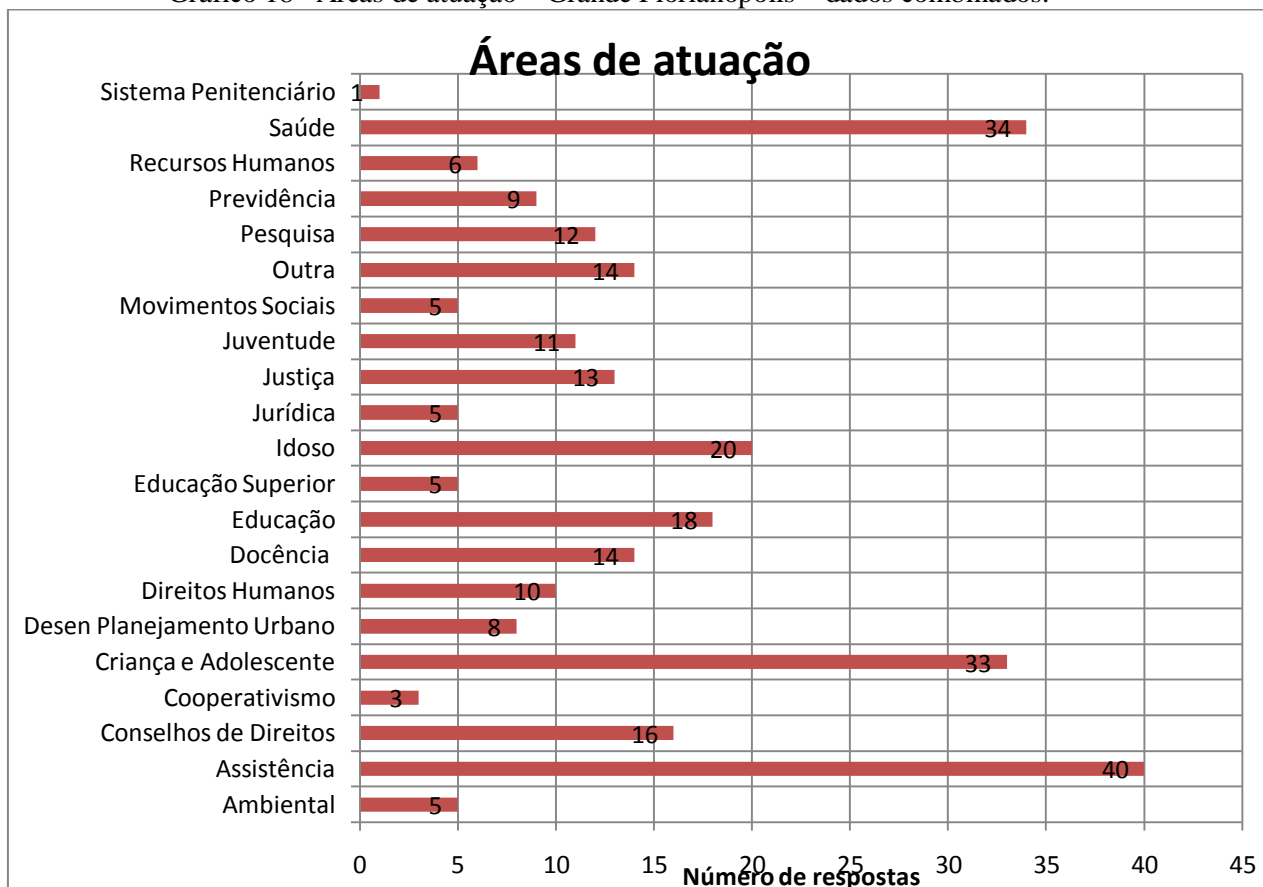


Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

No Gráfico 17 os números mostram que apenas 41% dos entrevistados atuam em uma área determinada, sendo que 32% atuam em duas ou três áreas diferentes, 16% atuam em quatro ou cinco áreas diferentes e 11% dos entrevistados atuam em seis ou mais áreas. Pensar a demanda excessiva aliada à polivalência do assistente social nos remete diretamente à dificuldade que este encontra para superar as questões presentes no cotidiano, fazendo o exercício de suspensão ao humano genérico. Tal polivalência não pode ser vista também desconectada das demandas hoje apresentadas pela própria dinâmica do espaço institucional e pela característica do mercado de trabalho. No Gráfico 18 temos às áreas em que os assistentes sociais atuam.

A grande incidência nas áreas como a assistência e saúde acompanha uma tendência apresentada em outras pesquisas realizadas em nível nacional³¹, mostrando que estas ainda se configuram como campos que mais empregam os assistentes sociais. Mas também já temos áreas tais como ambiental, educação e cooperativismo como sendo novos campos de atuações.

Gráfico 18 – Áreas de atuação – Grande Florianópolis – dados combinados.



Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Relatos positivos também podem ser considerados nas falas dos assistentes sociais, por exemplo, quando estes conseguem realizar um atendimento, ou um estudo social, e este trabalho possibilita que o usuário tenha seus direitos garantidos. O retorno que o profissional recebe, volta muitas vezes, como uma satisfação de trabalho realizado trazendo um bem estar. Mesmo que algumas vezes o resultado final não saia como planejado, o fato de ter trabalhado com o usuário e desenvolvido no seu cotidiano estratégias de enfrentamento e alteração social também é um fator positivo relatado pelos entrevistados.

³¹ Como exemplo temos a pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS em âmbito nacional que pode ser acessada em http://www.cfess.org.br/relatorio_atividades_2004.doc

Outro exemplo pode ser trazido a partir de relatos de uma assistente social participante dos grupos focais, ela relata que foi a primeira assistente social em sua cidade e mesmo com tamanho desafio pode a partir de seu trabalho conseguir consolidar o espaço profissional como um campo profissional de referência, tem contado com a respeitabilidade dos usuários e gestores. Mesmo que a maioria dos entrevistados não relate atividades que ascendem ao humano-genérico no sentido trazido por Heller (2002), em alguns casos, como os citados aqui, podemos perceber essa dimensão contida num horizonte.

Destarte podemos refletir que as mediações presentes no espaço cotidiano que permitem a elevação à genericidade muitas vezes não são apreendidas pelos sujeitos devido à característica cotidiana da imediaticidade, ou seja, eles não percebem o vínculo imediato entre pensamento e ação, presente “na repetição automática de modos de comportamento” (BARROCO, 2005, p. 38). Tal ocultamento se dá pela aparência imediata dos fatos apreendidos de maneira fluída e espontânea, bem como pela forma alienada em que estes são tratados, podendo ser entendidos também como uma condição própria do processo de profissionalização. De um modo geral os comportamentos, valores e motivações são tomados pela consciência do sujeito como autônomos e independentes, tratados assim como uma soma de fenômenos sem relação ou vínculos sociais que os conectem (BARROCO, 2005).

Na fluidez da vida cotidiana os sujeitos se percebem somente por sua via singular. É neste espaço que o assistente social colocará em pauta grande parte da sua bagagem sócio-cultural apreendida de diversas formas ao longo de sua vida, inclusive aquela adquirida durante seu processo de formação profissional, assim como também a apresentada pelo projeto hegemônico da profissão na qual o dever-ser profissional estará teoricamente referenciado.

A partir dessas construções expressará sua particularidade, seu modo singular, pela consciência de indivíduo, sob a forma das necessidades do “eu”, e para satisfazer a essas necessidades³², como vimos, é que a individualidade humana se moverá.

Neste campo carregado de determinações, sejam elas profissionais ou não, é que seremos, conforme argumenta Heller (1992), simultaneamente particulares e genéricos. Uma vez que em nossas ações também estarão de certa forma nossa genericidade, mesmo que em algumas atividades as primeiras motivações sejam de origem particular, como a atividade do trabalho, por exemplo, e nas emoções e sentimentos.

³² Na discussão apresentada por Perreira (2002) as necessidades humanas básicas podem ser entendidas como *autonomia e saúde física*, somadas a elas a autora elenca mais onze fatores intermediários que são fundamentais para garantirem a plena satisfação das necessidades humanas.

Outro fator que cabe destacar é que não é próprio do espaço cotidiano o acesso à consciência humano-genérica, pois a intensidade da utilização de suas capacidades está muito abaixo das atividades voltadas às objetivações genéricas, Heller (1992) destaca esse ponto salientando que “o fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade” (HELLER, 1992, p. 17). É como se este sujeito cotidiano não tivesse “nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum dos aspectos” (HELLER, 1992, p. 18) presentes no cotidiano, não podendo aguçar-los em toda sua intensidade.

Conforme apresentamos, vale aqui frisar, em síntese, que

o indivíduo contém *tanto* a particularidade *quanto* o humano-genérico que funciona consciente e inconscientemente no homem. Mas o indivíduo é um ser singular que se encontra em relação com sua própria individualidade particular e com sua própria genericidade humana; e, nele, tornam-se conscientes ambos os elementos (HELLER, 1992, p. 22).

Se até aqui procuramos trazer alguns dados que caracterizavam a dimensão singular dos profissionais no espaço cotidiano, cabe-nos agora questionarmos como a dimensão humano-genérica perpassa o exercício profissional. De uma forma geral foi observada que tal faceta se apresenta muito mais como um horizonte a ser alcançado, individualmente, do que sendo uma recorrente no exercício profissional. Os motivos pela sua não efetivação de forma sistemática foi o que procuramos apresentar nas discussões anteriores, com destaque para a grande demanda e a polivalência que os profissionais encontram em seu cotidiano.

Atingir a esfera do humano-genérico nos possibilitaria a construção de processos coletivos que contribuíssem para uma reflexão da realidade posta. Ascender a tal esfera superando a cotidianidade seria possível, ao menos hipoteticamente, se uníssemos três fatores: concentração de toda atenção sobre uma única questão, suspendendo qualquer outra atividade; empregando a inteira individualidade na resolução dessa questão e por fim teríamos que estar inteiramente conscientes enquanto indivíduos neste processo. Em contraponto ao processo heterogêneo do cotidiano, denominamos essa elevação específica ao humano-genérico de homogeneização (HELLER, 1992). Ao voltarmos nossa atenção para o cotidiano dos assistentes sociais pesquisados, observaremos que o cotidiano deles, a priori, não permite estratégias pautadas nessas três premissas. Mas é importante destacar algumas falas dos profissionais entrevistados, em que a busca pela superação do cotidiano está presente:

- Por meio da formação continuada:

“Cotidianamente, (estou) sempre estudando, buscando, não separando a teoria da prática, juntando grupos de estudos” (Assistente Social 532).

“Referencial, instrumentos. Desde minha formação muita coisa mudou, mas foi o que deu a base para seu exercício profissional. Sempre busco cursos, nova legislação. Participando de outros espaços consegue se atualizar” (Assistente Social 301).

- Por buscar a conexão do exercício profissional com a totalidade social:

“O Serviço Social (enquanto) profissão permite a leitura mais clara da realidade, ler o todo de forma ampla, entender o outro, a questão ética, de justiça” (Assistente Social 06).

“Por uma visão de totalidade. De não enxergar o trabalho de uma determinada área sem estar vinculado a outras políticas sociais. Por isso não se deve discutir a profissão a partir de políticas sociais setoriais” (Assistente Social 451).

- Por discutir a profissão e o exercício profissional junto aos movimentos sociais:

“Atualmente não faço parte de conselhos, mas toda a vida profissional estive vinculada a movimentos sociais: de conselhos do idoso, criança e adolescente, assistência, movimento de meninos e meninas de ruas. Tive vinculação com políticas sociais, adolescentes em conflito com a lei, portadores de deficiência, fóruns da sociedade civil, de direitos, de políticas setoriais. Tudo foi uma base” (Assistente Social 451).

Mesmo que nessas falas possamos ver a dimensão do humano-genérico como uma possibilidade ao exercício profissional, a suspensão do espaço da heterogeneidade, como salientamos, não é uma recorrente para a maioria esmagadora dos profissionais, muitos destes nem mesmo se reconhecem neste campo de projeção, seus limites estão postos na imediatividade do cotidiano. Tal reflexão leva em consideração algumas questões relacionadas aos espaços institucionais e das relações de trabalho que abordaremos na seção dois. Vale frisar que por não termos no questionário aplicado em Florianópolis uma questão que tratasse especificamente desse assunto, não é possível comprovar empiricamente tal hipótese. Porém, aqui sinalizamos que por meio das falas dos assistentes sociais entrevistados, a grande maioria, mostrou-se preso nas rotinas do cotidiano, relatando muitas vezes que suas ações estavam limitadas pela burocracia institucional, pelas relações de poder, pelas configurações das políticas sociais, e assim seu exercício profissional acaba por ser uma repetição. Nos grupos focais, por sua dinâmica diferenciada, foi possível perceber melhor tal questão, por exemplo, na fala desta assistente social:

Devido ao trabalho eu tenho me afastado, devido ao intenso trabalho no [cita o local de trabalho] eu tenho me afastado muito de alguns espaços que eu

gostaria de estar, que acho importante! [...] E eu sinto essa necessidade de estar em espaços justamente pra obter também conhecimento. Mas hoje o meu trabalho não permite, mas posso te dizer que é vergonhoso você dizer que você é assistente social em [menciona o nome da cidade], pra qualquer outro profissional. [...] E o que me deixa mais triste além de tudo isso, é me deparar diariamente com profissionais que se formaram comigo, que tiveram a mesma formação e que tem uma visão extremamente equivocada do que é o Serviço Social. Será que fui eu que compreendi errado, será que de repente eu viajei no que me ensinaram, no que eu li, ou será que essa pessoa ia pra sala de aula e pensava em tudo, prestava atenção em tudo menos naquilo que a professora falava? Sabe? Ou essa pessoa sempre foi assim? Não é? Nunca vai mudar e está aqui mesmo sei lá porque, porque nem pelo salário vale a pena está num lugar assim... [...] Hoje eu me sinto muito presa ainda no lugar que eu estou, mas a política partidária que está não vai ficar pra sempre, eu acredito nisso (AS/GF 22).

Ou ainda neste exemplo:

Eu chegava em casa tinha dias, o dia que chegava em casa no horário, [...] [porque] eu tinha horário pra sair de casa, mas pra chegar eu não tinha. Então assim, ou chegava toda detonada, ou caía um tombo chegava em casa.. então assim, o que acontecia? Eu não tinha tempo de ler, de me apropriar das coisas que hoje eu sinto o quanto isso me fez falta e o quanto isso é importante (AS/GF 21).

Como também este outro profissional sintetiza em sua fala:

O sucateamento, ele é atropelador, eu acho que o nosso trabalho enquanto profissional do Serviço Social, ele é um trabalho intelectual, aqui você precisa pensar, se articular, se estrategiar e ali... Eu acho que aqui na região assim oh.. o profissional atende uma população onde deveria trabalhar pelo menos umas quatro ou cinco pessoas juntas, isso na região inteira. Então assim, é obvio não é? Que às vezes muitos profissionais são incompetentes, por, porque... escolheram uma profissão errada, porque cansaram, poderiam fazer outra coisa. Mas tem uma parcela que é muito boa e a gente sabe disso, então na verdade essas pessoas assim como eu são atropeladas, não é? O tempo, de você vê algo diferente, de você poder estudar, de você poder usar as técnicas que a gente aprende. Como você lê a sua leitura? Como essa demanda chega? Muitas vezes é por uma maneira é...que... não está explícita, então você precisa começar a monitorar. Então...porque tá acontecendo isso? Você precisa problematizar entender, contextualizar os procedimentos, e isso muitas vezes não é possível. Você é atropelado e a qualidade efetivamente é..., então tem vários elementos e a gente não pode dizer que isso só acontece por isso, é conjuntural mesmo, tem N elementos que contribuem pra que a gente... E não acredito que isso seja só pra profissão do Serviço Social (AS/GF 20).

Destarte pode-se ainda acrescentar que o indivíduo (singular e genérico) que se encontra na “relação com sua própria individualidade particular e com sua própria genericidade” (HELER, 1992, p. 22) é dotado de relativa liberdade neste processo para construir sua individualidade, no entanto ela é sempre efetivada como uma tendência, uma

vez que a vida cotidiana é caracterizada pela coexistência da particularidade e genericidade, pelo campo das possibilidades, mas também das condicionalidades. Todavia, vale sublimar que mesmo que a elevação ao humano-genérico seja alcançada, pelos meios discutidos aqui ou por outros³³, não significa uma abolição da particularidade, uma superação definitiva desta. Pois a elevação configura-se por sua transitoriedade, uma vez que retornaremos ao espaço da particularidade, modificados.

O desnível, por assim dizer, entre esses dois fatores pode ser observado nas escolhas da vida diária, quando optamos pela superficialidade das ações cotidianas internalizadas pela socialização, ou quando questionamos e rompemos, por meio da reflexão, com a atividade mecanizada. Iamamoto (2008) apresenta essa questão por considerar a autonomia dos assistentes sociais restrita devido à particularidade do trabalho assalariado versus a busca pela materialização do seu projeto ético-político, contradição essa de assalariamento que o assistente social comunga com todos os demais trabalhadores que vendem sua força de trabalho ao mercado.

Outras formas de suspensão apresentadas por Heller (1992), tais como a arte e a ciência, nos levam a outras questões: teria o assistente social em seu cotidiano espaço para atividades voltadas à arte e a ciência? Ou seu exercício profissional está fadado condicionalmente ao processo de trabalho alienado e repetitivo? Essas questões que nos são latentes serão objetos de trabalhos futuros.

Voltando às falas dos assistentes sociais a participante do Grupo Focal E acrescenta que “o cotidiano aliena. Diante da demanda a gente vira meio tarefeiro, faz, faz, faz e não reflete” (AS /GP 27). Em consonância com esse discurso é que podemos dizer que o cotidiano é um espaço permeado por escolhas, morais ou não. E quanto maior for para o indivíduo a moralidade³⁴ (que junto carrega o compromisso pessoal e o risco) sobre a decisão acerca das alternativas apresentadas, tanto mais essa decisão se afastará da cotidianidade e se elevará ao

³³ Heller (1992) defende que a arte e a ciência também são formas pelas quais podemos superar a particularidade presente na cotidianidade e elevar-se ao humano-genérico.

³⁴ Heller (1992) chama de moral a ética como motivação, característica individual, porém que não se configura como uma motivação particular. “É individual no sentido de livremente adotada (com liberdade relativa) por nós diante da vida, a sociedade e dos homens” (HELLER, 1992, p. 23). A autora ainda apresenta que a moral tem como função a inibição e o veto, mas também a transformação, caracterizando-a como uma das formas de também se elevar ao humano-genérico, em suas palavras “quanto mais intensa é a motivação do homem pela moral, isto é, pelo humano-genérico, tanto mais facilmente sua particularidade se elevará (através da moral) à esfera da genericidade” (HELLER, 1992, p. 24).

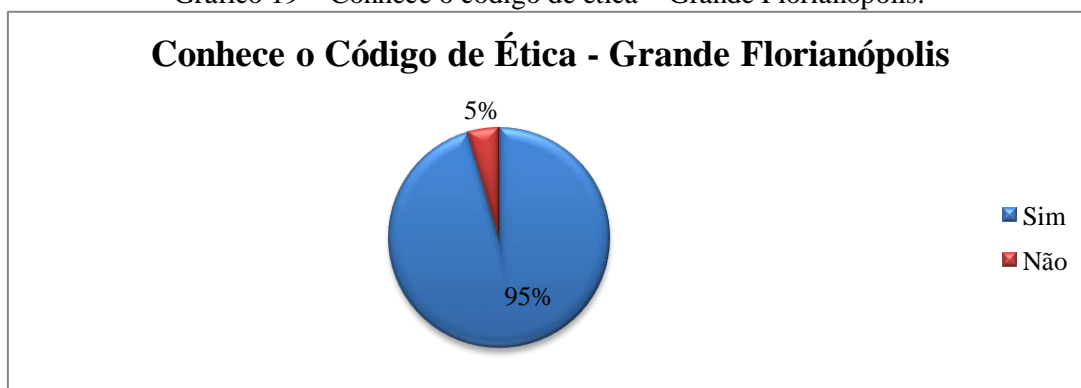
humano-genérico. Uma tendência maior para a genericidade em detrimento da particularidade.

O projeto ético-político hegemônico hoje na profissão traz em seu cerne o reconhecimento da liberdade como um valor central, é “a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais” (NETTO, 1999, p. 15). Ao mesmo tempo em que tal projeto profissional tem um vínculo com um projeto societário que busca a construção de uma nova ordem social sem exploração/dominação de classe, etnia, gênero ou de qualquer outro tipo, se posicionando radicalmente a favor dos direitos humanos e ao repúdio a qualquer tipo de preconceito. Também possui um compromisso radical com a democracia entendendo essa como a socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (idem).

Tal possibilidade, vislumbrada a partir desses argumentos, encontra-se também em nosso Código de Ética Profissional (CFESS, 1993), uma vez que este se configura não como um código normativo, mas propõe uma dimensão ética para a leitura e construção da realidade a partir de princípios radicalmente democráticos.

A aplicação dos princípios norteadores do Código de Ética (CFESS, 1993), propicia a reflexão a partir de uma concepção de sociedade pautada no pleno desenvolvimento dos trabalhadores “para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação” (CFESS, 1993, p. 3). Assim, os princípios norteadores do Código de Ética objetivam num processo de construção coletiva, entre outras questões, instrumentalizar os assistentes sociais para o exercício profissional “na prática cotidiana” (CFESS, 1993, p. 2). Nessa discussão é importante apresentarmos os dados referentes ao conhecimento do Código de Ética por parte dos assistentes sociais. O Gráfico 19 mostra que 95% dos entrevistados relatam que conhecem o Código, fato este muito animador se pensarmos que este é um documento que direciona a atuação profissional.

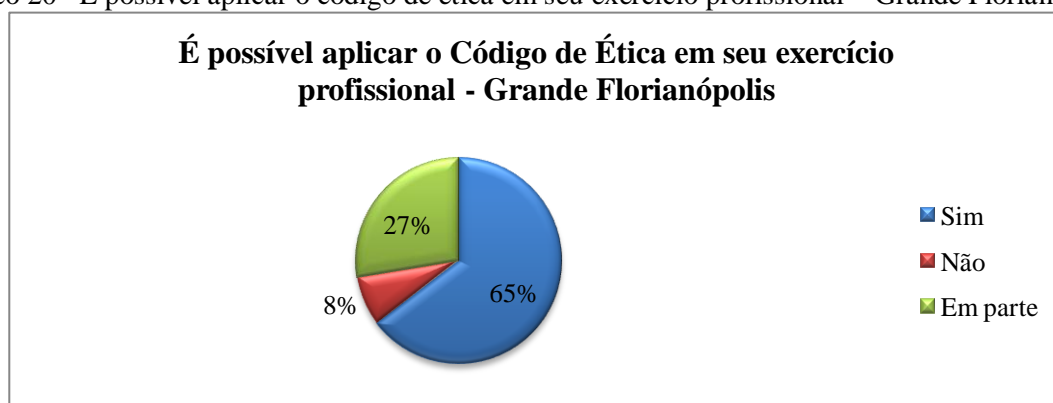
Gráfico 19 – Conhece o código de ética – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Porém, é importante esmiuçar esse dado a fim de qualificá-lo. Ao perguntarmos se em seu exercício profissional é possível aplicar os preceitos contidos no Código de Ética, temos as seguintes respostas:

Gráfico 20 –É possível aplicar o código de ética em seu exercício profissional – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Para 65% dos assistentes sociais *sim*, é possível efetivar os preceitos do Código de Ética em seu exercício profissional; já para 8% *não*, não é possível e para 27% a aplicação é *possível em partes*. Ao pedirmos que os entrevistados justificassem a resposta dada à questão podemos perceber algumas particularidades em relação à aplicabilidade do Código de Ética. A maioria mencionou a questão do sigilo profissional como uma das maiores dificuldades em se colocar o Código em prática, atribuindo a isso a falta de estrutura física, ou privacidade no atendimento e armazenamento dos dados dos usuários. E mesmo aqueles que se referiram à aplicação do Código em seu cotidiano afirmavam justamente ser possível, pois contavam com estruturas adequadas ao atendimento e garantia do sigilo dos usuários. Ou seja, para a ampla maioria dos entrevistados, tanto aqueles que afirmavam que conseguiam efetivar o Código em seu cotidiano, como para os que não conseguiam ou o faziam apenas em partes, a principal

questão estava focada no sigilo profissional e na garantia de privacidade aos usuários, deixando de lado todos os demais preceitos contidos no Código no que tange suas garantias e princípios. O que de fato é uma questão preocupante!

Dentre as falas destacamos duas para cada situação:

Sim, é possível, porque:

“Sigilo profissional, espaço físico apropriado, autonomia” (Assistente Social 55).

“Embasada no Código de Ética consegui espaço adequado para atendimento (Assistente Social 383).

Não, não é possível, porque:

“Condições físicas precárias, impossibilita o sigilo” (Assistente Social 500).

“Falta de recursos, autonomia e de participação na gestão” (Assistente Social 464).

É possível em partes, porque:

“A carga horária é imensa, os limites institucionais são imensos (autonomia, transporte da escola para as visitas), a sala de atendimento não permite o sigilo do usuário” (Assistente Social 7).

“Faltam condições. Princípios na contramão da realidade” (Assistente Social 711).

Pela discussão apresentada é possível perceber que por mais que 95% dos assistentes sociais entrevistados mencionem conhecer o Código de Ética Profissional e destes 65% dizem ser possível aplicá-lo em seu exercício profissional o que fica claro na análise dos dados é o privilegiamento de um âmbito do Código, o critério do sigilo e das condições para garanti-lo, em detrimento de outras facetas que o compõe.

Não queremos aqui dizer que tal preocupação não deva ser relevante para o exercício profissional, o sigilo é um direito dos usuários e um dever dos profissionais garantirem-no, inclusive com conseqüências sobre sua não observância. Entretanto aos assistentes sociais abordarem apenas essa questão, ou abordá-la com tanta ênfase, demonstra uma focalização em determinado aspecto, ou, no pior dos casos, uma não aplicabilidade dos demais princípios contidos no Código de Ética de 1993 (CFESS, 1993, p. 3), tais como:

- “O reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física”.

Esse privilegiamento dado a determinadas questões do Código de Ética impõe limites à atuação dos assistentes sociais e, em nosso entendimento, colabora para a reprodução acrítica de seu exercício profissional, contribuindo para um aprisionamento no espaço singular do cotidiano dificultando assim, uma atitude reflexiva na busca por uma elevação à genericidade.

A partir das considerações aqui empreendidas procuramos nesta seção discutir os processos de socialização, a heterogeneidade presentes no cotidiano dos assistentes sociais sujeitos desta pesquisa. Também avançamos um pouco em como eles concebem a busca pela profissão de Serviço Social e entendem os mecanismos de superação da sociedade vigente. Na seção seguinte pautaremos nossas análises nas relações de trabalho e os espaços institucionais, procurando conhecer em quais áreas atuam os assistentes sociais, quais os desafios postos pela relação trabalho assalariado em nossos dias, bem como refletir sobre como os sujeitos entrevistados vislumbram o futuro profissional.

3 O ASSISTENTE SOCIAL EM SUA ESFERA DE TRABALHO: CONDIÇÕES, POTENCIALIDADES E DESAFIOS

3.1 AS RELAÇÕES DE TRABALHO CONTEMPORÂNEAS

“A fome é fome, mas se satisfeita com carne preparada e cozida e se é ingerida com a ajuda de garfo e faca é diferente da fome que é satisfeita devorando carne crua, destroçada com as mãos, as unhas e os dentes. Não se trata somente do objetivo de consumo, mas também do modo de consumo, criado pela produção, tanto em sua forma objetiva como subjetiva”.
Karl Marx

Ao iniciarmos esta seção é fundamental realizarmos alguns apontamentos em relação à categoria trabalho e como esta se processa hoje no âmbito da sociedade capitalista. Tal categoria dentro da concepção marxista é a base de toda atividade humana, constituindo-se como parte da própria diferenciação do homem para os demais animais. Assim para Marx o trabalho é um processo de intercâmbio entre homem e natureza, no qual parte-se de uma finalidade em que homem conhece de antemão (idealmente) o resultado do processo. O homem não apenas

efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] O processo de trabalho [...] é uma atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas (NETTO; BRAZ; 2006, p. 31).

A materialização do trabalho, por sua vez, implica um movimento indissociável entre a dimensão subjetiva, que seria a prefiguração que se processa no âmbito do sujeito, e a dimensão objetiva que é o resultado da transformação material da natureza, e é nesse sentido que podemos dizer que a realização do trabalho é uma objetivação do sujeito que o realiza (NETTO; BRAZ; 2006).

Elementos importantes devem ser levados em conta nesse processo: o primeiro diz respeito às escolhas que tal sujeito terá que realizar no plano concreto, a partir de avaliações que ele considere pertinentes para alcançar os resultados do trabalho; o segundo é a autonomia (relação de não dependência) existente entre o sujeito enquanto produtor e os produtos originados por ele por meio de seu trabalho; um terceiro elemento reúne duas exigências que devem caminhar juntas para a realização do trabalho, que seria o

conhecimento sobre a natureza e a coordenação múltipla de suas faculdades voltadas à finalidade que se pretende realizar (idem). Com o tempo esses processos experienciados pelos sujeitos tendem a ser generalizados e acumulados pelo homem, num sentido de universalização do conhecimento e transmitidos pelos processos histórico-sociais. É nesse sentido que podemos afirmar, então que o trabalho será sempre uma atividade coletiva. Dentro da mesma lógica é que entendemos que por meio do trabalho o homem se constituiu homem, ou seja, um ser social.

Destarte

o trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou se esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado *diretamente* ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de esfera de objetivação que se autonomizaram das exigências imediatas do trabalho – a ciência, a filosofia, a arte, etc. (NETTO; BRAZ; 2006, p. 43).

Assim, é que podemos entender o trabalho como fundamento ontológico-social do ser social, pois é ele que permite o “desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face de outros seres da natureza” (BARROCO, 2005, p. 26). Esta condição ontológico-social do trabalho é que o caracteriza como universal e sócio-histórico. Como vimos o trabalho não pode ser obra de apenas um homem, mas “da cooperação entre os homens; só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde a necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes que compõem a cultura” (idem).

A característica teleológica do trabalho repousa na possibilidade que o homem tem em agir conscientemente em sua produção/reprodução material, ao transformar sua realidade na busca de satisfazer suas necessidades (objetivas e subjetivas) o homem “autoconstrói-se como um ser de projetos; torna-se autoconsciente, como sujeito construtor de si mesmo e da história. O trabalho e seu produto, a cultura, fundam a história, autoconstrução dos próprios homens, em sua relação recíproca com a natureza” (idem, p. 28). Nesse sentido é que afirmamos que as capacidades como a universalidade, a sociabilidade, a consciência e a liberdade são humano-genéricas, como mediações entre o indivíduo singular e o gênero humano. Como salientamos anteriormente o indivíduo social é um ser particular em sua singularidade, mas que expressa também um ser genérico (HELLER, 1992). E “a (re)produção da totalidade social se faz de tal modo que o indivíduo reproduza a si mesmo, como singularidade e genericidade” (BARROCO, 2005, p.32). Para Marx a

vida individual e a vida genérica do homem não são diversas, por muito que – e isso necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais universal da vida genérica ou por mais que a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou mais universal (apud BARROCO, 2005, p.32).

O trabalho como expressão ontológica do ser social ganha uma nova dimensão na sociedade capitalista em que os meios de produção são apropriados por alguns. Nessa ordenação social o trabalho é realizado como negação de sua potencialidade emancipadora, nascendo junto com essa nova condição o que chamamos de processo de alienação. O trabalho deixa de ser uma atividade de caráter livre, consciente, universal e social, e passa a ser para os sujeitos que o realiza uma atividade alheia, de não reconhecimento, e por consequência da própria relação social consigo mesmo e com seus semelhantes. Barroco define assim esse processo:

O trabalhador é alienado da totalidade do processo de trabalho, ou seja, da propriedade dos meios de trabalho, do controle sobre o processo de trabalho e de seu produto final. Como trabalhador assalariado, ele só dispõe de sua força de trabalho, entrando no processo em condições desiguais; durante o processo sua participação é fragmentada, pois ele não tem controle sobre a totalidade do mesmo; utiliza sua capacidade de forma limitada e não se apropria do produto do trabalho. Sai do processo tendo criado um valor a mais – a mais-valia –, que excede o valor de seu salário e é apropriado pelo capital, e um produto que não lhe pertence e com o qual ele não se identifica; seu salário lhe permite somente sobreviver fisicamente para reiniciar o processo (2005, p. 34).

Assim, as formas de organização do trabalho na sociedade capitalista são com o objetivo primeiro de gerar a produção da mais-valia. Essa é a condição básica que todo trabalhador assalariado terá que enfrentar no seu cotidiano. E é fundamentalmente por essa questão que a sociedade capitalista se orienta. As formas desenvolvidas ao longo da sociedade do capital para garantir que a apropriação da mais valia fosse garantida são inúmeras e não é objetivo deste trabalho descrevê-las aqui, mas é importante situarmos as configurações atuais desse processo para pensarmos em como o mercado de trabalho se apresenta aos assistentes sociais, que também são trabalhadores assalariados.

Para Lara (2008, p. 297)

o mundo do trabalho contemporâneo deve ser entendido correlato à *crise de acumulação do capital dos últimos 40 anos* que atingiu, sobretudo, os

principais países industrializados – tanto os *centrais* quanto os *periféricos* – que foram obrigados a realizar reajustes nas organizações da produção, para atenderem às exigências da *mundialização do capital*.

Dentro dessas novas especificidades da gestão do trabalho podemos apontar a crise do pleno emprego culminando com o desemprego estrutural, a flexibilização das relações de trabalho e o crescente processo de tercerização, questões acirradas pelo processo de acumulação do flexível do capital (LARA, 2008), que impõem às relações cotidianas de trabalho uma crescente fragmentação, contribuindo para o acirramento da dimensão do trabalho alienado. Em relação à tercerização podemos citar um exemplo recorrente que surge na pesquisa Mercado de Trabalho em que muitas das contratações realizadas pela prefeitura Municipal de Florianópolis são via a Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV) cuja missão é “contribuir para a promoção da cidadania e fortalecimento da sociedade civil. Para isso a entidade desenvolve programas educacionais às crianças e jovens, além de atuar na elaboração e monitoramento de políticas públicas”. Tal associação

é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1980. Desenvolve projetos, programas e ações voltados para a área social do Município de Florianópolis em parceria com a Prefeitura Municipal, entidades do terceiro setor e empresas privadas³⁵.

A prefeitura Municipal de Florianópolis consta entre os parceiros³⁶ mais importantes para a associação. Dos trinta e dois (32) profissionais que se diziam empregados pelo setor público municipal foi possível identificar onze (11) profissionais destes contratados via AFLOV. Mais adiante detalharemos esses números ao apresentarmos outros, agora voltemos nossa atenção à questão tratadas anteriormente sobre a condição de assalariamento do assistente social e as transformações do mundo do trabalho.

Para a análise da atual configuração da sociedade capitalista Chesnais (1995) utiliza o termo *mundialização* no sentido em que os segmentos decisórios dos mercados financeiros são hoje em dia mundializados. A mundialização assim

apresenta-se como uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar, e depois, de

³⁵ Informações retiradas da página online da AFLOV em <http://www.aflov.org.br/quem-somos.html> acesso em 20 de novembro de 2010 às 14h.

³⁶ Entre os demais parceiros conforme informações da própria AFLOV são Shopping Beira Mar, Ric Record, Supermercados Rosa, Univali, entre outros. Para mais ver <http://www.aflov.org.br/>.

internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior (idem, p. 6).

Essas novas formas de apropriação da mais-valia certamente possuem impactos para a classe trabalhadora e nas relações de trabalho empregadas sob essa nova lógica. O que temos nesse processo é uma ascensão das finanças internacionais. Podemos vincular como resultado desse processo as privatizações e a implantação de políticas neoliberais nos países periféricos (CHESNAIS, 1995).

Nas palavras de Netto e Braz “o capitalismo contemporâneo particulariza-se pelo fato de, nele, o capital estar destruindo as regulamentações que lhe foram impostas como resultado das lutas do movimento operário e das camadas trabalhadoras” (2006, p. 225).

O resultado desta nova ofensiva do capital em sua configuração mundializada não foi apenas

na criação do maior contingente histórico de desempregados, subempregados e empregados precarizados e na exponenciação da ‘questão social’; nem o anverso do ‘pós-fordismo’ é somente a restauração de formas de exploração de homens e mulheres que o próprio capitalismo parecia ter superado. Igualmente não resultou só na criação do mito da ‘sociedade do consumo’ nem numa retórica segundo a qual o *cidadão consumidor* deve ser o centro da atenção das empresas – resultou ainda na *realidade* das empresas que valem, através da publicidade, de todos os recursos possíveis para *enganar e manipular* os consumidores, ocultando o fato de planejarem a *obsolescência* das suas mercadorias (NETTO; BRAZ; 2006, p. 237).

Dentro deste contexto social apontamos três principais questões próprias de nossa contemporaneidade: a alarmante disparidade entre o mundo dos ricos e dos pobres, e dentro dos mundos particulares numa crescente fragmentação da desigualdade; a ascensão dos preconceitos de todas as formas e da xenofobia e a crise ecológica que afeta toda a humanidade em escala global (NETTO; BRAZ; 2006).

Esse quadro do capitalismo contemporâneo é determinado, em última instância, pelas relações sociais de produção burguesa e, na medida em que tais relações forem mantidas, ele será agravado e cronificado. Nenhuma reforma do capitalismo tem condições de revertê-lo: ele é a resultante, nas condições contemporâneas, do movimento do capital e do seu comando sobre a sociedade (NETTO; BRAZ; 2006, p. 245).

A superação destas condições, entretanto, não obedece a um determinismo histórico, mas deve ser gestada por meio de escolhas conscientes operadas por milhões e milhões de homens e mulheres, escolhas que direcionam a sua ação política no marco das lutas de classes

e, apenas assim é possível pensar numa nova ordenação da sociedade (NETTO; BRAZ; 2006).

Com tais premissas em relação à transformação do mundo do trabalho, passemos agora para a análise dos dados referentes a essa questão na pesquisa Mercado de Trabalho.

3.2 A CONDIÇÃO DE ASSALARIAMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL E SUAS RELAÇÕES DE TRABALHO COTIDIANAS

“Hoje eu tenho aprendido
que as pessoas tem muito a falar das suas histórias,
e às vezes a gente cala essas histórias,
legitimando o que as instituições querem”
(Assistente Social)

A partir das questões discutidas na seção anterior iniciamos esta com uma importante questão em mente: a relação que caracteriza o exercício profissional dos assistentes sociais, o fato de que enquanto profissionais que possuem um direcionamento por meio do projeto ético-político hegemônico da categoria têm que lidar com os limites impostos pela condição de assalariamento na qual se encontram.

Os projetos da vida social podem ser individuais, coletivos ou societários. Os projetos profissionais são de caráter coletivo, o que pressupõem uma formação específica, pautada numa organização legal, ética e política. Para Netto (1999) os projetos profissionais:

apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (idem, p. 4)³⁷.

Assim, como esclarece Netto (1999) um projeto profissional é composto por uma gama de questões pensadas a partir de um coletivo, que no caso do Serviço Social no Brasil é composto pela ABEPSS, CFESS/CRESS, ENESSO e demais organizações coletivas no âmbito da profissão. E é “a coesão dos agentes profissionais, em torno de valores e finalidades comuns, dá organicidade e direção social a um projeto profissional” (BARROCO, 2005, p. 66).

³⁷ Netto, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. Disponível em <http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf> acesso em 10 de novembro de 2010 às 13 horas. Nota do autor: Este texto, redigido em 1999 e originalmente publicado no módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social (Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999), constituiu um dos primeiros materiais para a discussão acerca do “projeto ético-político do Serviço Social brasileiro”, sendo posteriormente reeditado em Portugal (Henríquez, org., 2001) e difundido também na América Latina (Borgianni, Guerra e Montaña, orgs., 2003). Para a presente edição, foram feitas pequenas alterações formais e uns poucos acréscimos bibliográficos.

Como vimos no final da seção dois o Código de Ética profissional apresenta alguns valores e direcionamentos para a categoria, e 95% dos entrevistados na Grande Florianópolis declararam conhecê-lo, mostrando que este componente do exercício profissional está presente no cotidiano dos assistentes sociais, ao menos hipoteticamente.

Já do ponto de vista profissional, este projeto assume o compromisso com a competência, que tem por base aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Com ênfase numa processo de formação acadêmica qualificada e continuada. Ainda, em especial, o projeto prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais:

é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aí incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários (NETTO, 1999, p. 16).

Tendo por objetivo também a articulação com outras categorias profissionais que “compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta geral dos trabalhadores” (idem).

Essas características defendidas hegemonicamente pela profissão em nossos dias confrontam-se diretamente com outra criando uma constante tensão ao cotidiano profissional, qual seja: a condição de assalariamento do assistente social.

Como analisa Iamamoto (2008, p. 416) há uma tensão entre

projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais socialmente forçadas a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se.

Dessa forma verificamos uma tensão, pela qualidade intrínseca presente na relação de objetivos delimitados pelo projeto ético político versus a condição de assalariamento.

A relevância da pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais quando esta se pauta na análise do cotidiano profissional está em buscar entender como a particularidade do meu exercício profissional se conecta com a generalidade da profissão na qual estou inserido, a fim de construir alternativas coletivas ao corpo profissional. É também problematizar que por mais que as demandas que se apresentam a mim enquanto profissional, sejam específicas em sua natureza, não estão deslocadas de uma totalidade social da qual os demais

profissionais fazem parte. E é apenas por meio deste reconhecimento coletivo que será possível, a partir das potencialidades e limites da minha particularidade, a construção de uma identidade de classe para pensar estratégias de superação da realidade cotidiana. Caso contrário meu exercício profissional em grande parte estará camuflado na heterogeneidade do espaço cotidiano.

O exercício profissional, nesta perspectiva, assumirá sua dimensão de trabalho concreto, qual seja “uma atividade programática e de realização que persegue finalidades e orienta-se por conhecimentos e princípios éticos, requisitando suportes materiais e conhecimentos para a sua efetivação” (IAMAMOTO, 2008, p. 418) com seu valor de uso social devidamente reconhecido. Porém, tal debate não pode se esgotar nesta perspectiva, uma vez que o assistente social enquanto trabalhador que vende sua força de trabalho em troca de um valor monetário (valor de troca) também participa como parte da alíquota do trabalho total produzido, como consequência disso seu trabalho possui a dimensão de trabalho abstrato. Na dimensão de trabalho abstrato exige-se que este seja, ao mesmo tempo, um produto universal, vazio de individualidade, padronizado, que possa ser trocado por qualquer outro, fato este presente somente em nossa sociedade mercantil. Enquanto na dimensão de trabalho abstrato é exigido que este se apresente de forma quantificada e medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção (IAMAMOTO, 2008). Ambas as dimensões precisam ser problematizadas para pensarmos o cotidiano do assistente social.

Como vimos essa questão repousa na especificidade do trabalho no contexto da sociedade capitalista. Por meio da apropriação dos meios de produção e das formas pelas quais os homens materializam a reprodução da vida social, o trabalho passa a configurar-se como uma negação das potencialidades emancipadoras do ser social, impondo aos trabalhadores um processo de alienação tanto em relação à atividade realizada, como de si mesmo e na sua relação com os outros. Esse processo de produção e reprodução social que podemos chamar de atividades humanas contém em si valores, que devido à centralidade da produção em nossa sociedade apoiada na busca pelo lucro se sobrepõe o valor econômico. Como resultado todos os demais valores éticos, estéticos vão se expressar como valores de posse, “de consumo, reproduzindo sentimentos, comportamentos e representações individualistas” (BARROCO, 2005, p. 35).

Sobre a questão do *reconhecimento profissional*, notamos que nos espaços de discussão proporcionados pela pesquisa que constituíram os grupos focais esse tema diversas vezes veio à tona. Para muitos assistentes sociais ouvidos a profissão ainda carece de reconhecimento, sobretudo por parte dos empregadores e gestores. Mesmo que estes

percebam uma finalidade no trabalho realizado pelos assistentes sociais e sua importância nos espaços institucionais, a materialização do reconhecimento muitas vezes demora “a chegar”.

Tal questão fica evidente na fala apresentada a seguir quando um assistente social relata a importância do seu trabalho e o vínculo que este tem com o projeto ético-político:

o reconhecimento profissional de fora, como eu falei, não existe, mas você sabe a importância de como as decisões são, é importantíssimas para a vida das pessoas que estão lá. A gente subsidia muito as decisões e, isso tem me tornado muito mais profissional, muito mais preocupada e refletir com tudo isso que envolve a profissão. E o projeto ético político me dá, me deu, eu estudei isso sobre ele, me deu essa base pra poder hoje melhorar como profissional. Eu acho que é isso, a gente tem que ficar voltando, fazer essa relação, buscando e avaliando a nossa atuação profissional pra que a gente possa ter novas perspectivas e atuar com muito mais ética (AS/GF 22).

Em linhas gerais, o reconhecimento profissional vem antes e pelos próprios usuários motivados pela relevância do trabalho do assistente social em suas vidas. E aparece como um motivador do exercício profissional, algo que compele o profissional a estar vinculado ao seu projeto profissional, voltar a ele sempre que necessário, para ter clareza de sua atuação. O objetivo nesse contexto é para construir “novas perspectivas e atuar com muito mais ética”.

Nesse ponto salientamos, porém, que o reconhecimento por parte dos gestores é muito mais no sentido de responder a exigências e contrapartidas das políticas públicas, o que de um modo geral não se materializa em melhores condições de trabalho. É o que fica claro no exemplo apresentado a seguir:

sobre as condições de trabalho e reconhecimento estão entrando algumas assistentes sociais novas, e essas vinte que já trabalhavam a maioria é concursada, mas as novas que estão entrando, estão entrando por processo seletivo, contrato temporário. Aí são tratadas diferencialmente e inclusive salarialmente, elas ganham R\$1.200,00, ganham bem menos e fazem as mesmas coisas que nós, que somos concursadas, não é? Trabalham a mesma quantidade de horas, do mesmo jeito, então a gente assim, em [*cita a cidade*] está tendo um problema, eu acho, da questão da gestão, bem sério. Pensando nas condições de trabalho, da valorização, do reconhecimento... Então vêm esses recursos federais e eles não fazem um curso pra montar a equipe para receber o recurso. Esse recurso não pode ser usado para pessoal, mas mesmo assim eles não contratam por concurso, contratam por processo seletivo. Porque como é um recurso que a qualquer momento pode ser cortado. Então é essa justificativa que eles dão. Eles não contratam efetivo, porque é pra atender naquele programa específico. Só que acaba não acontecendo isso, esses profissionais não trabalham onde foram chamados, são distribuídos pra toda rede, entendeu? E aí a gente fica numa situação complicada, tu vê o colega ali fazendo as mesmas coisas que você, no mesmo horário, com salário menor, mas é que a demanda é tanta que as pessoas acabam aceitando, é com muita culpa e tristeza que digo isso... (AS/GF 8).

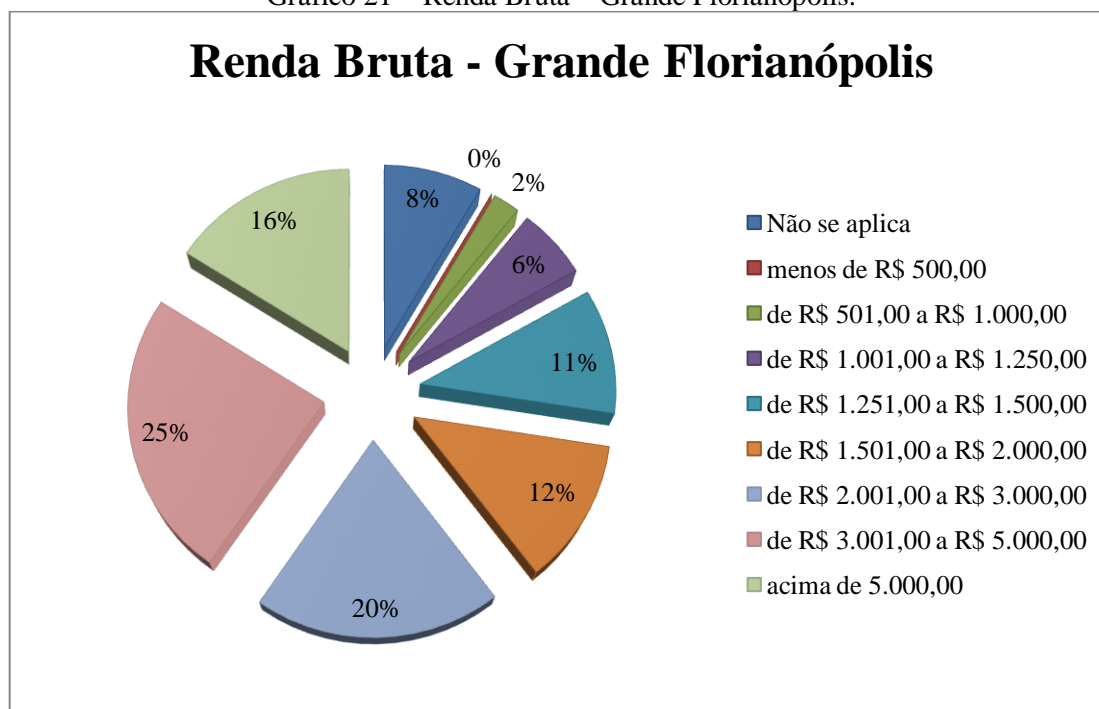
Na fala anterior podemos perceber como as relações de trabalho num mesmo espaço institucional muitas vezes são percebidas de maneiras diferentes e proporcionam questões desiguais para o exercício da mesma atividade laboral. A assistente social menciona em tom de desabafo como a prefeitura utiliza de recursos para a contratação de novos profissionais de forma precarizada totalmente diferente das oferecidas a ela.

Pode-se ver, então, que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho repercutem na formas de contratação dos assistentes sociais criando como consequência a fragmentação e a heterogeneidade na formação da “classe que vive do trabalho”.

Tendo em mente esta relação caminhamos para à análise das condições materiais encontradas pelos assistentes sociais em seu cotidiano.

Um primeiro dado que apresentamos refere-se à renda bruta do assistente social, o Gráfico 21 apresenta alguns números referentes a essa questão na Grande Florianópolis. Como vemos:

Gráfico 21 – Renda Bruta – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

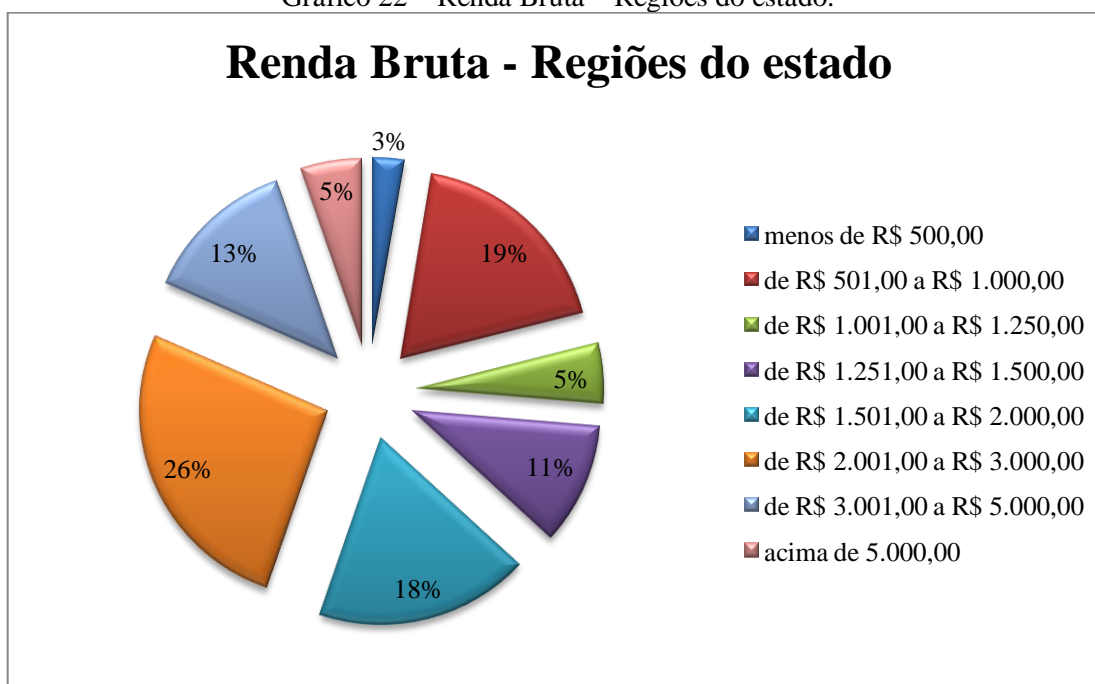
Para 25% dos entrevistados (segmento com maior expressividade) a faixa salarial varia de R\$ 3.0001,00 a R\$ 5.000,00; 20% ganham na faixa de R\$ 2.0001,00 a R\$ 3.000,00; 16% dos assistentes sociais ganham acima de R\$ 5.000,00; 12% entre R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00; 11% entre R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00; no item *não se aplica*, 8%, estão inclusos nesta categoria os que não responderam a assertiva, estão desempregados ou não atuam como

assistentes sociais; 6% de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.250,00 e 2% dos entrevistados ganham entre R\$ 501,00 a 1.000,00.

Podemos verificar que mesmo que as faixas salariais tenham uma divisão muito próxima entre si, a com maior expressividade é 25% apenas, elas concentram-se nos espaços intermediários, ou seja, a maioria dos assistentes sociais estão localizados entre os que ganham de R\$ 1.500,00 a R\$ 5.000,00. Porém a disparidade é grande entre os extremos, pois temos assistentes sociais que ganham acima de R\$5.000,00 enquanto há os que ganham entre R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00.

Nos grupos focais também perguntamos sobre a renda dos profissionais, tanto pelo questionário de identificação do profissional (ANEXO V) distribuído antes do início da atividade, como também, durante a realização do grupo focal, pedimos que eles se posicionassem em relação a essa questão. Vale pontuar que em alguns grupos a faixa salarial foi respondida de modo vago, como se os profissionais tivessem certo receio de comentar quanto ganhavam diante dos demais colegas. Os números dos grupos focais para a renda são mostrados no Gráfico 22:

Gráfico 22 – Renda Bruta – Regiões do estado.



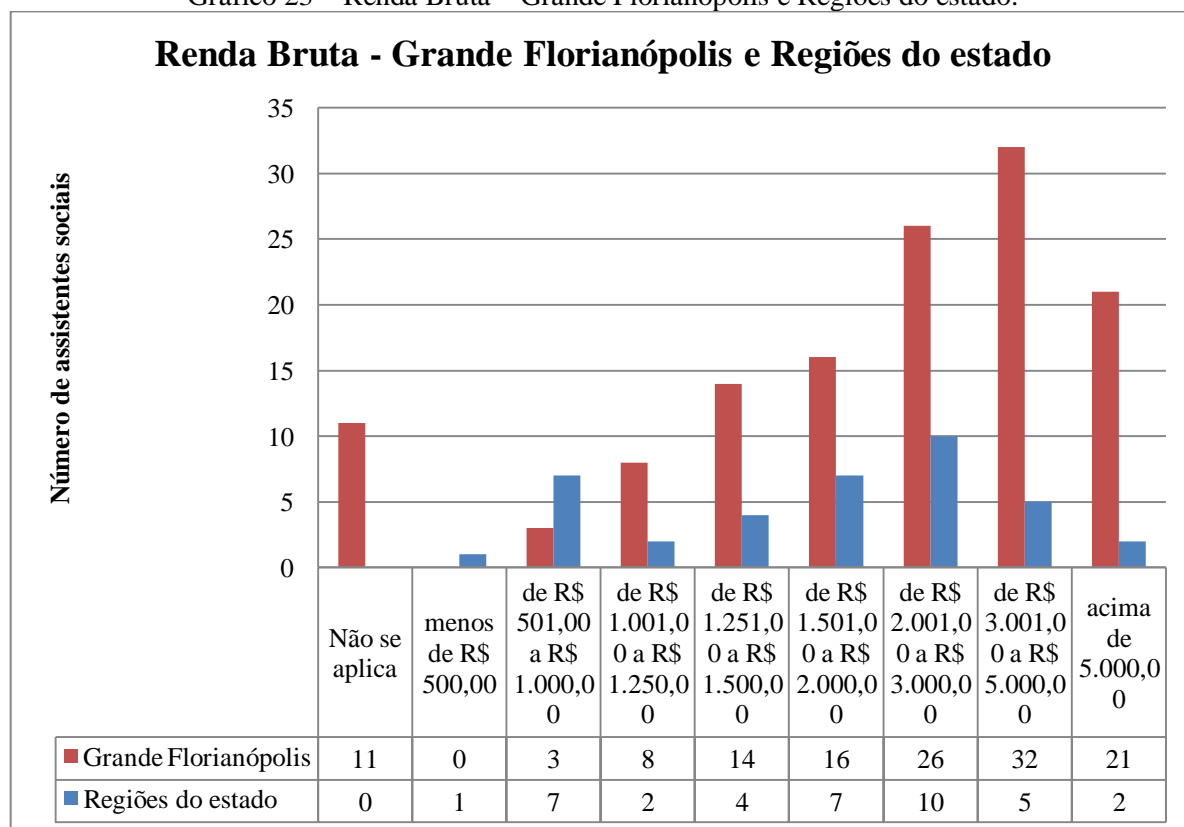
Fonte: Dados grupos focais Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Nos grupos focais como podemos ver pela análise dos dados do Gráfico 22 que a maior incidência está na faixa de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 com 26%; diferente da Grande Florianópolis que esta parcela contava com 20% dos entrevistados. Um dado interessante no

interior do estado que também difere da capital é a parcela dos que ganham *acima de R\$ 5.000,00*, na Grande Florianópolis era de 16% e nas regiões do estado é de 5% apenas, uma redução de 11% nessa faixa salarial. Outro dado também que nos chama a atenção é a parcela de 3% dos profissionais que ganham menos de *R\$ 500,00*, esse dado nem aparece na Grande Florianópolis e é emblemática na disparidade em nível estadual da renda bruta dos assistentes sociais.

O Gráfico 23 compara os números trazidos anteriormente, com a finalidade de buscar uma melhor visualização. Porém, um cuidado que temos que ter ao olhar para esses números é lembrar que na Grande Florianópolis foram entrevistados 131 profissionais, enquanto nos grupos focais o número foi bem menor: 38 profissionais. Então a comparação nos auxilia a perceber as faixas em que aparecem em uma região e não em outra, uma vez que os Gráficos 21 e 22 em matéria de comparação é mais interessante.

Gráfico 23 – Renda Bruta – Grande Florianópolis e Regiões do estado.



Fonte: Dados questionários Grande Florianópolis e grupos focais Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

O Gráfico 23 nos permite também a perceber que mesmo contando com um número três quartos menores de profissionais entrevistados temos a faixa de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 com uma incidência maior nas regiões do estado. Com isso podemos afirmar que há uma

tendência em que os salários pagos na Grande Florianópolis sejam maiores que os das regiões do estado em que a pesquisa foi realizada.

Em relação à questão salarial podemos ouvir dois exemplos trazidos nas falas dos assistentes sociais entrevistados nos grupos focais:

O salário é pequeno não é gente? Vamos falar sério. Uma profissão que exige a qualificação que a nossa profissão exige, a seriedade, trabalha também com recursos públicos, que é uma questão séria, a questão da ética, a questão do desgaste emocional, como ela falou, chega em casa, às vezes leva aquele problema consigo, então são muitos conflitos familiares. Eu acho que o salário está muito aquém do mínimo exigido pra uma profissão como a nossa. Eu acho que realmente assim... Então é... Dentro da Prefeitura também tem uma, uma briga, uma, vamos dizer assim, uma luta histórica das assistentes sociais, também psicólogos estão junto, que também são mal remunerados, também fonoaudiólogos tão juntos, já até recentemente teve um embate, uma luta por melhoria salarial, mas nenhum, já na outra gestão, na outra administração, não conseguiram, nessa também não conseguiram, agora tem outro prefeito, também não conseguiram, e aí nesse, faz uns dez anos essa luta aí, e nesse período a única coisa que conseguiram foi a redução da carga horária, de quarenta pra trinta, que seria uma questão provisória, até melhorar o salário. E aí como o salário não melhorou, ficou com essa carga horária, e agora então nós recebemos uma nova ordem que tem que voltar pras quarenta horas... Com o mesmo salário. Então você imagina assim, o descontentamento tá enorme. [...] Não tem plano de cargos e salários. Essa também é uma reivindicação antiga, foi, até nós tivemos, agora, faz poucos dias, nos reunimos com o Prefeito, o Procurador do Município, Secretários, e tal... pra fazer o que fazer, mas aí, estão fazendo, está em elaboração, talvez pro ano que vem, não deram prazo, um plano de cargos e salários então pra toda a Prefeitura, onde nós seremos contempladas. (AS/GF 5).

Na fala deste assistente social podemos destacar a luta pela melhoria salarial realizada conjuntamente com outros profissionais. Em suas argumentações o profissional ressalta a especificidade do trabalho do assistente social, suas competências, formação específica e qualificada e a demanda que muitas vezes sobrecarrega o profissional, como justificativa para uma melhor remuneração salarial, mas mesmo assim o que se tem é uma “luta histórica” de mais de 10 anos.

Em contrapartida neste outro exemplo temos a comparação salarial com outros estados da Região Sul:

Mas, salário, é isso, a gente não pode, eu não posso me queixar do meu salário. Somando assim, condições de trabalho, satisfação pessoal, não é? Eu acho que, sempre a gente quer mais. Se for comparar com os outros estados, está aquém. Em relação ao Rio Grande do Sul, por exemplo, está aquém. Mas a gente tem uma política salarial (AS/GP 1)

No segundo exemplo podemos ver que o profissional menciona a existência de uma política salarial, algo que não existe ainda como realidade para o profissional do primeiro exemplo em que esta também ainda é uma reivindicação presente no cotidiano. Fator este apresentado inclusive como desmotivador para que o assistente social busque uma formação continuada, como podemos ver a seguir na fala de um participante dos grupos focais:

Então, uma assistente social formada hoje ganha o mesmo que uma assistente social que tem mestrado ou doutorado dentro da Prefeitura. Então você não tem assim, não te incentivam, não te motivam a nada, nem a pós-graduação, a nada. Eu por exemplo, estou estudando, estou fazendo outra faculdade, mas pra mim sair pra estudar, eu estou reduzindo minha carga horária. Então eu reduzo o salário, e reduzo carga horária. Não tem assim um incentivo... O único incentivo é que me concederam a redução da carga horária e aí reduz o salário, tudo. Então não tem assim muito estímulo, pra você se qualificar (AS/GP 5).

Sobre a formação continuada entendemos que esta também é perpassada pela questão da valorização do trabalho e do reconhecimento profissional por parte dos empregadores e gestores. Do entendimento de qual a necessidade deste trabalho para os espaços em que ele se insere. Enquanto os empregadores e gestores não virem no assistente social alguém que desempenha um trabalho que necessita de um constante aprimoramento para garantir a sua materialização e a garantia de sua qualidade com uma atuação coerente com as transformações sociais, eles também não incentivaram tal aprimoramento.

Somadas a essas questões também podemos apresentar toda a discussão empreendida anteriormente sobre as configurações do mercado de trabalho em tempo de capital mundializado, em que a gestão da pobreza é cada vez mais jogada para a sociedade civil, com uma crescente desresponsabilização do Estado.

Ainda em relação à renda apresentamos um exemplo de um profissional que atua no terceiro setor cuja a carga horária é de quarenta e quatro (44) horas semanais e às vezes com horário extra nos fins de semana:

O salário, eu vejo assim, lógico, pelo tanto que a gente responde poderia ser melhor, não sei se é coisa do pouco, a gente sempre espera um pouco mais, mas falando em nome da categoria, então quando entra na empresa entra com um salário x, a gente sempre procura levar em consideração a região que está inserida essa unidade, o número de funcionários que essa profissional vai estar respondendo, até por que daqui a pouco não é justo uma assistente social que responde dois mil e cem, dois mil e trezentos funcionários, e uma outra que responde por trezentos. Então a gente coloca tudo isso na balança. E a gente procura, eu procuro brigar sempre pela valorização da profissão, então hoje eu penso assim que não é o ideal, mas é

um salário reconhecido, que vale a pena. E a questão de ser CLT, bá, seria bom ter a estabilidade, mas por outro lado, te move, assim o fiscal trabalha melhor, e se você trabalha bem eu acho que não precisa ter esse medo de amanhecer desempregada, por que todo mundo corre esse risco na verdade, não é por que é concursada que.. e mostrar isso pras colegas, que se faz um bom trabalho e mostra resultado.. até por a empresa faz um investimento nos profissionais; Recentemente deu um curso de pós-graduação em [refere-se a área do curso], então sempre tem oportunidades de crescimento. E ninguém vai ficar investindo em alguém que não pretende ficar com essa pessoa. Então até pra dar até essa tranquilidade, trabalha bem que ninguém tem interesse em ficar trocando até por que é prejuízo, agora estou falando bem em nome de empresa (risos), mas é só colocando ali no papel quanto custa um contrato e desligamento que você... (AS/GF 6).

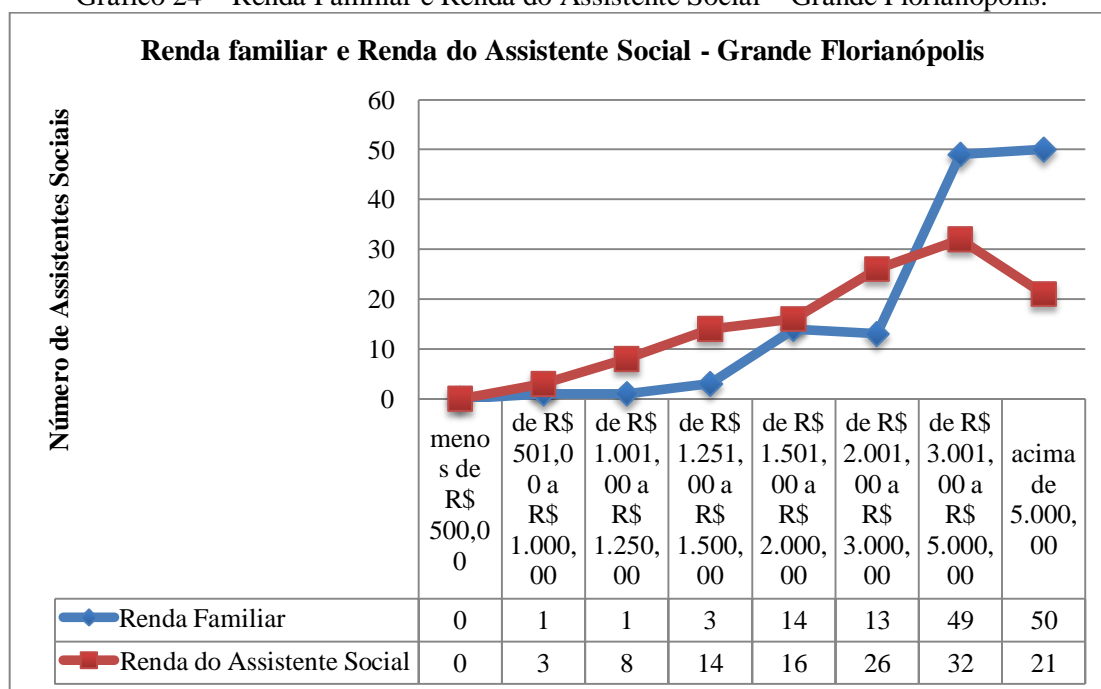
Como o próprio assistente social menciona em sua fala, ela alterna seu discurso em defesa da empresa e em defesa da categoria. Tal alternância nos remete à idéia de incompatibilidade dos dois discursos, nos permitindo até mesmo perceber um conflito que está posto. Se por um lado ela salienta que seria importante ter a garantia da estabilidade que não é fornecida, logo em seguida ela diz que tal instabilidade garante que o profissional faça um bom trabalho, “trabalhe bem”.

Outra diferença apontada por ela como positiva está no reconhecimento e investimento que há nos profissionais, com a empresa custeando inclusive cursos de formação para seus funcionários. Questão esta também apresentada como um indicador de que a empresa não demitirá – ao menos em curto prazo – tal profissional.

É possível observar na fala desta última profissional algumas questões latentes à discussão que fazíamos anteriormente sobre as novas configurações do mercado, ou seja, o setor privado oferecendo aparentemente melhores condições de empregabilidade do que o setor público, indicando mais uma vez o esvaziamento imposto por políticas macrossociais de Estado.

A fim de problematizarmos um pouco mais essa questão podemos também relacionar a renda bruta com a renda familiar dos assistentes sociais, o Gráfico 24 apresenta essa relação. A análise dos seus dados nos permite dizer que a importância da renda do assistente social se faz mais presente nas famílias com *até R\$ 3.000,00*. Nas faixas menores há um sobressalto na renda do assistente social, que é acompanhando até a faixa *de R\$ 1.500,00*. A partir daí temos praticamente um nivelamento entre as rendas, que passam a se distanciar novamente na casa dos *R\$ 2.000,00 a R\$ 3.000,00*. Porém a tendência para as faixas *acima de R\$ 3.000,00* é de queda na renda bruta em relação à renda familiar, nos levando a afirmar – ao menos genericamente – que para essas famílias a renda do assistente social não se configura como a principal.

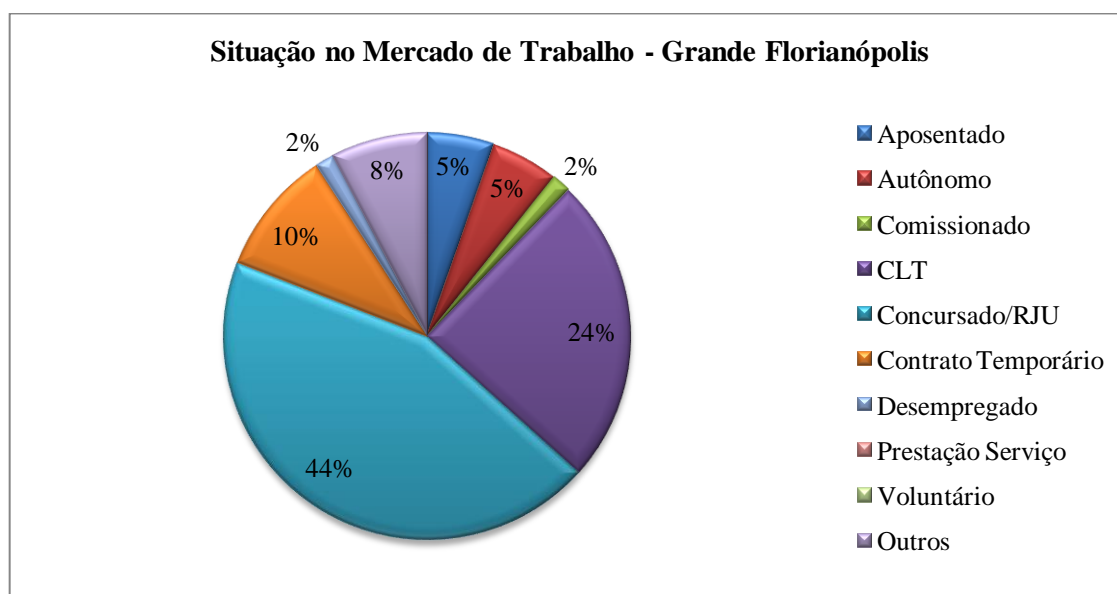
Gráfico 24 – Renda Familiar e Renda do Assistente Social – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionário Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Antes de esmiuçarmos um pouco mais essa discussão da renda nos propomos a apresentar os vínculos de trabalho que os assistentes sociais têm na Grande Florianópolis. Assim, o Gráfico 25 apresenta a natureza do vínculo no mercado de trabalho dos assistentes sociais.

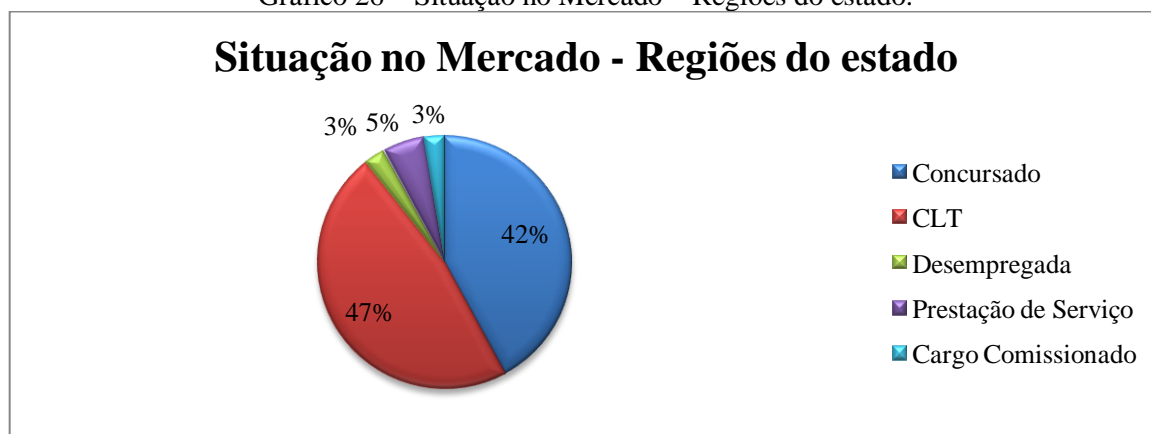
Gráfico 25 – Situação no Mercado de Trabalho – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionário Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Aqui podemos observar que 44% dos entrevistados são *Concursados/RJU* (58 profissionais), enquanto temos 24% (32 profissionais) em *regime de CLT* (“carteira assinada”). Aqueles que responderam *outros vínculos* citaram: “não trabalho na área”, “sou pré-aposentada”, “docência”, para citar alguns. É interessante notar que os assistentes sociais concursados ainda são maioria. Nossa hipótese inicial era que tal questão também estava ligada ao fato de estarmos nos referindo aos dados da Grande Florianópolis, uma vez que um dos setores que mais empregam na região ser, depois do de serviços, o setor público. Porém uma caminhada pelos dados das demais regiões pesquisadas foi possível perceber que ainda há uma tendência em ser o setor público o que mais emprega os assistentes sociais como vemos no Gráfico 26. No entanto o regime de CLT começa a aparecer também como um grande empregador como podemos ver nos dois gráficos (25 e 26), porém com maior destaque no gráfico em relação às regiões do estado. Essa presença do *regime CLT* pode significar um processo de terceirização.

Gráfico 26 – Situação no Mercado – Regiões do estado.



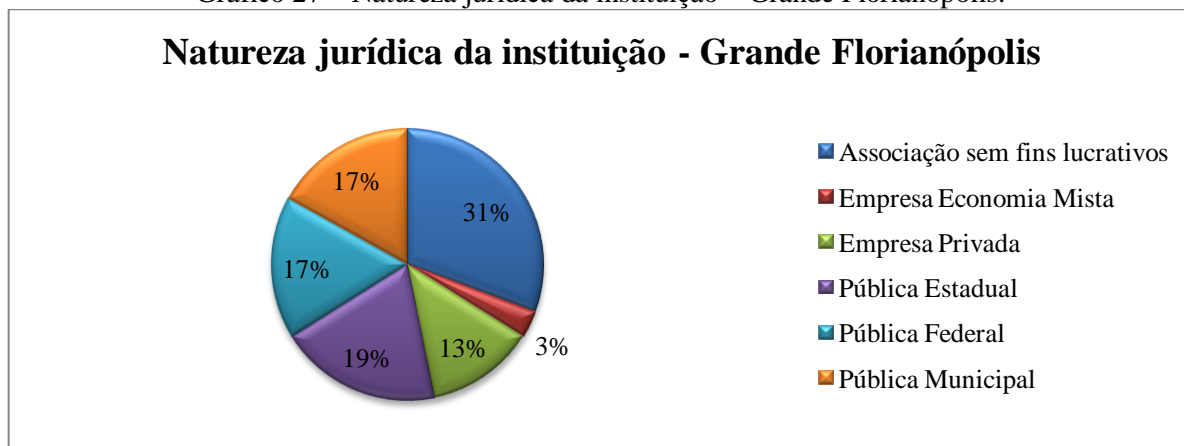
Fonte: Dados grupos focais Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Os números mostram que 47% (18 profissionais) dos participantes dos grupos focais possuem vínculos no *regime de CLT*, invertendo um pouco a lógica apresentada na Grande Florianópolis. Entretanto os números em relação aos *Concursados/RJU* ainda são muito próximos 42% dos entrevistados (16 profissionais).

A interpretação desses números torna-se mais clara ao aproximarmos também os dados referentes à natureza das instituições empregadoras (Gráfico 27). Segundo as respostas fornecidas podemos dizer que a maior concentração dos assistentes sociais está na *esfera pública municipal* (26%). Em números brutos também podemos visualizar uma grande porcentagem (22%) empregada pelas *associações sem fins lucrativos*, mas se agruparmos todos os dados dos que atuam no *serviço público* – esfera municipal (26%), esfera estadual

(19%) e esfera federal (17%) – , teremos 63% dos assistentes sociais empregados pelo Estado, o que nos remete à tendência deste ainda ser o maior empregador dos assistentes sociais.

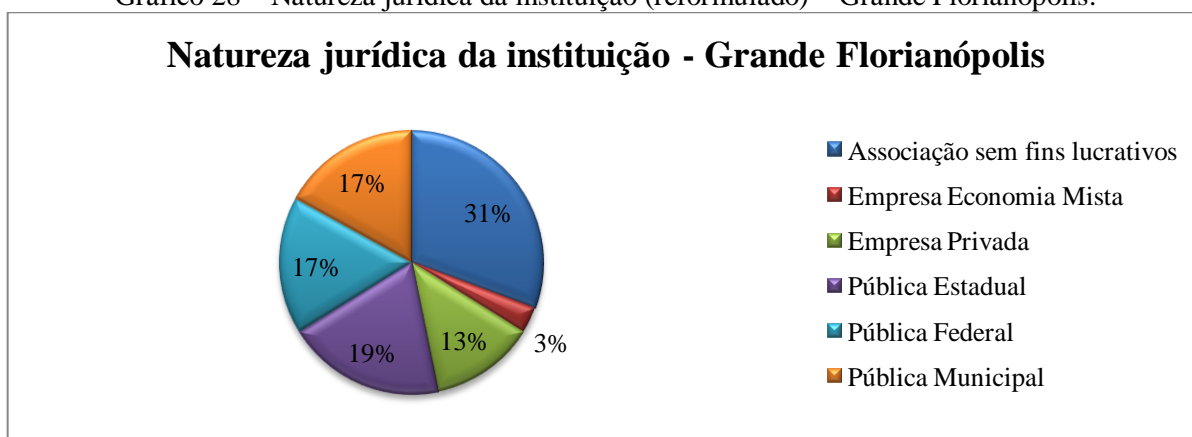
Gráfico 27 – Natureza jurídica da instituição – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionário Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Acrescentamos, porém uma questão que está camuflada nesses números, e precisa ser aclarada. Como salientamos anteriormente dos trinta e dois (32) profissionais que declaram vínculo com a *esfera pública municipal* onze (11) destes são por contrato via AFLOV, ou seja, dos 26% que se encontram na *esfera pública municipal*, 35% em verdade estão vinculados à *associação sem fins lucrativos*. Se tomarmos esses números teremos, então, um aumento relativo nos vínculos empregatícios pelas associações. Os novos dados seriam os seguintes:

Gráfico 28 – Natureza jurídica da instituição (reformulado) – Grande Florianópolis.

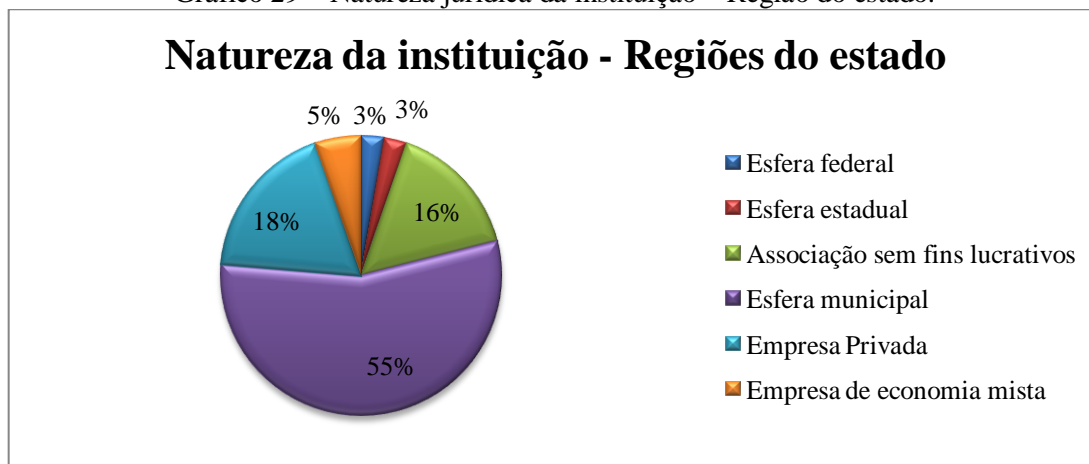


Fonte: Dados questionário Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Assim com esse novo quadro em número por segmentos o terceiro setor seria responsável por 31% dos vínculos empregatícios, porém no agrupamento – unindo *esfera*

municipal, estadual e federal – o setor público ainda contaria com 53% do total dos vínculos. Em relação às regiões do estado temos o Gráfico 29:

Gráfico 29 – Natureza jurídica da instituição – Região do estado.



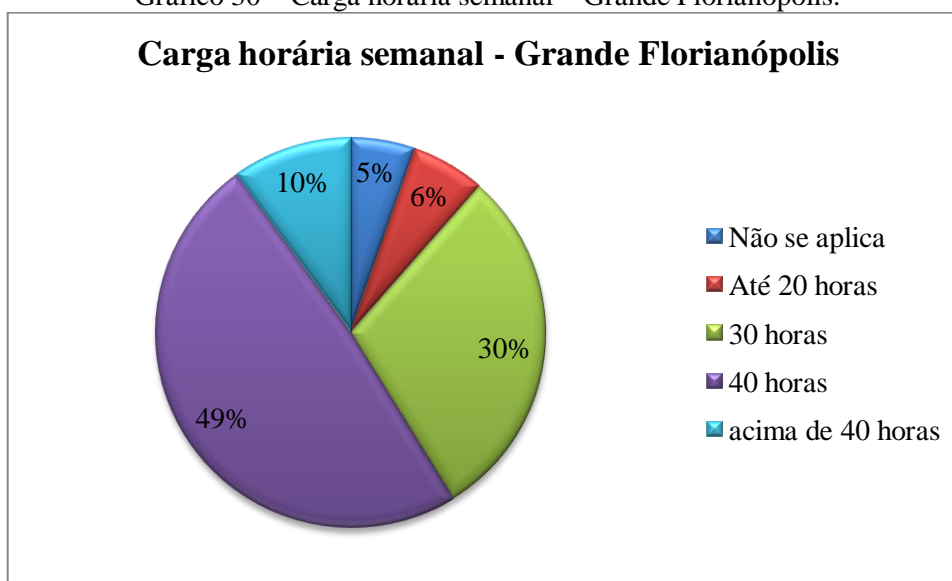
Fonte: Dados questionário Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Aqui a predominância é a *esfera pública municipal* (55%); já *as esferas estaduais e federais já são* menores com 3% cada uma e as *empresas privadas* neste contexto ocupam uma posição na frente das *associações sem fins lucrativos* com 18% e 16 % respectivamente. Um dado interessante é o aparecimento de 5% ligados às *empresas de economia mista*, dado que não apareceu na Grande Florianópolis. A predominância do *setor público* acompanha a tendência da Grande Florianópolis com um total de 61% dos assistentes sociais.

Numa análise sobre o cotidiano não podemos deixar de relacionar esse espaço social com a história, visto que ela está no centro do cotidiano e não fora dele, uma vez que o indivíduo é um produto histórico (HELLER, 1992). Pensando com essas ferramentas é que podemos voltar-nos para a trajetória do Serviço Social ligado ao seio do Estado. É interessante notar que o assistente social mesmo sendo um profissional liberal sempre teve sua atuação vinculada à esfera pública.

Depois de apresentarmos os locais em que estão trabalhando os assistentes sociais passemos para a análise da relação entre a faixa salarial e a carga horária. Primeiramente observamos no Gráfico 30 a relação da carga horária semanal desempenhada pelos assistentes sociais na Grande Florianópolis:

Gráfico 30 – Carga horária semanal – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionário Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

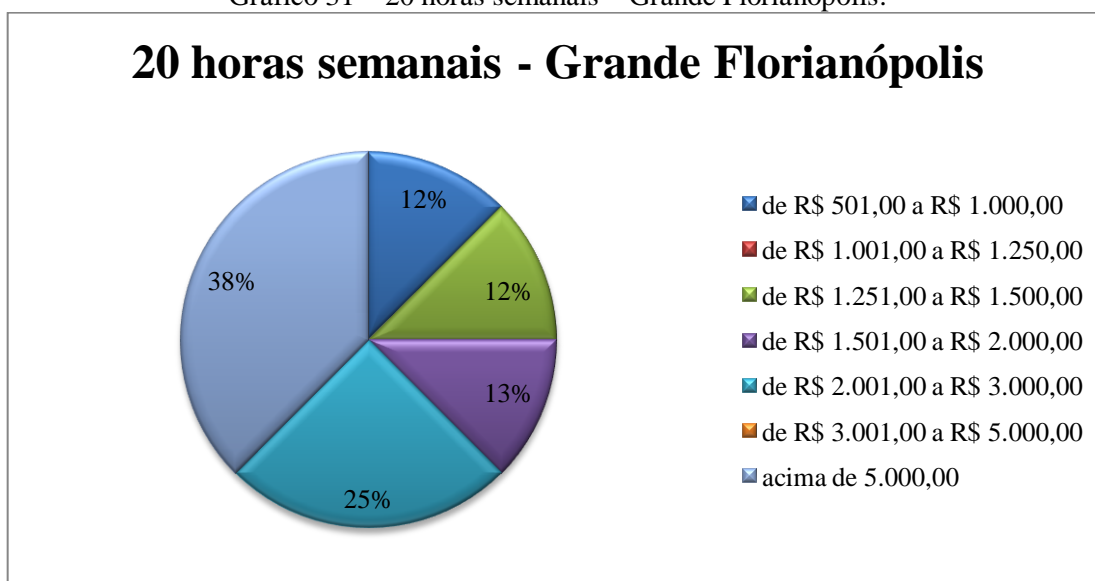
Se em relação à remuneração (Gráfico 21) tínhamos uma pulverização dos dados praticamente de forma equitativa em diversas faixas salariais, em relação à carga horária (Gráfico 30) podemos perceber que tal tendência não se processa. A maioria dos profissionais (48%) de Serviço Social trabalha *40 horas* semanais; 30% estão na casa das *30 horas* semanais; 10% têm carga horária superior a *40 horas* semanais e apenas 6% trabalham *20 horas* semanais³⁸, quanto à categoria *não se aplica*, 6%, esclarecemos que são profissionais que não desempenham funções na área Serviço Social ou não responderam a questão.

A seguir apresentaremos uma sequência de gráficos e tabelas buscando desmembrar os números referentes à carga horária semanal e à renda bruta do assistente social, bem como informando sua localização no mercado de trabalho e a instituição que está vinculado.

Ao cruzarmos os dados sobre a carga horária e a remuneração dos que trabalham *20 horas* semanais, temos o seguinte panorama (Gráfico 31): a faixa salarial é semelhante em várias faixas salariais, com destaque para a faixa entre *R\$ 2.001,00 e R\$ 3.000,00* com (25%) e para *acima de R\$ 5.000,00*, com uma concentração maior de 38%.

³⁸ Vale ressaltar que tal questão precede a aprovação da Lei nº 12.317 de 26 de agosto de 2010 que regulamenta um número máximo de 30 horas semanais para os vínculos empregatícios de Serviço Social. A análise do Gráfico 30 nos faz refletir também sobre o impacto que tal legislação terá sobre o mercado, visto que uma parcela significativa dos assistentes sociais (59%) está fora da nova legislação.

Gráfico 31 – 20 horas semanais – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionário Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

A tabela 2 a seguir localiza onde se encontram os oito (8) assistentes sociais que compõem esse grupo de profissionais que trabalham *20 horas* semanais.

Tabela 2 – Dados combinados A.

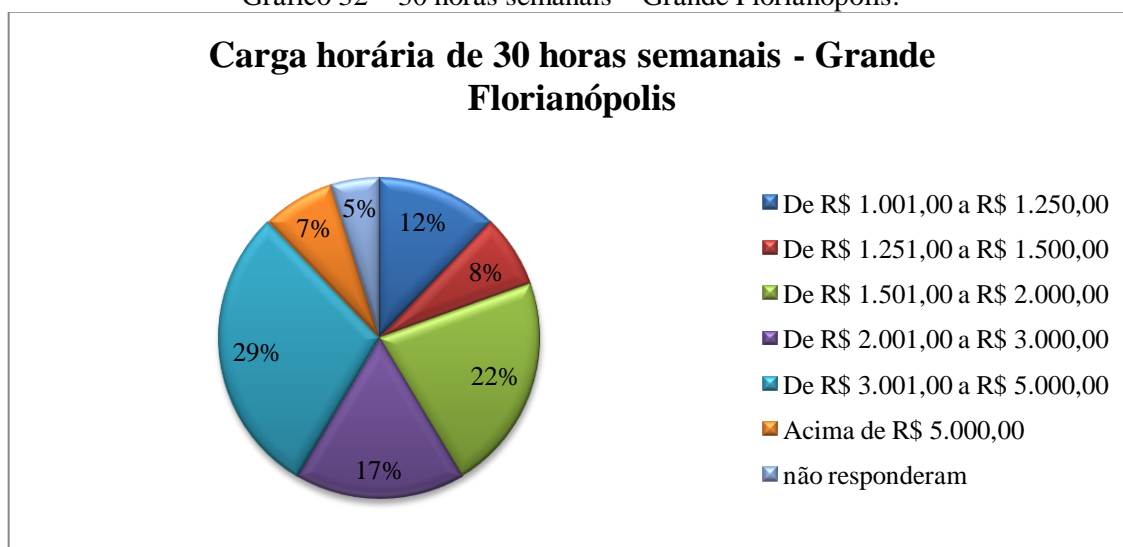
Nº	Vínculo Empregatício	Natureza da Instituição
	Renda de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00	
54	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
	Renda de R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00	
530	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
	Renda de R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00	
530	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
	Renda de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00	
941	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
	Renda de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00	
121	Autônomo (assistente social)	Associação sem fins lucrativos
498	Autônomo (assistente social)	Empresa Privada
	Renda acima de 5.000,00	
364	Aposentado	Associação sem fins lucrativos
350	Aposentado	Empresa Privada
355	Concursado/RJU	Pública Federal

Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Como podemos notar dos oito (8) profissionais, seis (6) estão vinculados às *associações sem fins lucrativos*. É interessante notar que os vínculos desses profissionais em sua maioria são do *regime de CLT*. Apenas um deles é concursado e juntamente com outros dois profissionais *aposentados* possuem os melhores salários dentre os que realizam *20 horas semanais*, esses três últimos trabalham para a *esfera pública federal*, para uma *empresa privada* e para uma *associação sem fins lucrativos*, respectivamente.

Dentre os que trabalham *30 horas semanais* a faixa salarial está entre *R\$ 1.001,00* a mais de *R\$ 5.000,00*, com uma incidência maior entre as faixas salariais de *R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00* (22%) e *R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00* (29%), conforme o Gráfico 32.

Gráfico 32 – 30 horas semanais – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionário Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Mais uma vez apresentamos uma tabela (Tabela 3) que relaciona o *local de trabalho*, o *vínculo empregatício*, as *horas realizadas semanalmente* e a *faixa salarial*.

Tabela 3 – Dados combinados B

Nº	Vínculo Empregatício	Natureza da Instituição
Renda R\$ 1.001,00 a R\$ 1.250,00		
150	Concursado/RJU	Pública Municipal
188	Contrato temporário	Pública Municipal
16	Concursado/RJU	Pública Municipal
952	Contrato temporário	Pública Municipal
Renda de R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00		
438	Contrato temporário	Associação sem fins lucrativos

467	Contrato temporário	Associação sem fins lucrativos
632	Concursado/RJU	Pública Municipal
521	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
Renda de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.000,00		
6	Concursado/RJU	Pública Estadual
46	Assessoria	Associação sem fins lucrativos
58	Contrato temporário	Associação sem fins lucrativos
517	Concursado/RJU	Pública Municipal
675	Carteira assinada/CLT	Empresa Privada
711	Concursado/RJU	Pública Estadual
880	Concursado/RJU	Pública Municipal
944	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
945	Contrato temporário	Associação sem fins lucrativos
Renda de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00		
222	Concursado/RJU	Pública Municipal
882	Autônomo (Secretária)	Empresa Privada
449	Concursado/RJU	Pública Municipal
349	Concursado/RJU	Pública Estadual
686	Concursado/RJU	Pública Municipal
414	Carteira assinada/CLT	Empresa Privada
532	Concursado/RJU	Pública Estadual
Renda de R\$ 3.001,00 a 5.000,00		
254	Concursado/RJU	Pública Municipal
251	Concursado/RJU	Pública Estadual
587	Concursado/RJU	Pública Estadual
805	Concursado/RJU	Pública Estadual
440	Concursado/RJU	Pública Municipal
238	Concursado/RJU	Pública Estadual
546	Concursado/RJU	Pública Municipal
454	Concursado/RJU	Pública Municipal
345	Concursado/RJU	Pública Estadual
399	Concursado/RJU	Pública Federal
Acima de R\$ 5.000,00		
126	Concursado/RJU	Pública Federal
204	Carteira assinada/CLT	Empresa economia Mista

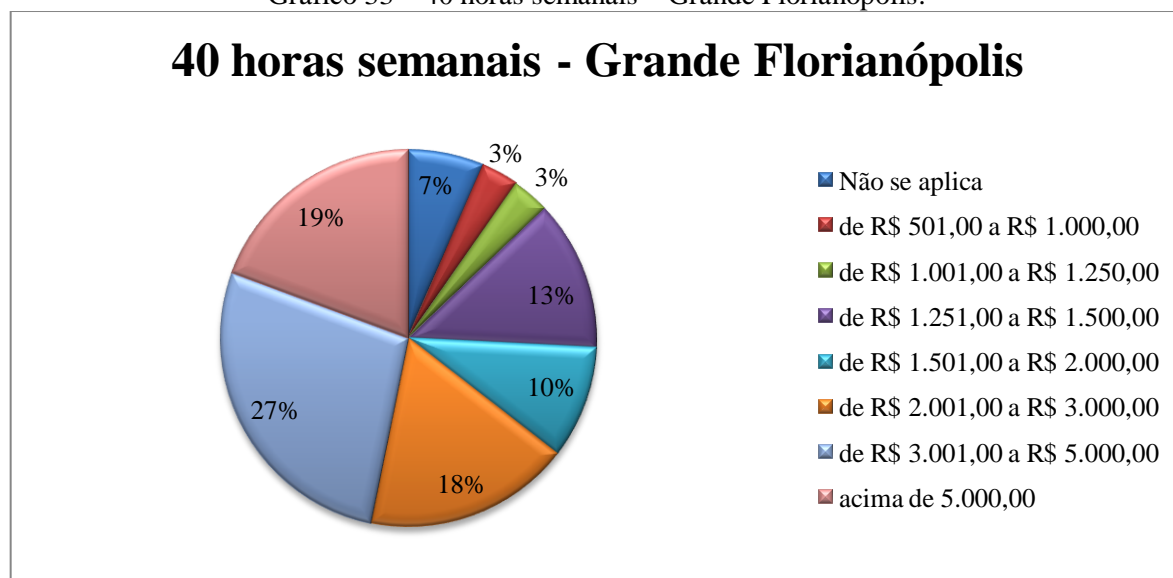
Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Nessa categoria podemos dizer que as melhores condições de trabalho estão nas *esferas públicas*. A *empresa de economia mista* aparece entre as que mais remuneram, porém o vínculo é em *regime de CLT*, assim diferente do *Concursado/RJU*, há em tese uma menor estabilidade empregatícia. Entre a *faixa salarial* com maior representatividade – remuneração

entre R\$ 3.001,00 a 5.000,00 – para os que trabalham 30 horas podemos apontar novamente os vínculos concursados na *esfera pública* (100% dos que estão nesta faixa), com destaque para a *esfera estadual* que apresenta maior expressividade. Contraditoriamente a *esfera pública municipal* apresenta os piores salários para os que trabalham 30 horas semanais, inclusive com *contratações temporárias*, o que nos remete ao processo de *terceirização* apontado e discutido anteriormente.

Daqueles que responderam que trabalham 40 horas semanais a *faixa salarial* é mais pulverizada, abarcando todas as faixas, com uma incidência maior entre R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 (18%), *acima de R\$ 5.000,00* (19%) e R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 (27%), conforme Gráfico 33.

Gráfico 33 – 40 horas semanais – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionário Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Observando as demais condicionantes apresentadas anteriormente, temos a Tabela 4 a seguir:

Tabela 4 – Dados combinados C.

Nº	Vínculo Empregatício	Natureza da Instituição
Renda de R\$ 500,00 a 1.000,00		
136	Contrato temporário	Pública Municipal
951	Carteira assinada/CLT	Empresa Privada
Renda de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.250,00		
7	Carteira assinada/ CLT	Associação sem fins lucrativos
464	Contrato temporário	Pública Municipal
Renda de R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00		

515	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
700	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
766	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
821	Outro (não atua)	Associação sem fins lucrativos
94	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
207	Carteira assinada/CLT	Pública Municipal
922	Contrato temporário	Pública Municipal
813	Concursado/RJU	Pública Municipal
Renda de R\$ 1.501,00 a 2.000,00		
301	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
906	Outro (Docência)	Associação sem fins lucrativos
280	Carteira assinada/CLT	Empresa Privada
707	Concursado/RJU	Pública Federal
762	Carteira assinada/CLT	Pública Municipal
747	Cargo Comissionado	Pública Municipal
Renda de R\$ 2.001,00 a 3.000,00		
211	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
227	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
734	Carteira assinada/CLT	Não se aplica
697	Concursado/RJU	Pública Estadual
265	Aposentado	Pública Estadual
289	Concursado/RJU	Pública Estadual
257	Aposentado	Pública Federal
383	Concursado/RJU	Pública Municipal
144	Concursado/RJU	Pública Municipal
451	Concursado/RJU	Pública Municipal
178	Concursado/RJU	Pública Municipal
Renda de R\$ 3.001,00 a 5.000,00		
567	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
953	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
160	Carteira assinada/CLT	Associação sem fins lucrativos
384	Carteira assinada/CLT	Empresa economia Mista
194	Aposentado	Empresa economia Mista
663	Autônomo (Gerente de qualidade)	Empresa Privada
244	Carteira assinada/CLT	Empresa Privada
252	Outro (afastada)	Pública Estadual
100	Concursado/RJU	Pública Estadual

552	Outro (pré-aposentada)	Pública Estadual
246	Concursado/RJU	Pública Federal
819	Concursado/RJU	Pública Federal
55	Concursado/RJU	Pública Federal
924	Contrato temporário	Pública Federal
156	Concursado/RJU	Pública Federal
782	Concursado/RJU	Pública Federal
502	Concursado/RJU	Pública Municipal
acima de R\$ 5.000,00		
361	Aposentado	Não se aplica
759	Autônomo	Pública Estadual
185	Concursado/RJU	Pública Estadual
133	Aposentado	Pública Federal
602	Concursado/RJU	Pública Federal
935	Concursado/RJU	Pública Federal
931	Concursado/RJU	Pública Federal
781	Concursado/RJU	Pública Federal
366	Carteira assinada/CLT	Pública Federal
226	Concursado/RJU	Pública Federal
172	Concursado/RJU	Pública Federal
543	Concursado/RJU	Pública Federal

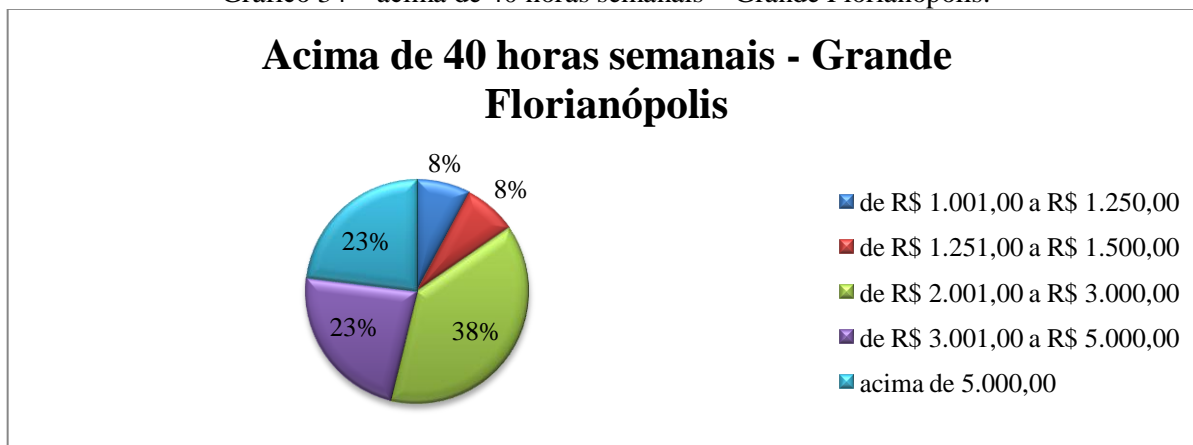
Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Nesse montante de dados podemos apontar várias questões. Começamos por chamar a atenção para a faixa de renda menor entre *R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00*, os dois profissionais que estão nessa faixa atuam um na *empresa privada* com vínculo de *CLT* e outro na *esfera pública municipal* com um vínculo *temporário*, ambos têm uma jornada de *40 horas semanais*. Tais exemplos são emblemáticos para demonstrar a precariedade que esses profissionais possuem nas relações de trabalho, sobretudo se compararmos com os que estão na outra ponta, profissionais que ganham acima de *R\$ 5.000,00* exercendo a mesma carga horária, porém *concursados* e na *esfera pública federal*.

A parcela mais expressiva nesta categoria – os 27% que ganham entre *R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00* – encontra-se, sobretudo na *esfera pública*, com ênfase para a *federal*. Já os 13% que se encontram na faixa de *R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00* atuam prioritariamente nas *associações sem fins lucrativos*. Por esses números podemos concluir que no caso dos que trabalham *40 horas semanais* os melhores empregadores, levando em consideração *renda* e *segurança* no vínculo de trabalho são as *esferas: pública estadual e federal*. E os espaços que apresentam as piores condições reunindo as mesmas categorias invertidas, ou seja, *menores salários* e *menos segurança* nos vínculos de trabalho são as *associações sem fins lucrativos*.

Por fim o Gráfico 34 apresenta os assistentes sociais que trabalham *acima de 40 horas semanais*. Esses somam no total treze (13) assistentes sociais e estão divididos da seguinte forma: 38% (5 profissionais) entre a faixa de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00; 23% (3 profissionais) entre R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00 ; 23% (3 profissionais) acima de R\$ 5.000,00; 8% (1 profissional) entre R\$ 1.001,00 e R\$ 1.250,00 e 8% (1 profissional) entre R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00.

Gráfico 34 – acima de 40 horas semanais – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionário Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.
Ao olharmos a Tabela 5 podemos identificar qual a natureza da instituição:

Tabela 5 – Dados combinados D

Nº	Vínculo Empregatício	Natureza da Instituição
Renda de R\$ 1.001,00 a R\$ 1.250,00		
955	Contrato temporário	Pública Municipal
Renda de R\$ 1.251,00 a R\$ 1.500,00		
62	Cargo Comissionado	Pública Municipal
Renda de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00		
66	Carteira assinada/CLT	Empresa Privada
948	Concursado/RJU	Pública Estadual
453	Carteira assinada/CLT	Empresa Privada
129	Contrato temporário	Associação sem fins lucrativos
291	Concursado/RJU	Pública Estadual
Renda de R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00		
816	Concursado/RJU	Pública Municipal
346	Concursado/RJU	Pública Estadual
802	Concursado/RJU	Pública Estadual
acima de R\$ 5.000,00		
395	Concursado/RJU	Pública Estadual
912	Concursado/RJU	Pública Federal
322	Concursado/RJU	Pública Municipal

Fonte: Dados questionários Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Ao analisarmos os dados apresentados na tabela anterior (Tabela 5) podemos perceber que o local que apresenta as piores condições de trabalho levando em conta a *renda*, a *carga horária* e o *vínculo empregatício* é a *esfera pública municipal* – o vínculo é *contrato temporário* e a *renda* entre R\$ 1.001,00 a R\$ 1.250,00. Mais uma vez aqui temos a questão da contratação *temporária* e o processo de *terceirização* em que o vínculo de trabalho se estabelece via *associação sem fins lucrativos*, ou seja, o assistente social por mais que esteja vinculado à *esfera municipal* seu empregador não é o Estado e sim uma *organização não governamental*.

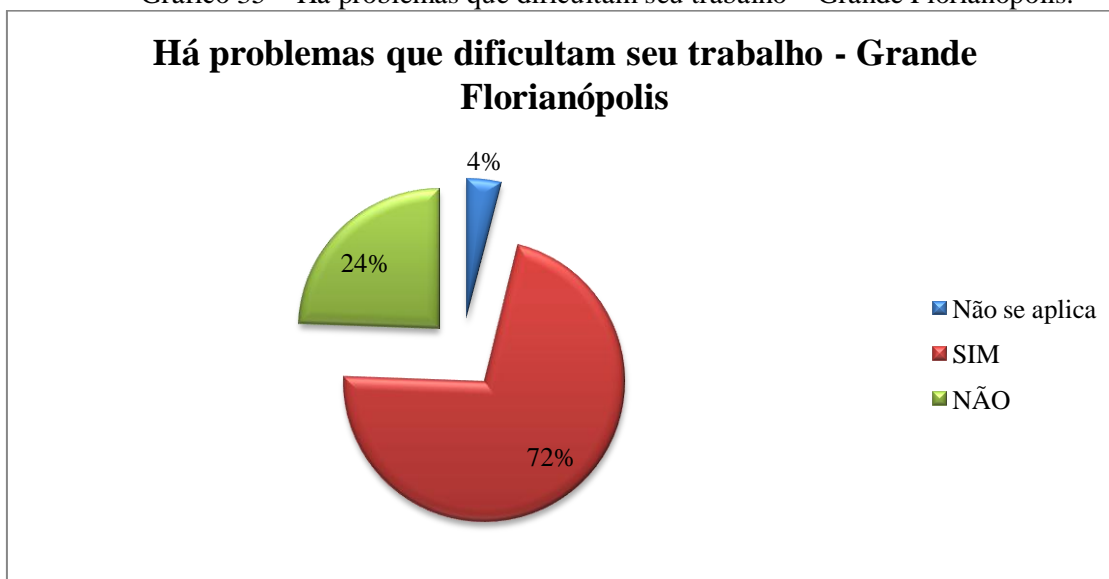
Para os que atuam *mais de 40 horas semanais* os melhores postos de trabalho estão localizados na *esfera pública* também, porém em condições bem diferenciadas: o vínculo é concursado e a renda é acima de R\$ 5.000,00.

Ao nos debruçarmos sobre esses dados e refletirmos sobre seus impactos na vida desses profissionais nos permite claramente dizer que as políticas de desresponsabilização do Estado estão cada vez mais colocando o trabalhador num constante processo de precarização e subalternização, além de apresentar dentro do mesmo âmbito condições extremamente desfavoráveis para atuação do assistente social. Assim este trabalhador que busca por uma colocação no mercado de trabalho se submete a vender sua força-de-trabalho dentro das condições impostas pela lógica da sociedade capitalista contemporânea de superexploração do trabalho.

Por meio destes dados também é possível entender um pouco mais sobre o valor monetário do trabalho/hora pago a cada profissional e a pensar numa média deste trabalho socialmente produzido. Enfatizamos a grande disparidade que existe entre os profissionais, sobretudo se comparamos os dois extremos, quais sejam: profissionais que trabalham *20 horas semanais* e ganham *acima de R\$ 5.000,00* e aqueles que trabalham *acima de 40 horas semanais* e ganham *abaixo de R\$ 1,250,00*.

Outro elemento importante para compreender as relações de trabalho refere-se às condições de trabalho. Para conhecer essa realidade a pesquisa apresentava uma questão sobre o que, segundo os profissionais, dificulta o seu exercício profissional. No Gráfico 35 a seguir podemos ver os números.

Gráfico 35 – Há problemas que dificultam seu trabalho – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionário Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Podemos perceber pela análise dos dados que para 72% dos entrevistados a resposta foi *SIM*, contra 24% que disseram *NÃO* encontrarem problemas para realizarem seu trabalho. E quais são os problemas que a maioria dos assistentes sociais encontra em seu cotidiano? ³⁹

Ao darmos vozes aos assistentes sociais foi possível perceber que os problemas que estes enfrentam em seu cotidiano são de várias ordens. Optamos por apresentar apenas os principais pontuados por eles, como: a falta de recursos materiais e recursos humanos, a infraestrutura inadequada ou insuficiente, questões políticas relacionadas com a gestão e o não (re) conhecimento da profissão.

Vale mencionar que alguns destes problemas já foram discutidos anteriormente como, por exemplo, a questão do reconhecimento profissional. Semelhantemente os mesmos problemas apareceram em menor ou maior grau nas discussões durante a realização dos grupos focais.

A seguir trazemos algumas falas dos assistentes sociais quando esses se expressam sobre tal questão:

“A demanda é muito grande, o numero de profissionais é reduzido” (Assistente Social 7).

“A falta de vontade política do poder público, as questões burocráticas da máquina pública, falta de apoio e compreensão do poder público sobre a importância da participação popular nos programas de habitação” (Assistente Social 46).

³⁹ No questionário aplicado na Grande Florianópolis tal interrogativa era aberta e permitia que os profissionais se expressassem conforme suas particularidades. Nos grupos focais ela foi tratada durante as discussões.

“Faltam recursos humanos, materiais (carro), físico e acúmulo de função por falta de profissionais. Precisa de mais espaço” (Assistente Social 62).

“Política partidária, sobretudo. Ausência de políticas públicas de proteção ao indivíduo. Antes da Constituição Federal de 88 era pior, mas hoje os conselhos são frágeis e a luta por direitos, muitas vezes, se mistura com as políticas partidárias” (Assistente Social 100).

“O desconhecimento de alguns profissionais sobre o que faz um profissional de Serviço Social. Quanto a recursos institucionais é satisfatório para a realização das atividades. Gasta-se muito tempo em ter que se posicionar perante os demais profissionais para conquistar a respeitabilidade. Porém, hoje o Assistente Social é mais conhecido e mais respeitado na minha Instituição” (Assistente Social 782).

“Pelas condições físicas, falta de espaço fixo e exclusivo, ambiente com falta de recursos” (Assistente Social 94).

“A questão do assistencialismo. Por ser uma instituição sem fins lucrativos e no começo de profissionalização” (Assistente Social 467).

“Ausência de definição de fluxos, definição dos processos de trabalho, autonomia, algumas decisões da gestão em função da localização na estrutura hierarquizada na gestão de financiamento, principalmente recursos” (Assistente Social 531).

“Programas sem estrutura e não tem a quem recorre. Falta de recursos financeiros para encaminhamentos” (Assistente Social 150).

“Falta de um espaço adequado de trabalho, falta equipamentos (computador, impressora, carros para saída a campo, etc) são fatores que comprometem a qualidade do trabalho” (Assistente Social 222).

“Burocracia excessiva, contraditória e atrasada. Diferenças de concepção quanto ao direito do cidadão, usuários de serviço, em relação a outros profissionais” (Assistente Social 246).

“Fragmentação do trabalho e muitas atividades variadas, impedindo o aprofundamento” (Assistente Social 361).

Nas falas listadas apresentamos respectivamente os seguintes problemas: excesso de demanda; número reduzido de profissionais; políticas partidárias; entraves burocráticos; falta de recursos materiais e humanos; desconhecimento por parte de outros profissionais do que faz o assistente social; falta de reconhecimento; espaço físico inadequado; assistencialismo; programas sociais sem estrutura e fragmentado.

Um olhar mais apurado para essas questões percebe-se que na materialização do exercício profissional os assistentes sociais lidam com problemas que, muitas vezes, fogem à sua intervenção direta, os colocando numa aparente posição de resignação e subalternidade, como por exemplo: na fala do entrevistado 100 em que este menciona a “falta de políticas públicas” como um entrave na execução de seu trabalho ou ainda quando outro menciona a “falta de vontade política do poder público, as questões burocráticas da máquina pública” (Assistente Social 46). Parece-nos que diante desses problemas o enfrentamento estivesse fora

do seu campo de atuação, ou seja, que em seu cotidiano o profissional teria muito pouco para influir na alteração dessas questões.

No entanto afirmamos que o enfrentamento a essas questões, as possíveis alternativas e a superação de tais realidades devam ser gestadas num processo coletivo, cotidianamente, e os assistentes sociais possuem ferramentas para tanto.

Olha, nas políticas sociais eu sempre achei que a competência determinava, mas eu cheguei a conclusão que não é verdade, nós conseguimos fazer aqui em *[cita a cidade]* um trabalho excepcional num serviço de acolhimento e foi para a gaveta do prefeito, então de nada valeu. Valeu pelas crianças que não ficaram mais institucionalizadas e estão lá nas suas famílias, isso é o grande investimento, então se a gente não tem compromisso com o usuário ou vai compromissar com o que? *Então além da capacidade técnica, a capacidade política é uma exigência constante também* né (AS/GF 23).

[Os juízes] solicitam muitos estudos sociais assim, então *talvez tenha aí um histórico de alguma assistente social que mostrou o quanto é importante o trabalho do assistente social*, porque se não, ele não estaria solicitando, se ele acha que ele tem competência para tomar as decisões sozinhas. Então eu imagino que para ter esta demanda tão grande *deve ter aí um histórico de reconhecimento* assim né, *da importância do trabalho que o assistente social faz e do olhar que ele tem* (AS/GF 30).

Aqui em *[cita a cidade]* mesmo eles têm um verdadeiro horror aos assistentes sociais, só incomodam, *é uma categoria que incomoda muito. Incomoda porque pra gente nunca tá bom, a gente quer um computador, porque a gente quer oferecer um serviço de qualidade.* [...] Que uma coisa que nós temos que aprender, *é não assumir as demandas que não são do serviço social*, ou sabe, ou da..., *porque se não a gente da sempre um jeitinho e não avança.* Sabe às vezes claro, às vezes tu fica ai, mas e o usuário? Não, o usuário vai brigar e vai conseguir, porque se nós fizermos por ele, ou *fizer o trabalho de dois assistentes sociais e não da qualidade pra esse nosso trabalho. Nós vamos está sempre dando um jeitinho e não é isso que nós queremos.* Mas é uma experiência bastante importante e acho que, hoje lendo um pouco Iamamoto ali, pensando *nós assistentes sociais temos que fazer sim uma militância*, e temos que chamar a população, por que nós temos essa responsabilidade. E afinal de contas, *quem é que nós estamos defendendo, não é?* O que *quê* nós estamos colocando pros nossos, pros nossos usuários? *Estamos defendendo a que classe social? E daí a questão política é muito importante.* Será que nós estamos fazendo o nosso papel lá na ponta quando nós temos o contato com o usuário? (AS/GP 29)

A gente chegou e foi conquistando, enfrentando, dizendo que a gente não ia fazer, mas de uma forma sutil assim, até por que, não sei, o meu perfil é esse, não sou de gritar, não sou... Apesar de ter um tom de voz alto assim, eu sou mais... Mas eu fui *“comendo pelas beiradas”*, mas dizendo não. Desde que eu entrei eu estou há dois anos batendo na tecla com o Secretário: *“Secretário, a gente precisa fechar o plantão duas vezes por semana pra fazer visita, todos os municípios da região fazem isso”.* Dois anos gente, dois

anos; *Esse ano, não sei por que, ele resolveu me escutar e a gente agora fecha o plantão pra poder fazer visita, se não tinha como uma profissional fazer a visita e atender cinco dias por semana, seis horas por dia. Mas existe o enfrentamento (AS/GP 25).*

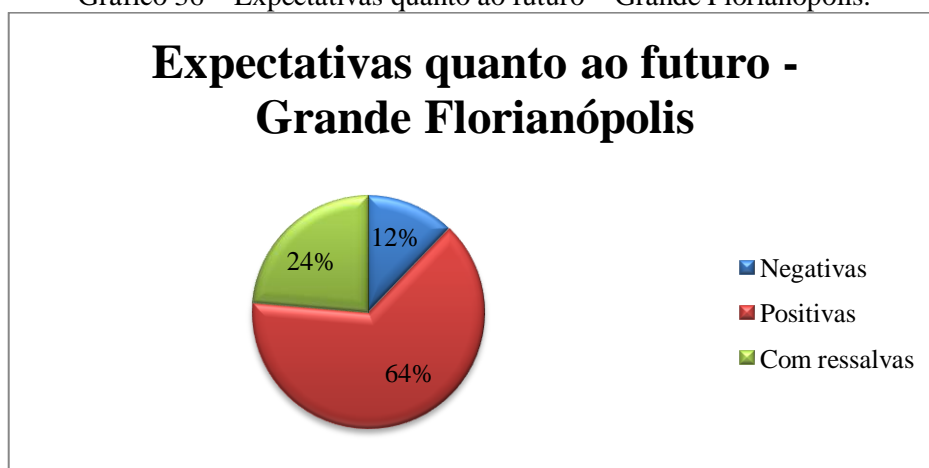
Muitos dos avanços que nós tivemos na Assistência Social em municípios, na Assistência Social aqui do município, foi por estes enfrentamentos que os técnicos fazem, por que se não, não... Dificilmente, assim, dificilmente, por que assim, normalmente o Secretário da Assistência não é da, não tem formação em ciências sociais ou serviços, enfim, não tem a formação específica, e aí são, é esse enfrentamento que faz a política avançar, por que a gente teve caso na Assistência de vários profissionais partilhados, ainda temos, mas a gente só fez a mudança quando o profissional chegou e disse “não, não, não tenho boas condições de trabalho, não dou conta fisicamente, psicologicamente de atender o que vocês estão solicitando, e não vou mais atender”. [...] E claro, eu penso assim talvez não seja o correto, mas eu acho que ainda falta os profissionais se unirem mais, sabe, a gente vê muita causa individual pra problemas que são coletivos (AS/GP 27).

A partir das falas que apresentamos recolhidas das discussões nos grupos focais podemos perceber algumas estratégias de ação de enfrentamento apresentadas pelos assistentes sociais. Questões como a capacidade política do profissional, a ousadia de dizer não como forma de reivindicar melhores condições de trabalho, lutar pelo empoderamento dos usuários, tendo claro a “serviço de quem, nós trabalhamos”, foram alguns exemplos que apareceram nessas falas. Destacamos também o viés coletivo, ao invés das lutas individuais, uma vez que os problemas apresentados são, em grande medida, comuns a todos os profissionais. Sem dúvida, corroboramos as falas apresentadas aqui como ferramentas cotidianas que os assistentes sociais devem lançar mãos para efetivar seu exercício profissional.

Podemos afirmar ainda que o próprio espaço de interação proporcionado pelos grupos focais, em nosso entendimento, configurou-se como uma oportunidade de suspensão do cotidiano. Nesses encontros foi possível além de refletir sobre o exercício profissional, a oportunidade de os assistentes sociais partilharem de suas potencialidades e desafios e, porque não, afirmar a certeza de construção coletiva de uma nova sociedade.

Antes do fim, porém, nos indagamos: e quanto ao futuro? Tal questão levantada pela pesquisa constava no questionário como uma interrogativa aberta e procurava saber como os assistentes sociais imaginam o futuro da profissão. O Gráfico 36 apresenta esses últimos números:

Gráfico 36 – Expectativas quanto ao futuro – Grande Florianópolis.



Fonte: Dados questionário Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais de Santa Catarina.

Foi possível perceber que a grande maioria possui expectativas futuras positivas em relação à profissão. Por ser uma questão aberta ela permitiu que os assistentes sociais se expressassem da forma que quisessem sobre a interrogativa. Muitos responderam tendo em mente sua condição enquanto profissional, ao invés de focar a profissão. De todo modo, acreditamos que as expectativas positivas demonstram um olhar de esperança para o futuro, mostrando a disposição em seguir caminhando apesar dos desafios postos pela sociedade capitalista. Eis alguns exemplos de seus anseios e desejos:

“Aumento do mercado de trabalho; maior envolvimento do CRESS com os profissionais na luta pela garantia de seus direitos; melhor formação e capacitação dos profissionais; maior articulação da profissão” (Assistente Social 816).

“É uma profissão promissora. Tem muitos campos. Os profissionais buscam novos espaços” (Assistente Social 121).

“Acha que é uma profissão que tende a ganhar cada vez mais espaço, pela atuação dos profissionais. É uma categoria bem organizada e cresce cada vez mais, pois as necessidades aumentam cada vez mais” (Assistente Social 449).

“Acredita num futuro bacana para a profissão. Estão avançando politicamente. Especialização está cada vez mais necessário para o destaque profissional” (Assistente Social 882).

“Espero que a profissão volte-se a se alinhar aos desafios postos pelo sistema de produção vigente/atual modelo de desenvolvimento econômico. A necessária articulação entre os desafios do cotidiano profissional e a dinâmica da realidade social; a reinserção nas lutas e movimentos da sociedade. A explicitação prática com os princípios que fundamentam o código de ética profissional” (Assistente Social 204).

Sobre expectativas quanto ao futuro da profissão apresentamos a fala a seguir colhida de um dos grupos focais em que a assistente social relata um forte desejo, observemos:

mas ao mesmo tempo em alguns momentos as coisas são de cima pra baixo e isso dificulta bastante o nosso trabalho a nível de prefeitura e isso ainda é muito forte, coisas que você tem que às vezes ir por outros caminhos e eu acho que é uma conquista, *eu vejo isso como um sonho assim de um dia a gente ter assim uma assistente social na frente da secretaria de assistência* (AS/GF 22).

Com um olhar otimista sobre o futuro profissional, mas realista em relação às condições apresentadas pela sociedade capitalista com a qual buscamos romper cotidianamente, compactuo que

a profissão precisa pensar seu papel político e técnico para afirmar-se enquanto uma profissão necessária na sociedade e que atenda os interesses dos setores populares que o demandam. A profissão vai ampliar-se e inserir-se em espaços diversos no mercado de trabalho, mas as condições de trabalho tendem a piorar (Assistente Social 931).

4 EM OUTRAS PALAVRAS... A CONCLUSÃO

“Toda rosa é rosa porque assim ela é chamada
 Toda bossa é nova e você não liga se ela é usada
 Todo o carnaval tem seu fim
 Todo o carnaval tem seu fim
 E é o fim, e é o fim
 Deixa eu brincar de ser feliz
 Deixa eu brincar com o meu nariz...”
 (Todo carnaval tem seu fim – Los Hermanos)

Ao pensar a conclusão deste trabalho imaginei como poderia descrever de forma objetiva, e ao mesmo tempo, que pudesse abranger toda a experiência que vivenciei durante esse período de aprendizado e trocas em que se configurou o processo de participação do grupo de pesquisa Mercado de Trabalho, e percebi o quão difícil seria essa tarefa.

A trajetória que culmina com a apresentação deste trabalho inicia-se ainda em 2008 com o aceite de participar do projeto de pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina a convite da professora Vânia Maria Manfroi que se tornou depois coordenadora da pesquisa. Tal aceite não apenas mudou meu enfoque de pesquisa desenvolvido até aquele momento⁴⁰, como foi um importante divisor de águas para a minha formação, sobretudo por me colocar em contato com outras temáticas e metodologias de trabalho.

O grupo inicialmente formado por alguns bolsistas do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PET/SSo) e por bolsistas voluntários passou a ser composto posteriormente pela professora Maria Teresa dos Santos do Departamento de Serviço Social e por bolsistas integrantes do projeto de bolsa permanência da UFSC. Juntos, produzimos uma importante pesquisa realizada no âmbito do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo como principal objetivo desvelar o contexto atual do mercado de trabalho dos assistentes sociais.

Assim, os dados aos quais dispus para a realização deste trabalho são frutos, primeiramente, do trabalho coletivo deste grupo a quem tenho considerável afeto e admiração. Também por isso acredito que neste espaço final mais do que definir conclusões, procurarei

⁴⁰ As pesquisas que desenvolvia até o presente momento vinculadas ao Programa de Educação Tutorial em Serviço Social no qual sou vinculado desde maio de 2006 apresentavam enfoques sobre criminologia crítica, violência e exercício profissional, nesse sentido foram publicados alguns trabalhos relacionados à temática de violência e criminologia crítica em revistas e congressos. Meu interesse por tais campos de pesquisa nasceu também no ano de 2006 com a aproximação com o grupo de extensão *Universidade Sem Muros* do qual sou membro desde outubro do mesmo ano. O grupo é vinculado ao Departamento de Direito da UFSC e coordenado pela professora Vera Regina Pereira de Andrade, junto à ele foi possível desenvolver importantes trabalhos para a minha formação no campo do Serviço Social ligada à esfera jurídica.

apontar para algumas considerações levando em conta o montante de dados e informações que pude organizar durante esta caminhada.

Estar em contato com os assistentes sociais, sujeitos desta pesquisa, ao longo de todo o processo me permitiu desenvolver um olhar mais apurado sobre a profissão, percebê-la com características particulares, que ainda luta por reconhecimento de si e do seu campo de atuação, mesmo sendo uma profissão regulamentada, com larga trajetória na sociedade brasileira, com seu espaço na divisão sócio técnica do trabalho, com um projeto ético-político reconhecido pela categoria e como campo de conhecimento próprio dentro das ciências sociais aplicadas. Mesmo contanto com todas essas premissas importantes a profissão, assim como outras no bojo na sociedade capitalista, enfrenta dilemas e desafios.

No decorrer do trabalho buscamos primeiramente apresentar um pouco da trajetória histórica e do perfil dos assistentes sociais a partir das informações fornecidas por eles em relação à idade, sexo, crenças religiosas, cor/raça, escolaridade dos pais e contexto de formação profissional. Com esses dados procuramos construir a trajetória desses sujeitos, por entender que nossas ações cotidianas são histórico-sociais, ao mesmo tempo em que se particularizam, também são coletivas. Assim, “(re) compor” esses sujeitos, situando-os em sua trajetória, teve como objetivo possibilitar um olhar mais apurado sobre a profissão pela ótica dos próprios assistentes socais, bem como compreender quais os elementos que estiveram presentes e contribuíram para os processos de socialização vivenciados por eles.

Nesta perspectiva não podemos analisar o exercício profissional dos assistentes sociais desconectando-o das questões objetivas e subjetivas do meio em que vivem, como se eles fossem um ente hipoteticamente abstrato e ideal, configurando-se exterior às relações sociais capitalistas nas quais se inserem. Tomá-los assim seria como negar sua condição dual de serem sempre individuais e coletivos.

Sobre essa questão os dados da pesquisa nos mostraram que a categoria dos assistentes sociais no estado de Santa Catarina é, em sua maioria, *composta por mulheres, brancas, com idade entre 31 a 40 anos, cuja crença religiosa segue a tendência católica da sociedade brasileira. Elas concluíram seu processo de graduação na Universidade Federal de Santa Catarina, nos últimos 10 anos e são oriundas de famílias cujos pais cursaram até, no máximo, o ensino fundamental incompleto*⁴¹. As especificidades que tais características

⁴¹ Esse perfil foi composto levando em consideração os dados da maioria dos profissionais entrevistados, tanto na Grande Florianópolis como nas regiões do estado. Os dados detalhados podem ser verificados na seção dois deste trabalho.

encerram para o exercício profissional foi o que tentamos discutir na seção dois deste trabalho.

Em linhas gerais foi possível observar que o caráter majoritariamente feminino da profissão nos remete ao processo de socialização das mulheres que ainda recebem uma educação relacionada ao cuidado da família e ao espaço privado, e que as questões de gênero de certa maneira operam social e historicamente em diversos âmbitos que vão desde a dimensão política à econômica, criando uma normativa social tanto para homens como para mulheres que guia suas ações. Nesse sentido há fortes indícios seja que a questão de reconhecimento e valorização da profissão também seja perpassada pela questão de gênero.

Outro fator é o viés fortemente religioso que apresentaram as assistentes sociais, fator esse que para muitas delas foi inclusive decisivo na escolha do Serviço Social como profissão. Tal questão nos permitiu refletir sobre a história da profissão ligada ao seio da Igreja e como, ainda hoje, para alguns profissionais o exercício profissional se mescla entre a garantia do direito aos usuários e a satisfação pessoal de “fazer o bem”.

Entre as muitas opções que motivaram os profissionais a escolherem Serviço Social como profissão podemos destacar, além da questão religiosa, a influência familiar e de amigos, a realização pessoal e por ser este um curso superior de fácil acesso. Entre os que responderam que “era fácil passar em Serviço Social” optaram por este curso após algumas tentativas frustradas em ingressar em outros de sua real preferência. Ainda relacionada a essa questão foi possível observar que os assistentes sociais em muitas famílias foram os primeiros a alcançarem o nível superior, consolidando a tendência de busca pelo curso superior como uma das vias de ascensão social. A formação recente desses profissionais analisados e a focalização desta na UFSC também é uma característica marcante salientada pela pesquisa.

Portanto, ao discutirmos os processos pelos quais ocorreu a socialização dos profissionais entrevistados, buscamos vincular tal análise apoiada em três principais vertentes: a origem social dos assistentes sociais; a caracterização feminina da profissão e a vinculação que esta ainda apresenta com a questão moral religiosa. Somados a essas agrupamos elementos como questões relacionadas à orientação sexual, cor, educação profissional, expectativas relacionadas à profissão e o tempo de formação. Acreditamos que dentro dos limites impostos conseguimos cumprir com esse objetivo que era, neste primeiro momento, conhecer os sujeitos profissionais e suas histórias até chegarem ao Serviço Social.

De posse desses dados continuamos a caminhar procurando conhecer e refletir sobre as configurações do cotidiano profissional e suas especificidades. Nesse aspecto foi possível perceber que mais de 60% dos profissionais atuam em duas ou mais áreas, sendo as com

maiores incidências as da saúde, criança e adolescente e assistência. Porém, com destaque também para as tidas novas áreas como meio ambiente, conselhos de direitos e cooperativismo. Esses números nos permitiram perceber que os assistentes sociais lidam em seu cotidiano com a questão da polivalência profissional, o que certamente apresenta consequências ao desempenho de suas funções.

Juntamente com a questão do cotidiano discutimos os espaços institucionais em que os assistentes sociais atuam e indagamos sobre quais eram os principais problemas que eles enfrentavam ali. Os que mais se destacaram em números de vezes citados foram: excesso de demanda; número reduzido de profissionais; políticas partidárias; entraves burocráticos; falta de recursos materiais e humanos; desconhecimento por parte de outros profissionais do que faz o assistente social; falta de reconhecimento; espaço físico inadequado; assistencialismo; programas sociais sem estrutura e fragmentado. O que nos leva a refletir que os desafios postos aos assistentes sociais muitas vezes fogem ao alcance de suas ações imediatas.

Outro fator que merece destaque é em relação ao conhecimento do Código de Ética profissional e a sua aplicabilidade no contexto profissional. A pesquisa mostrou que 95% dos entrevistados conhecem o Código profissional e destes 65% avaliaram ser possível aplicá-lo em seu cotidiano. O que nos chamou a atenção foi que tanto os que responderam *não* ser possível aplicá-lo, ou *apenas em partes*, como os que afirmaram que *sim*, trouxeram exemplos relacionados ao sigilo profissional. Tal questão nos pareceu preocupante visto ser o Código de Ética muito mais que apenas a questão que trata do sigilo profissional. A nosso ver tal questão impõe limites à atuação dos assistentes sociais e, em nosso entendimento, colabora para a reprodução acrítica de seu exercício profissional, contribuindo para um aprisionamento no espaço singular do cotidiano dificultando assim, uma atitude reflexiva na busca por uma elevação à superação deste espaço.

Sobre as relações de trabalho podemos dizer que a tendência apontada pela pesquisa comprova as apresentadas pelos autores que discutem o mundo do trabalho e as transformações deste na era mundializada do capital. Aos vínculos terceirizados, a remuneração precária e as longas jornadas de trabalho estão presentes entre os maiores desafios às lutas da categoria, conforme buscamos apresentar. Para se ter uma idéia da gravidade da questão dos trinta e dois (32) profissionais que se diziam empregados pelo setor público municipal foi possível identificar onze (11) profissionais contratados por uma *associação sem fins lucrativos*. Sendo que as piores relações de trabalho encontrado pela pesquisa – levando em conta *renda, carga horária e vínculo empregatício* – foi a *esfera pública municipal*, em que o assistente social tinha *contrato temporário, carga horária acima*

de 40 horas semanais e renda entre R\$ 1.001,00 a R\$ 1.250,00. No entanto, mesmo com essa crescente pauperização e desmonte, o Estado ainda confirmou a tendência de ser o setor que mais emprega os assistentes sociais.

Acreditamos que em linhas gerais essas foram as principais contribuições que nosso trabalho apresentou, buscando situar a discussão do cotidiano profissional, a partir de um olhar sobre o processo de socialização dos sujeitos profissionais e as relações de trabalho que estes apresentaram.

Positivamente, nesta trajetória, nos deparamos com exemplos de superações para além da imediatividade cotidiana, espaços de discussões e grupos de estudo que se formaram a partir dos grupos focais, são exemplos disso. Também foi possível perceber a organização coletiva da categoria como estratégia de enfrentamento à realidade posta. E encontrar profissionais comprometidos com sua formação continuada, buscando oferecer à população um trabalho de qualidade e ético.

Entendemos que os dados aqui socializados e apresentados por meio de algumas análises sejam uma das formas que encontramos para agradecer aos assistentes sociais que abriram seus espaços profissionais e suas histórias, se dispondo a partilhar conosco muitas informações, e é também parte do nosso compromisso ético firmado no momento em que tivemos acesso a elas.

Claramente não tivemos a intenção de, a partir das problematizações postas aqui, esgotar as discussões a respeito dos dados colhidos com a pesquisa Mercado de Trabalho, isso seria impossível dado a riqueza e diversidade deles. Destarte afirmamos que ao chegarmos nessas linhas finais trazemos muito mais apontamos em relação ao processo do que conclusões fechadas.

Por fim, parafraseando Darcy Ribeiro “acredito que nenhum livro se completa. O autor sempre pode continuar, por um tempo indefinido. O que ocorre é que a gente se cansa do livro, apenas isso, e nesse momento o dá por concluído. Não tenho muita certeza, mas suspeito que comigo é assim”.

REFERÊNCIAS

- BARROS, M. E. B. de. (Org.). *Psicologia: questões contemporâneas*. Vitória: EDUFES, 1999.
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRASIL. Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957.
_____. Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERQUEIRA, M. B. *Pobres, Resistência e Criação: personagens no encontro da arte com a vida*. São Paulo: Cortez, 2010.
- Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, Conselho Federal de Serviço Social, 1993. Disponível em http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_etica_cfess.pdf. Acesso em setembro de 2010 às 23 horas e 17 minutos.
- _____. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2002.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1995.
- DUARTE, M. J. O. Subjetividade, marxismo e serviço social: um ensaio crítico. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 101, janeiro/março, 2010, p. 5-24.
- EVANGELISTA, J. E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. São Paulo: Cortez, 1992.
- FIGUEIREDO, L. C. **Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: Escuta, 1995.
- GENTILLI, R. de M. L. **Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Veras, 1998.
- GIAMBIAGI, F. [et al.]. **Economia Brasileira contemporânea (1945-2004)**. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Disponível em

<http://www3.mackenzie.com.br/editora/index.php/rem/article/viewFile/781/468> acesso em 23 de outubro de 2010, às 15h16min.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 6 ed. Campinas: Papirus, 1997.

GUERRA, Y. **O projeto profissional crítico**: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, Ano XXVIII, nº 91, Especial, 2007, p.5-31.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HOBBS, E. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFFMANN, R; LEONE, E. T. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002**. Disponível em <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140202.pdf> acesso em 01 setembro de 2010 às 17horas.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho profissional e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2000: Cor da População no Estado de Santa Catarina**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000 – Tabela 7. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/tabela07.pdf acesso em 06 de novembro de 2010 às 14h.

LARA, R. Aproximações indispensáveis: serviço social, mundo do trabalho e crise do capital. In: TUMOLO, P. S; BATISTA, R. L. **Trabalho, Economia e Educação**. Maringá: Práxis, 2008.

LÖWY, M. **Romantismo e messianismo**. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1989.

MACHADO, L. D. Políticas de Subjetivação. In: MANFROI, V. M; MENDONÇA, L. J. V. P. de. (Org). **Política Social, trabalho e subjetividade**. Vitória: EDUFES, 2008.

_____. Subjetividades contemporâneas. In: BARROS, M. E. B. de. (Org.). **Psicologia: questões contemporâneas**. Vitória: EDUFES, 1999.

MANFROI, V. M. O sujeito militante: desejos e projetos. In: BAPTISTA, D.; MANFROI, V. M. [et al.] (org.). **Cidadania e Subjetividade: novos contornos e múltiplos sujeitos**. São Paulo: Imaginário, 1997.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade** (50), Ano XVII, abr. 1996.

_____. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. 1999. Disponível em <http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf> acesso em 10 de outubro de 2010 às 17 horas.

_____; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, P. A. **Política Social temas & questões**, São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, A. de A. **A formação profissional em Serviço Social e a interlocução com os profissionais na Pesquisa Mercado de Trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RUBIM, T. M. F. S. (et al). Mercado de trabalho dos Assistentes Sociais em Santa Catarina: uma breve reflexão do processo de pesquisa. In: **Semana do Serviço Social: Exercício e Formação Profissional em Debate**, 2009, Florianópolis.

SADER, E. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: Edufsc, Vol. 12, nº 2, Maio-Agosto, 2004, p. 35-50.

SENETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, M. L. S. da. Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo. In: **Revista Outubro**, São Paulo, nº 7, 1997, p. 103-113.

SILVA, M. L. M. da. Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos. São Paulo: PUC/Rio, v. 1 e 2, 1992 [Tese de Doutorado].

SIMÕES, P. **Assistentes Sociais e Religião**: um estudo Brasil/Inglaterra. São Paulo: Cortez, 2005.

VELHO, G. **Subjetividade e Sociedade**: uma experiência de geração. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

Sites:

AFLOV:

<http://www.aflov.org.br/quem-somos.html>

Blog 7 vezes 9:

<http://7vezes9.blogspot.com>

CFESS

http://www.cfess.org.br/relatorio_atividades_2004.doc

Portal do Ministério da Educação:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5826&catid=212
access

ANEXOS